



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCI – Nº 803

SET/OUT/NOV/DEZ DE 2005

CRISES E CONFLITOS DO SÉCULO XXI

Carlos de Meira Mattos

**TERRORISMO: O ONZE DE SETEMBRO,
VISÃO RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA**

Nilton Freixinho

**CHINA E ÍNDIA – DESAFIO E EXEMPLO
PARA O BRASIL**

Da imprensa





Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



324494

290637

v.91, n.803, set./dez. 2005 BFD



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais, dos valores
e das necessidades da cultura militar brasileira.

acesse

www.bibliex.eb.br

EDITORIAL

Motivações e pretextos para os conflitos no século XXI

Os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos surpreenderam e chocaram o mundo. Eles foram um absurdo, a negação da humanidade.

Desde então, países foram invadidos, governos substituídos, outros pequenos e grandes atentados ocorreram e o mundo continua esperando outros mais devastadores. Por quê?

Para haver um conflito precisa-se apenas de dois agentes, um motivo qualquer e pretextos diversos que lancem uns contra os outros em jogo no qual, quase sempre, todos perdem. Mas eles existem e é necessário estar preparado para vivê-los. Seja o indivíduo, sejam os países, sejam os grupos de nações.

A qualquer hora, em qualquer lugar, razões étnicas, religiosas e sociais, interesses econômicos e financeiros e disputa pelo poder são causa e pretextos para que eclodam conflitos entre quaisquer grupos ou pessoas.

Depois da ilusão de um mundo unipolar seguro e estável, vive-se uma sangrenta guerra não declarada, assimétrica, multifacetada, que vai do emprego regular de força militar, passa pelo terrorismo e chega ao universo do crime organizado, do tráfico de armas e de drogas, da corrupção generalizada. Os países se reagrupam e se reorganizam. China e Índia emergem no cenário internacional, respaldadas em suas economias e na capacidade nuclear e espacial.

Fontes de energia, alimentos, fontes de água doce, igualdade racial e religiosa, trabalho, segurança pública, justiça e liberdade, eficiência política e administrativa e ética precisam ser colocados à disposição da humanidade inteira.

Este é o desafio do século XXI. Como enfrentá-lo?

A *Defesa Nacional* deseja que seus assinantes e leitores pensem nas políticas e estratégias que permitirão preparar o Brasil para os embates que tem pela frente e nas lideranças capazes de conduzi-lo.

SUMÁRIO

CRISES E CONFLITOS DO SÉCULO XXI	3
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
AMEAÇA DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NO SÉCULO XXI	5
<i>Rony Prudente Cavalcante</i>	
OS CONFLITOS ÁRABE-ISRAELENSES E AS ESTRATÉGIAS EMPREGADAS POR ISRAEL DESDE A CRIAÇÃO DO SEU ESTADO	19
<i>Roberto Tailor Souza da Silva</i>	
O CONFLITO DO IRAQUE: ERROS ESTRATÉGICOS	26
<i>Reinaldo Nonato de Oliveira Lima</i>	
A PRESENÇA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS NO MUNDO	35
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	38
<i>Paulo Roberto de Almeida</i>	
TERRORISMO: O ONZE DE SETEMBRO – VISÃO RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA ...	42
<i>Nilton Freixinho</i>	
O BINÔMIO GLOBALIZAÇÃO/FRAGMENTAÇÃO E A CRISE DO ESTADO	45
<i>Marcelo de Jesus Santa Bárbara</i>	
O EXÉRCITO E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA – UMA RELEITURA	54
<i>Cláudio Moreira Bento</i>	
MIGUEL COSTA: O VERDADEIRO COMANDANTE DA GRANDE MARCHA DA COLUNA PRESTES	57
<i>Hélio Tenório dos Santos</i>	
O CONDESTÁVEL DA CRUZ DE LORENA	68
<i>Petrônio R. G. Muniz</i>	
DA IMPRENSA	
China e Índia – Desafio e exemplo para o Brasil	79
<i>Agência Brasil</i>	
O legado de um notável prócer chinês	79
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
A revolta da foice contra o martelo	81
<i>Edward Cody</i>	
Índia, potência nuclear: uma nova bipolaridade?	82
<i>Demétrio Magnoli</i>	
As conturbadas relações sino-nipônicas	83
Ambições militares da China devem preocupar	84
Além do fato: relações comerciais Brasil-China	85
<i>J. Carlos Racy</i>	
Vietnã, trinta anos depois	86
<i>Pham Thi Hoai</i>	

Crises e conflitos do século XXI*

Carlos de Meira Mattos**

A maioria dos analistas dos setores especializados das Nações Unidas e dos pesquisadores universitários norte-americanos e europeus tem lançado ultimamente livros e artigos em revistas sobre o que consideram a maior crise que ameaça a humanidade neste século: o esgotamento das fontes primárias de petróleo e de água doce.

Em síntese, os professores Samuel Huntington, Michael Klare, Paul Kennedy, James Fallows e outros, avaliando as consequências do processo incontido “de crescimento demasiado da humanidade num planeta que não cresce”, concluem que estamos muito próximos de enfrentar crises alarmantes de carência de recursos naturais, particularmente petróleo e água, indispensáveis à estabilidade da vida da sociedade.

Em 2025, as reservas de petróleo conhecidas já não mais terão capacidade de atender ao aumento de demanda.

A população mundial passou de 1 bilhão de habitantes, em meados do século XVIII, para 6,3 bilhões, nos dias de hoje. Vieram habitar o mesmo planeta mais 5,3 bilhões de seres humanos em pouco mais de 200 anos, enquanto a sociedade levou milênios para alcançar o seu primeiro bilhão. Perigosa, senão catastrófica taxa de aceleração que tem de ser contida.

A sociedade desenvolvida do Ocidente, a partir da invenção da máquina a vapor, vem incorporando ciclos sucessivos de progresso: industrialização, avanços extraordinários nos meios de transporte e de telecomunicações, utilização da eletrônica e da informática. Criou-

se um modelo de sociedade consumista altamente dependente – para sua estabilidade social, sua segurança e seu bem-estar – de quantidades cada vez mais elevadas de petróleo e água, ambos produtos naturais. O primeiro, esgotável, e o segundo, em declinante grau de escassez.

Segundo as avaliações de organismos internacionais mais abalizados, inclusive as da ONU, no ano de 2025, as reservas de petróleo conhecidas já não mais terão capacidade de atender ao aumento de demanda. Sua substituição por fontes de energia renováveis exigirão uma mudança demorada e muito dispendiosa nas estruturas de transportes, máquinas industriais e agrícolas e fontes de geração de energia existentes.

Nossa sociedade é altamente dependente do uso cada vez mais abrangente de água doce. Sua disponibilidade vem apresentando sensível diminuição, não somente devido a exigências de seu consumo pelo homem moderno como também pela poluição das nascentes e cursos em virtude de seu uso inconsciente pelas empresas e populações.

Os analistas internacionais consideram alarmantes os efeitos dessa enorme crise previsível de recursos naturais sobre a estabilidade social, política e de segurança dos países mais desenvolvidos e, em consequência, a consideram a principal fonte de perigosos conflitos internacionais, estimulados, particularmente, pelas três potências mais poderosas – Estados Unidos, Rússia e China –, que darão a marca de turbulência ao corrente século.

O escritor e professor norte-americano Michael T. Klare, no seu último livro *Blood and*

* Transcrito da *Folha de S. Paulo* de 21-9-2005.

** O autor é General-de-Divisão.

Oil (2005), demonstra que a disputa política e militar pela apropriação e futura utilização das reservas disponíveis de petróleo do mundo já está claramente lançada. Vê o autor, especialista no assunto e com várias obras publicadas, que atualmente o foco principal das disputas e dos conflitos são as cobiçadas reservas da Ásia Central e da região do Mar Cáspio.

Michael Klare considera como prelúdio de um conflito prolongado pela conquista de novas fontes de petróleo as atuais intervenções militares dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque, a fracassada invasão da Rússia ao Afeganistão, o presente conflito na Chechênia e as pressões de Moscou para obrigar os norte-americanos a retirar suas bases militares instaladas em repúblicas muçulmanas (ex-território da União Soviética) ao norte do Afeganistão.

Na opinião de credenciados internacionalistas, o quadro geopolítico dos conflitos que surgirão até o fim deste século, além dos suscitados pelo terrorismo internacional, será o de tensões e guerras entre países e grupos de prepostos das três maiores potências, movidas principal-

mente pela conquista de reservas petrolíferas e pela garantia de suas vias de transporte. Não é esperado um choque militar direto entre essas grandes potências. Nem é previsto o desencadeamento de uma guerra nuclear, perdurando o receio da destruição recíproca, embora não se exclua a hipótese do emprego de pequenas bombas radioativas sujas por grupos terroristas.

Em síntese, o quadro visualizado por especialistas de renomado prestígio internacional, em suas prospectivas de crises e conflitos político-militares, mostra-se desanimador para aqueles que anseiam por um longo período de harmonia entre os povos, de paz e de segurança. O mundo que se anuncia é de constantes crises e conflitos armados, tendo por *leitmotiv*, prioritariamente, a disputa pelo petróleo.

O Brasil, felizmente, não deve ser envolvido diretamente nessa luta dos grandes pelo petróleo, mas, possuidor do maior potencial potamográfico do mundo, deve-se guardar e preparar-se para enfrentar a próxima crise internacional à vista – a luta pela conquista das fontes naturais de água doce. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Uma Mulher Egípcia

Jehan Sadat

Poucas vezes a Biblioteca do Exército editou título com oportunidade e qualidade como este relato autobiográfico de Jehan Sadat (viúva de Anwar Sadat). A autora se apresenta como muçulmana, filha de pai egípcio e de mãe inglesa, e cedo aprendeu a conviver com o multiculturalismo familiar. Henry Kissinger escreveu: "...a história de Jehan Sadat é autêntica e apaixonada descrição de uma vida como mulçumana emancipada, patriota, esposa e mulher... única no seu gênero."

Ameaça do fundamentalismo religioso no século XXI*

Rony Prudente Cavalcante**

Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética controlavam suas respectivas áreas de influência, assegurando um relativo equilíbrio de poder e garantindo alguma estabilidade no cenário internacional. Com a queda do Muro de Berlim e a consequente desagregação do Império Comunista, constatou-se a eclosão de diversos conflitos regionais, que levaram diversos povos e nações a buscar, na religião, o amparo para a reconstrução de suas identidades individuais e coletivas.

Essa revivescência religiosa, que tem surpreendido muitos observadores ao redor do mundo, originou, no seio das religiões mono-teístas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo), formas de espiritualidade combativa designadas fundamentalistas, destinadas a resgatar doutrinas e práticas do passado, como forma de reagir aos problemas advindos com a modernidade. Sob a orientação de líderes carismáticos, os fundamentalismos religiosos buscam espaço nas estruturas políticas, inspirando sobremaneira a governabilidade de nações, ao mesmo tempo em que instigam os povos à luta em nome de Deus.

A influência marcante dos fundamentalismos cristão, judaico e islâmico na eclosão dos principais conflitos ocorridos após o final da Guerra Fria demonstra toda a capacidade do extremismo religioso de tornar-se uma das grandes ameaças do século XXI e sugere a possibilidade da projeção de cenários que po-

derão vir a constituir-se em potenciais vetores de expansão do fundamentalismo religioso nos tempos vindouros, se o mundo, em crescente processo de globalização, não conseguir refrear os conflitos advindos dos antagonismos provocados pelas religiões.

**As perspectivas do fundamentalismo cristão pós-atentados
de 11 de setembro de 2001**

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, a televisão norte-americana usou repetidas vezes a espetacularidade das cenas da explosão e desmoronamento das torres do World Trade Center, colocando ao fundo ou em tarjas pretas mensagens escritas que incitavam um revanchismo nacionalista. Em questão de horas, o mundo voltou a ser bipolar e a retórica televisiva apoiada pelo governo Bush dividiu o mundo entre “bons” e “maus”.

Os debates em torno das causas do atentado permaneceram em círculos restritos e boa parte da população norte-americana era incapaz de associá-los a décadas de política externa, que financiou – com a mesma facilidade com que descartou – movimentos fundamentalistas ou governos autoritários, para salvaguardar seus interesses estratégicos, “sua democracia” e seu *way of life* (modo de vida norte-americano).

John Ashcroft, Ministro norte-americano da Justiça e fundamentalista cristão convicto, manifestou-se favorável a perseguir muçulmanos suspeitos de terrorismo com “leis especiais e tribunais militares secretos”. No entanto, a

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Major de Engenharia e de Estado-Maior.

sua atitude sacrificou a liberdade e os direitos civis em nome da segurança, o que no final das contas apenas serviu para criminalizar as relações sociais, alimentando a insegurança e o ódio, sem apresentar qualquer contribuição que amenize as reais causas do fundamentalismo islâmico.

Por outro lado, o tom fundamentalista religioso dos discursos do Presidente norte-americano George W. Bush vem ecoando cada vez mais negativamente na Europa, onde líderes que invocam Deus em tempo de guerra em geral são suspeitos de abusar da fé para fins políticos.

A discussão com os europeus reflete tanto a muito difundida oposição à guerra contra o Iraque quanto uma cisão mais profunda entre um continente onde a fé religiosa está em baixa e os EUA, país no qual os valores religiosos têm, hoje, provavelmente, um papel político dos mais relevantes ao longo de sua história.

O próprio entendimento do conceito de “religião civil” ou “fé norte-americana”¹ representa, atualmente, o grande trunfo nas mãos dos fundamentalistas cristãos norte-americanos, largamente infiltrados em todas as esferas de poder do governo Bush. Ao expressar a crença de que Deus chamou os Estados Unidos para serem um “novo Israel”, um país com chances iguais para todos e que deveria servir como exemplo diante do resto do mundo, a “religião civil” tornou-se a base para que o Governo norte-americano aplicasse a todo o mundo a sua teologia do “destino manifesto”.

Essa teologia, lançada em 1879 por John Fiske, teve um enorme impacto em todo o país, possivelmente porque interpretava e ainda interpreta aspirações profundas da população e alimenta o orgulho nacional. Ela fundava o projeto de grandeza daquela nação que nascia. Projeto imperial que ela, diga-se de passagem, ha-

via herdado diretamente do seu colonizador, a Grã-Bretanha (seu principal aliado na mais recente investida contra o Iraque), e que preconizava a visão messiânica de uma sociedade nascente, com um povo eleito chamado a instaurar nas terras conquistadas uma nova humanidade e, em perspectiva, exercer sua hegemonia sobre o mundo.

Ela exprime claramente a convicção e o orgulho do povo norte-americano de ser chamado pela Divina Providência a cumprir, na História, um destino excepcional. Sinal evidente dessa missão é, exatamente, a seus olhos, a convergência entre a superioridade da força econômica, política e militar do seu país e a superioridade dos valores ocidentais de liberdade e democracia, que os EUA representam e que se sentem chamados a defender por todos os meios.

A leitura dos acontecimentos atuais, sob este ponto de vista, é a de uma nação que vê ameaçado seu destino manifesto e os valores que tem a missão histórica de defender. Ela se sente, portanto, não só no direito como também no dever de reafirmar o seu destino, pondo toda a sua força econômica, política e militar a serviço dos valores ocidentais e contra as forças do mal, representadas pelo terrorismo mundial e pelos países que o protegem.

O Afeganistão e o Iraque provavelmente foram apenas o primeiro passo nessa luta contra as supostas forças do mal. O recente acirramento dos combates entre as tropas das coalizões, comandadas pelos norte-americanos, e as resistências afgã e iraquiana, com um número expressivo de baixas de todos os lados, demonstra como lideranças fundamentalistas de ambas as partes, levadas pela doutrina do sacrifício de sangue, podem confrontar-se em arenas cada vez mais violentas. Na verdade, o

¹ *Civil Religion* (Religião Civil) ou Fé Norte-americana, uma espécie de fusão da religião com interesses nacionais e que se constitui na base da consciência nacional norte-americana.

componente religioso nesses conflitos ainda tem potencial suficiente para transformar aquelas regiões no “barril de pólvora” do planeta.

As perspectivas do fundamentalismo judaico e da direita israelense

Uma das principais razões pelas quais o então Primeiro-Ministro israelense Yitzhak Rabin concordara em fazer a paz com a OLP fora o seu temor de que os fundamentalistas do Hamas acabassem conquistando a hegemonia nos territórios. Ao mesmo tempo, ele refletia sobre a ameaça fundamentalista no Oriente Médio como um todo e afirmava que, se nada fosse feito para reverter essa tendência, a região podia ser engolida pelo fundamentalismo dentro de cinco anos, ameaçando não só Israel como também todos os atuais regimes árabes.

A ascensão de Ariel Sharon à frente de um novo governo de direita, devidamente apoiado pela quase totalidade de grupos e partidos fundamentalistas judeus, interrompeu os sonhos de reconciliação no Oriente Médio, na medida em que a política de construção de assentamentos judaicos continuou a ser implementada na Cisjordânia e afastou-se inteiramente qualquer possibilidade de negociação acerca do *status* de Jerusalém, cidade que, além de ser sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos, é considerada pelo povo palestino como a própria capital do Estado que um dia sonham oficialmente instituir. Tais fatos contribuíram notadamente para alimentar a idéia de restauração da Terra Prometida, conforme a crença original dos antigos judeus e que se constitui na base do atual fundamentalismo judaico em Israel.

Após rejeitar todos os apelos e propostas de paz apresentados em parceria pela ONU, União Européia e Rússia, que buscavam for-

mas de pôr fim à onda de atentados suicidas cometidos por grupos de extremistas muçulmanos e às ocupações de vilas e cidades palestinas levadas a efeito pelo Exército de Israel, Sharon decidiu viabilizar a construção de uma barreira fortificada nos 400km da linha verde, a fronteira que até 1967 separou Israel da Cisjordânia, favorecendo a concretização da triste profecia de Rabin acerca da expansão do fundamentalismo islâmico na região.

Ainda como forma de conter o avanço dos fundamentalistas islâmicos, o primeiro-ministro israelense reinaugurou uma política oficial (que havia caído em desuso após a assinatura dos acordos de paz de 1993) de assassinatos seletivos de líderes de organizações fundamentalistas, resultando na recente eliminação do guia espiritual e fundador do Hamas, o xeque² Ahmed Yassin, e a conseqüente promessa de vingança por parte do povo palestino.

Contando com o apoio financeiro e o manto protetor dos EUA, que lhe faculta a posse de armas nucleares, Israel mostra-se, assim, totalmente indiferente aos protestos do mundo árabe-muçulmano e continua ignorando as resoluções da ONU e atacando inimigos dentro ou fora de suas fronteiras, sem incorrer no risco de sofrer sanções internacionais que punem comportamentos semelhantes em outros países.

No bojo dos atuais sentimentos de fúria e desespero, encontram-se os descaminhos da recente política externa norte-americana: na frente diplomática, há 25 anos, os EUA vêm bloqueando um consenso internacional quase unânime quanto a um acordo político para encerrar o conflito entre Israel e os palestinos.

Ao mesmo tempo em que a manutenção dos assentamentos judeus em territórios palestinos expressa o triunfo político do fundamentalismo judaico em Israel, os resultados visíveis no presente conflito com grupos funda-

² Xeque ou Xeique (árabe). “Velho”, líder de uma tribo; pessoa com autoridade religiosa, sábio.

mentalistas islâmicos sugerem que a Palestina, apesar de ser uma terra sagrada para cristãos, judeus e muçulmanos, ainda se encontra distante do caminho da verdadeira paz sonhada para a região.

Os pólos de irradiação do fundamentalismo islâmico

Embora as interconexões entre a crença muçulmana, o fundamentalismo islâmico como filosofia e modo de vida e o Islamismo político sejam complexas, não lineares e não automáticas, esses vínculos existem em grande parte nas comunidades islâmicas ao redor do mundo.

Contudo, o notável crescimento do Islamismo na atualidade não pode ser dissociado de uma singular capacidade de expansão do fundamentalismo muçulmano, a partir de cinco grandes centros internacionais de avivamento e financiamento de um Islã militante. O conhecimento e o controle desses pólos de irradiação, que apóiam a ação de redes terroristas em todo o mundo, são essenciais para refrear e combater o avanço do fundamentalismo religioso no Islã.

O primeiro pólo é a Arábia Saudita e as instituições que ela controla: Liga Islâmica Mundial (fundada em 1963), Organização da Conferência Islâmica (OCI) e outras organizações não-governamentais (ONGs) religiosas e de assistência beneficente a muçulmanos necessitados em outras partes do mundo. O ponto nevrálgico da guerra de conquista político-religiosa é o dinheiro proveniente da atividade de doações privadas e dos bancos islâmicos sauditas como o Dar-al-Mal al-Islami ("a casa do dinheiro islâmico") e o Dalla al-Baraka ("a bênção"). Exa-

tamente esses bancos islâmicos, em cooperação com a Liga Islâmica Mundial e a OCI, propiciaram a instalação de dezenas de ONGs islâmicas no Paquistão, com numerosos escritórios na Europa, nos EUA e ramificações no mundo inteiro. As duas mais importantes são a International Islamic Relief Organization (IIRO) e a Islamic Relief Agency (ISRA) que, por terem sido experimentadas no curso da Guerra do Afeganistão contra os russos, permanecem inteiramente ativas com a finalidade de continuar a "revolução islâmica" contra os regimes árabes seculares na África (Tunísia, Argélia, Egito), na ex-Iugoslávia, sobretudo na Bósnia e em Kosovo, no Daguestão e na Chechênia, na Ásia Central, enfim, onde os "combatentes do Islã" estiverem às voltas com "poderes infiéis", quer estes sejam legítimos, quer não.

O segundo pólo de irradiação islâmica engloba o Paquistão/Afeganistão, assim como as organizações apoiadas por esses países: Congresso do Mundo Muçulmano, Tabligh, Jamaat-e-Islami paquistanesa, talibãs, Internacional Afegã, Al-Qaeda de Osama bin Laden e outras menores. Os fundamentalistas paquistaneses e seus irmãos de armas do Afeganistão e da Caxemira constituíram uma verdadeira "internacional islâmico-terrorista-sunita",³ inspirando hoje a maior parte das guerrilhas separatistas ou minorias ativistas islâmicas de cunho terrorista ou revolucionário que ameaçam a soberania nacional e a integridade territorial de países por elas habitadas.

O terceiro pólo é originário do Egito e é representado pela célebre Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, fundada em 1928 pelo jovem professor Hassan al-Banna e considerada vital na gênese do fundamentalismo islâmico. Extre-

³ Islamismo Sunita: Corrente muçulmana surgida na época da morte do profeta Maomé (570-632) e que, atualmente, compreende cerca de 85% da comunidade islâmica mundial. Consideram-se seguidores diretos da tradição do Profeta, continuada por seu tio All-Abbas. Para os sunitas, a autoridade espiritual pertence à comunidade como um todo. Subdividem-se em quatro grupos menores: os hanafitas, os malequitas, os chafeitas e os hambanitas.

mamente politizada, essa organização controla quase metade das associações islâmicas na Europa. Uma delas, em especial, a Fundação Islâmica de Genebra, reveste-se de uma dimensão capital porque se irradia pelo continente europeu e está na origem de um novo feudo fundamentalista transnacional à imagem de seus altos funcionários educados na Suíça, entre os quais se destacam os irmãos Hani e Tariq Ramadan, netos de Al-Banna. Carismático e vestindo-se à moda ocidental, Tariq, professor de letras, multiplica as conferências por toda a Europa, onde se beneficia de uma grande popularidade junto a jovens que se reúnem aos milhares para ouvi-lo. Os Irmãos Muçulmanos operam de acordo com as organizações ligadas à Arábia Saudita na gestão de associações e de centros religiosos, como a Faculdade Europeia de Estudos Islâmicos de Nièvre, que forma os futuros imames⁴ europeus à luz da doutrina de Al-Banna e do wahhabismo.⁵

O quarto pólo de avivamento do Islamismo mundial é o Irã xiita.⁶ Após contribuir com enormes quantias em dinheiro e mesmo com uma unidade da Guarda Republicana Iraniana composta por quatrocentos homens em 1994, visando ao desenvolvimento do poderio militar bósnio na guerra da ex-Iugoslávia, o Irã continuou a demonstrar vivo interesse nos Bálcãs. Segundo fontes oriundas dos serviços de inteligência norte-americanos, os fundamentalistas religiosos iranianos teriam estabelecido, desde 1997, uma potente infra-estrutura militar-terro-

rista na região, patrocinando o treinamento e a preparação dos combatentes do Exército de Libertação de Kosovo na Albânia, com financiamento oriundo de filiais de bancos islâmicos e ONGs instalados na região. Apesar do esforço empreendido pelo regime moderado do Presidente Mohamad Khatami, contramedidas agressivas tomadas pelos conservadores de linha-dura como o Aiatolá⁷ Ali Khamenei, o líder religioso supremo do Irã, bloquearam a maior parte dos esforços reformistas, levando o país a permanecer como um dos mais ativos patrocinadores estatais de terrorismo, particularmente junto ao Hezbollah libanês e aos grupos palestinos rejeicionistas, notadamente o Hamas e a Jihad Islâmica palestina.

O quinto pólo de difusão do Islã militante, mais recente que os demais, refere-se aos Bálcãs, surgido na década de 1990 com o desmantelamento da ex-Iugoslávia. Desde 1991, os órgãos oficiais da Comunidade Religiosa Islâmica (CRI) tinham declarado que, depois de terem estabelecido um Estado islâmico na Bósnia, a prioridade consistiria em fazer desse Estado muçulmano um centro para a expansão islâmica ao restante do mundo.

Além disso, sobressai-se, ainda, a presença de grandes quantidades de fundamentalistas de origem albanesa, árabe, turca, chechena, afegã ou paquistanesa, naturalizados “cidadãos bósnios” depois da guerra contra os sérvios, em sinal de agradecimento por “serviços prestados”, o que reforça a vocação geopolí-

⁴ Imam ou Imã ou ainda Imame (árabe). Plural: imames. Título religioso que indica aquele que “está à frente”, que guia a oração coletiva na mesquita. Entre os xiitas, o título foi usado pelos 12 descendentes de Ali que se sucederam na chefia da comunidade e, por isso, é atributo de poucos eleitos, como o Imã Khomeini.

⁵ Wahhabismo: Islã oficial do Estado árabe, surgido no final do século XVIII, cujo objetivo era de retornar à “pureza primeira do Islã”, depurando-o de toda crença que não esteja de acordo com o princípio islâmico supremo da unidade absoluta de Deus.

⁶ Islamismo xiita: Corrente muçulmana contrária aos sunitas e também surgida na época da morte de Maomé. Os xiitas são partidários de Ali, genro de Maomé, que acreditava que a sucessão do Profeta devia se dar pela herança familiar, pois seus descendentes seriam os únicos que teriam a chave para interpretar corretamente os ensinamentos do Islã. Os xiitas representam aproximadamente 15% dos muçulmanos e consideram-se líderes da comunidade e continuadores da missão espiritual de Maomé.

⁷ Aiatolá (árabe). “Sinal de Deus”; título honorífico dos mais altos *mujtahid* (eminente estudioso xiita).

dos EUA ou de Israel contra muçulmanos poderá redundar num vetor de motivação para retaliações por parte de fundamentalistas islâmicos.

A expansão do poder financeiro do fundamentalismo islâmico

São abundantes as fontes de financiamento do fundamentalismo islâmico no mundo. Todas as organizações fundamentalistas islâmicas que atuam no Afeganistão/Paquistão e na Ásia Central vêm sistematicamente lucrando com o tráfico de drogas proveniente dessa região, com o qual Bin Laden tem forte envolvimento. Se, na década de 1980, as rotas de exportação de drogas atravessavam apenas o Paquistão, atualmente elas se estendem pelo Irã, China, países centro-asiáticos e Golfo Pérsico, financiando a compra de armas e o ativismo político levado a efeito por esses movimentos.

Por outro lado, tem sido considerável, também, o envolvimento do fundamentalismo islâmico, na América Latina, em uma variável gama de atividades ilícitas diretamente conectadas com o narcoterrorismo, especialmente na região da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. De acordo com o General James Hill, Comandante do Comando Sul dos EUA, em entrevista à Coronel Melanie Reeder da *Military Review* (2003), o volume de lavagem de dinheiro do tráfico de drogas é enorme e esse dinheiro vai diretamente para o Hezbollah, para o Hamas e para outros grupos de fundamentalistas.

Uma vasta rede de negócios lícitos contribui igualmente de forma generosa para a expansão do “jihad universal”. De acordo com Bodansky (2001), Osama bin Laden mantém uma rede de “companhias”, parcerias e entidades em nome de outras pessoas, que interagem entre si e, por fim, encontram-se ocultas em outra camada de entidades financeiras internacionais maiores, de modo que seu envolvimento em qualquer empreendimento não venha a

ser descoberto. Seus investimentos compreendem *holdings* imobiliárias, transporte marítimo, empresas comerciais, de construção civil, de contratação, locação de aeronaves e agrícolas, com ramificações em todos os continentes, incluindo a participação em negócios legais que visem ao apoio a países islâmicos mais pobres, como o Sudão e o Iêmen.

Vale ressaltar que os EUA têm sido uma das principais fontes de recursos do fundamentalismo islâmico desde o início da década de 1980. Em 1985, houve, em Dallas, no Texas, terra onde o atual Presidente Bush foi governador, uma das maiores conferências de líderes islâmicos fundamentalistas de todos os tempos, a que estiveram presentes, inclusive, vários chefes ligados à rede Al-Qaeda de Bin Laden.

Todas essas considerações levam a crer que, sem um esforço ainda maior e mais integrado por parte dos EUA e de seus aliados no combate a essas fontes de financiamento, o fundamentalismo islâmico continuará a dispor de meios consideráveis para travar “guerras santas” em boa parte do mundo.

O perigo das armas de destruição em massa

A obtenção ou produção de armas de destruição em massa por terroristas fundamentalistas ou Estados islâmicos, que apóiam a ação de tais grupos, configura-se atualmente no maior temor da comunidade internacional, mormente dos EUA e de seus aliados. A queda de Saddam Hussein, por ocasião da segunda Guerra do Golfo, acabou por mostrar ao mundo que o Iraque já não possuía quaisquer projetos de desenvolvimento de tais armas e de vetores balísticos, tendo estes sido suspensos ou fracassados.

A Líbia, como provável conseqüência da vitória norte-americana no Golfo e desejosa de participar mais ativamente da comunidade internacional, abriu mão dos seus projetos de

armas de destruição em massa. Entretanto, o conhecimento de tal tecnologia ainda tem-se constituído num forte desejo acalentado por algumas nações islâmicas, como Argélia, Síria ou Irã, que não abandonaram a intenção de obter ou produzir essas armas.

Em agosto de 2002, a rede de televisão norte-americana CNN comprou, no Afeganistão, um pacote de fitas de vídeo que exibia uma série de experiências da rede Al-Qaeda com armas químicas sendo utilizadas em animais.

Segundo Yossef Bodansky (2001), vírus que causam doenças mortais, como o ebola e a salmonela, já foram obtidos na Rússia, assim como amostras da biotoxina botulina e do mortífero antraz foram adquiridas, respectivamente, na República Tcheca e na Coreia do Norte. Em março de 2003, por ocasião da captura do chefe operacional da Al-Qaeda, Khalid Shaik Mohammed, foram apreendidos diversos documentos que revelaram a existência de material suficiente para produzir toxinas letais.

Inúmeros relatórios de serviços de inteligência norte-americanos sugerem ainda que Bin Laden tem recorrido a organizações criminosas na antiga União Soviética, na tentativa de adquirir artefatos nucleares. De acordo com Bodansky (2001), tanto o próprio serviço de inteligência russo como vários serviços de inteligência árabes compartilham a idéia de que é possível que a Al-Qaeda, com o apoio da máfia chechena, já tenha adquirido algum tipo de artefato nuclear tático ou portátil das repúblicas islâmicas da Ásia Central, particularmente da Ucrânia, Turcomenistão ou Cazaquistão. Acredita-se, também, que teria obtido sucesso igualmente na compra de urânio da África do Sul, o que lhe permitiria, teoricamente, construir um explosivo nuclear rudimentar.

A recente descoberta do contrabando de segredos militares do Paquistão para a Coreia do Norte e Irã, envolvendo Abdul Kader Khan, cientista reverenciado como o próprio “pai” da

bomba nuclear paquistanesa, reforça a possibilidade concreta de que esse tipo de armamento possa vir a ser desenvolvido por grupos que estejam dispostos a pagar o preço que for necessário para obtê-lo.

A posse de armamentos de destruição maciça por organizações fundamentalistas islâmicas acarretaria, sem dúvida alguma, na sua utilização imediata como forte instrumento de pressão contra os supostos inimigos do Islã. Tal fato criaria condições ainda mais propícias para a expansão de seu jihad universal.

A repressão assimétrica ao Islã fundamentalista no Afeganistão e na Ásia Central

As ameaças do fundamentalismo islâmico, a partir de grupos como o Talibã, a Al-Qaeda, o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU), dentre outros, têm evidenciado as fragilidades das três grandes potências, EUA, China e Rússia, com interesses na Ásia Central e no Afeganistão, obrigando-as a se unir em acordos bilaterais.

Os acontecimentos de 11 de setembro enfatizaram dramaticamente o desejo de Rússia e China passarem a cooperar com os Estados Unidos no objetivo de eliminarem o terrorismo e o fundamentalismo islâmico naquelas regiões. A consequência imediata foi a retração dos protestos, habitualmente impetrados pelo Governo norte-americano, contra abusos de direitos humanos no Tibete (em Xinjiang) e no Cáucaso (Chechênia e Daguestão), levando Washington a não mais reclamar das repressões chinesa e russa aos separatistas uigures e chechenos, respectivamente.

O fato de essas etnias de religião muçulmana serem igualmente tratadas como expressões regionais do fanatismo talibã gera, no seio da população islâmica, uma feroz resistência diante das tentativas de sufocá-las ou subjugá-las, levando a crer que a ação conjunta de rus-

sos, norte-americanos e chineses contribuirá ainda mais para acirrar o fundamentalismo religioso naquela parte do mundo, que concentra algumas das maiores reservas de petróleo e gás natural do planeta.

Os efeitos da imigração e do isolamento na comunidade islâmica

O crescimento demográfico exponencial no Norte da África tem desencadeado inúmeros problemas socioeconômicos e políticos nas sociedades árabes. A incapacidade de absorção da força de trabalho nessas sociedades e a procura de melhores condições de vida levam muitos muçulmanos a emigrar, escolhendo outros países árabes, designadamente os produtores de petróleo ou os países desenvolvidos da Europa Ocidental, que por sua vez não têm apresentado crescimentos substanciais na oferta de trabalho. Esses movimentos de imigrantes dão origem a muitos e diversificados problemas, sobretudo na sua integração nas sociedades de acolhimento.

Na verdade, os trabalhadores imigrados constituem alvos fáceis de aliciamento por parte dos grupos fundamentalistas, já que, ao sentirem-se marginalizados e inferiorizados frente aos naturais do país de acolhimento, os imigrantes tendem a encontrar refúgio em ideologias religiosas radicais, com as quais possam identificar-se minimamente.

No caso da Europa, organizações islâmicas extremistas praticam ostensivo proselitismo em torno da idéia de um regime político-jurídico, que exorbita do direito comum, e de um espaço extraterritorial, que rejeita até mesmo a aplicação das leis europeias em vigor. Isso facilitaria a conquista de suas principais reivindicações, que, segundo Valle, seriam, grosso modo, as seguintes:

1) Direito de criar escolas livres islâmicas particulares ou, na falta delas, cursos de instru-

ção islâmica, esmolarias e locais de prece islâmicos não-mistos;

2) Dispensa de alguns cursos (ginástica, biologia) para moças e o direito ao uso do véu em escolas públicas de países que, recentemente, aprovaram leis com esta proibição, como a França;

3) Exclusão de obras supostamente ofensivas ao Islã, como as de autoria de Dante Alighieri, Victor Hugo ou Voltaire;

4) Reconhecimento das regras islâmicas em matéria de estatuto pessoal: casamento muçulmano, repúdio, poligamia, herança (não equitativa para as mulheres) cemitérios ou canteiros muçulmanos separados;

5) Criação de partidos islâmicos e o apoio a candidatos que defendam os interesses da comunidade muçulmana.

De modo a reverter essa situação, torna-se urgente apostar globalmente no estabelecimento de medidas que permitam às comunidades de imigrantes muçulmanos integrarem-se às sociedades ocidentais, sem perder a sua própria identidade e cultura. A tendência ao isolamento em "guetos" de tais comunidades, por parte, principalmente, de europeus e norte-americanos, só estimula a aceitação de tendências radicais e a conseqüente expansão do fundamentalismo islâmico.

O confronto fundamentalismo versus democracia no Irã

Ocorre atualmente no Irã uma das mais promissoras tendências do mundo muçulmano: um esforço para reformar o Islã, combinado com o surgimento de movimentos democráticos. Após a esmagadora vitória da Frente de Participação nas eleições legislativas de 18 de fevereiro de 2000, a maioria dos assentos no Parlamento coube aos simpatizantes reformadores do Presidente Mohamad Khata-mi. Sucedendo aos triunfos das eleições presi-

denciais (maio de 1997) e municipais (março de 1999), esse movimento confirmou a intensidade da demanda de mudança expressa pela sociedade iraniana.

Após a vitória da Revolução Iraniana, em 1979, e inspiradas pelo igualitarismo, pelo anti-sionismo e pelo antiamericanismo, as idéias do Islã iraniano difundiram-se por todo o mundo muçulmano, especialmente nos países mais desfavorecidos, com Teerã procurando liderar o estabelecimento de redes para favorecer a conquista do poder pelos fundamentalistas islâmicos.

Entretanto, Ignacio Ramonet (2002), ao analisar a atual situação do Estado iraniano, argumenta que esse projeto fracassou, na medida em que o regime revolucionário encontra-se, no plano interior, em plena confusão, degradado pela corrupção generalizada, denegrido pela vastidão do desastre econômico, dilacerado por graves enfrentamentos internos, desacreditado por seus excessos na repressão e criticado por seu conformismo reacionário em matéria de costumes. Seus três grandes sucessos são de ordem social (os mais humildes beneficiaram-se da revolução); educacional (campanhas de alfabetização, generalização do ensino gratuito e o acesso de mais de dois milhões de estudantes, predominantemente mulheres, ao ensino superior); e democrático, com a realização de eleições transparentes em maio de 1997, março de 1999 e fevereiro de 2000.

Paradoxalmente, esses três sucessos agravaram sensivelmente o descrédito do regime teocrático original, uma vez que, profundamente transformadas, educadas e politizadas, as gerações mais jovens foram as primeiras a demonstrar suas frustrações. As mulheres, os jovens, os intelectuais, todos passaram a exigir mudanças que se opusessem ao confisco da revolução por um clero detestado em todo o país que, embalado pela forte presença estatal na economia, acabou se enriquecendo, acumulando

as fortunas pessoais, provocando o esvaziamento das mesquitas e sendo incapaz de dar um novo impulso ao país.

O centro do debate entre conservadores e reformistas é o questionamento do caráter teocrático da República Islâmica, e as consequências daí advindas poderão ter um profundo impacto no mundo muçulmano. Os reformistas afirmam que a instituição do *velayat faguih*, que estabelece a autoridade de um “guia supremo” não-eleito (atualmente o Aiatolá Ali Khamenei) acima da autoridade do presidente da República designado pelas urnas, não tem legitimidade divina.

Com esse espírito, os reformistas têm feito campanha pelo fim da onipotência do dogma religioso, o estabelecimento de um Estado de direito, o multipartidarismo, a liberdade de opinião, o direito dos intelectuais à crítica e a ampliação do acesso das mulheres aos postos de responsabilidade, procurando expressar-se por meio de centenas de novos jornais e revistas que mostram uma efervescência intelectual e uma atividade criadora formidáveis.

Os conservadores, por sua vez, dominam o Poder Judiciário, a grande mídia (rádio e televisão), o poder econômico, a polícia, as Forças Armadas, as milícias paramilitares e o Conselho de Guardiães, um corpo composto por 12 clérigos e juristas islâmicos, responsável pelo veto de leis e candidatos em eleições.

No início de janeiro de 2004, o Conselho de Guardiães vetou a candidatura de grande número de reformistas a postos no Parlamento, nas eleições de 20 de fevereiro, gerando protestos e a renúncia de quase todos os deputados reformistas ou independentes. A manobra do Conselho de Guardiães tinha como objetivo final a maioria no Parlamento, o que de fato ocorreu, gerando protestos por todo o país.

Colocado de outra forma, o que está acontecendo no Irã de hoje é exatamente a guerra

de idéias dentro do Islã, que é a guerra mais importante de todas. Esse embate deve ser acompanhado atentamente por todo o mundo ocidental, pois o resultado final poderá representar a diferença entre o início de uma onda reformista no Islã ou a consolidação da instituição do Estado teocrático, um dos grandes objetivos preconizados pelo fundamentalismo islâmico.

A África como terreno fértil para o fundamentalismo islâmico

Logo depois dos atentados de 11 de setembro e no contexto da resposta militar norte-americana contra os talibãs e de um possível futuro ataque contra a Somália, insinuou-se a possibilidade de um aproveitamento da África como campo de batalha contra o terrorismo islâmico. Discutiu-se, em círculos governamentais e acadêmicos norte-americanos, um possível vínculo entre o subdesenvolvimento, o fundamentalismo islâmico e o terrorismo. Concluiu-se que a desintegração dos Estados na África (a Somália, por exemplo) e o desmembramento das sociedades não somente teriam criado um terreno fértil para a proliferação de um Islamismo radical, mas também teriam oferecido para os grupos terroristas espaços seguros e protegidos. Uma resposta adequada seria, segundo os debates, um apoio maciço à reestruturação da capacidade democrática e governamental dessas sociedades, envolvendo um compromisso sério com o desenvolvimento social desses países.

Embora a política dos Estados Unidos para o continente africano esboçasse, por um breve momento, essa dupla abordagem de repressão ao terrorismo islâmico e política de desenvolvimento, a África, lamentavelmente, logo caiu novamente no esquecimento. Embora certamente não exista um automatismo entre Islã e fundamentalismo, a desestruturação de muitas

sociedades africanas, bem como o empobrecimento e a desorientação social e cultural de grandes populações no continente, continuará favorecendo, se nada for feito em contrário, a abertura crescente para a busca de soluções no campo do fundamentalismo religioso.

Conclusão

Ao verificar-se a real influência do fundamentalismo religioso na eclosão dos principais conflitos ocorridos no mundo pós-Guerra Fria e sua capacidade de expandir-se no século XXI, torna-se essencial compreender que quaisquer iniciativas que busquem a solução do fenômeno fundamentalista devem considerar a relevância de três grandes constatações.

A primeira é a de que a relação de complementaridade estabelecida entre fundamentalistas cristãos e judeus constitui-se num importante vetor da própria aliança EUA/Israel. Os objetivos estratégicos dos Estados Unidos e de Israel no Oriente Médio fundem-se atualmente em uma unificada Doutrina Bush-Sharon, que, ao efetivar o isolamento do povo palestino, contribui decisivamente para o surgimento de reações em todo o mundo muçulmano e até mesmo para o aumento das tensões entre o Ocidente e o Oriente.

A segunda diz respeito à atuação da rede Al-Qaeda no processo de evolução do fenômeno fundamentalista no Islã. Ao viabilizar a conjunção de interesses de grupos fundamentalistas islâmicos nacionais em objetivos e metas comuns, a Al-Qaeda consolida-se como uma verdadeira rede global de terror, intermediando e patrocinando, talvez pela primeira vez na história, a união entre muçulmanos sunitas e xiitas em torno dos mesmos inimigos: Israel, EUA e seus aliados. A expansão dessa ideologia pan-islâmica haverá de considerar, necessariamente, a capacidade de fundamentalistas muçulmanos assumirem o controle do Paquistão (com

sua imensa rede de *madrasas*¹³ e suas armas nucleares) e do Irã (com seu expressivo poderio militar, aliado à experiência política de primeiro Estado teocrático do mundo islâmico). O êxito dessa empreitada seria o maior trunfo do fundamentalismo islâmico, já que contaria com forte poder de pressão e dissuasão nas relações internacionais, contrabalançando o peso dos EUA e seus aliados no concerto das nações.

A terceira e última constatação é o sentimento da importância vital do chamado “fator Jerusalém”. Jerusalém é o ponto de convergência dos fundamentalismos monoteístas, uma vez que é considerada uma terra sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos. A questão político-religiosa que envolve a posse daquele território tem suscitado conflitos, que se arrastam por mais de meio século, com desdobramentos que abrem espaço cada vez maior para a ação dos mais diversos grupos fundamentalistas religiosos. A busca de soluções pacíficas para pôr fim ao extremismo religioso no mundo dificilmente deixará de considerar a definição do *status* político de Jerusalém como uma das suas questões mais complexas.

Essas constatações demonstram todo o potencial do fundamentalismo religioso para tornar-se uma das maiores ameaças às relações internacionais e à paz entre as nações no presente século.

Os atentados terroristas de setembro de 2001 nos EUA acabaram provocando o acirramento de ânimos em favor de teses como a do “choque de civilizações”. Falou-se em cruzada, em luta do bem contra o mal, da liberdade contra o medo etc. A reformulação da ideologia da Guerra Fria, agora temperada com a tensão do Ocidente contra o resto do mundo, ganha terreno em corações e mentes. A afirmação dessas teses que buscam opor civilizações favo-

rece a hostilidade e impede o fomento de melhor compreensão dos acontecimentos atuais.

Defender posturas, que limitam o lugar e o sentido das identidades culturais, é ocultar um dado fundamental da realidade atual: a passagem da identidade no mundo moderno para um “regime plural”. Não se pode mais limitar o alcance das identidades e o sentido de sua pertença. A defesa de um “choque de civilizações” acaba por revelar, na realidade, o que Edward Said (2001) definiu como um “choque de ignorâncias”, ou seja, querer transformar civilizações e identidades em algo que elas não são, entidades estanques e fechadas, destituídas das múltiplas correntes e contracorrentes, que animam a história humana e que, ao longo dos séculos, tornaram possível que essa história não apenas contenha guerras de religião e conquistas imperiais, mas que também seja feita de intercâmbios, fertilizações entrecruzadas e partilhas. Um novo paradigma para as relações internacionais, que tenha como efetivo horizonte o bem-estar humano, não será possível em uma atmosfera de revanchismos e enclausuramentos conservadores.

Um mundo sem fundamentalismos religiosos só será possível se deixar de refletir a imensa inquietação de grupos humanos, que se sentem excluídos no processo de globalização. Faz-se necessário, mais do que nunca, uma reforma profunda da sociedade, que inclua a experiência de uma nova globalização, onde todos possam vivenciar e escutar as diversidades de culturas, ideologias, experiências e tradições religiosas opostas, visando ao convívio pacífico entre as nações.

Nesse sentido, a ação de líderes religiosos sensatos pode contribuir decisivamente para a busca de soluções positivas. Suas participações em mesas de negociações podem ajudar a promover a harmonia, a apoiar um processo

¹³ Madrasa ou Madraçal (árabe). Faculdade ou seminário islâmico cujo currículo concentra-se em disciplinas religiosas, sobretudo na lei islâmica.

de mudança social bem-intencionado e, se for o caso, a estabelecer uma tradição pacífica e suave de transferência política do poder.

E até que se entenda, segundo as palavras do teólogo cristão Hans Küng (2004), que “não

haverá paz política se não houver simultaneamente paz religiosa”, o fundamentalismo religioso será um poderoso instrumento por meio do qual muitos ainda haverão de matar ou morrer em nome de Deus. ☉

Referências bibliográficas

- ALI, Tariq. *Confronto de fundamentalismos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BODANSKY, Yossef. *Bin Laden: o homem que declarou guerra à América*. São Paulo: Prestígio, 2001.
- BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo, a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- DEL VALLE, Alexandre. *Guerras contra a Europa*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- FALCONI, Fabrizio; SETTE, Antonello. *Osama Bin Laden, terrore dell'Occidente*. Roma: Fazi Editore, 2001.
- GALINDO, Florêncio. *O fenômeno das seitas fundamentalistas*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel P. “If not Civilizations, what? - Paradigms of the Post-Cold War World”. *Foreign Affairs*, n. 5, p. 186-194, 1993.
- . *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- KEPEL, Gilles. *Jihad: expansão e declínio do Islamismo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- KÜNG, Hans. *Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns*. Campinas: Versus, 2004.
- RAMONET, Ignacio. *Guerras do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- RASHID, Ahmed. *Jihad – A ascensão do Islamismo militante na Ásia Central*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- SAID, Edward. “O choque de ignorâncias”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001. Caderno A, p. 16.
- SCOWEN, Peter. *O livro negro dos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- STERN, Jessica. *Terror em nome de Deus*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício

Paulo Napoleão Nogueira da Silva



Crônica de
Dom João VI

Crônica de Dom João VI

Paulo Napoleão Nogueira da Silva

Nesta obra original e instigante, o autor aborda a figura de D. João VI, ressaltando suas potencialidades de governante e suas inegáveis capacidades políticas, tanto para Portugal quanto para o Brasil, onde foi uma das mais importantes figuras do limiar da independência. O autor apresenta seu trabalho de forma desenvolta e leve por meio de um estilo literário esboçado. Com este lançamento, a Biblioteca do Exército promove resgate da verdadeira importância para o nosso país, além de resgatar a memória de D. João VI.

Os conflitos árabe-israelenses e as estratégias empregadas por Israel desde a criação do seu Estado*

*Roberto Tailor Souza da Silva***

RESUMO

Em 14 de maio de 1948, alguns países árabes invadiram o Estado judeu e foram derrotados no primeiro de uma série de conflitos árabe-israelenses.

Até o ano de 1973, outros três grandes conflitos ocorreram – a Guerra do Sinai (1956), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973).

PALAVRAS-CHAVE

Conflitos árabe-israelenses. Estratégias israelenses.

Os conflitos entre árabes e judeus pela posse da Terra Santa é anterior ao nascimento de Cristo e recrudesceram após a proclamação do Estado de Israel em 14 de maio de 1948 no território da Palestina.

O objetivo de destruir Israel e de expulsar os judeus daquela região, por parte dos países árabes, aliado ao desejo das grandes potências mundiais – Estados Unidos da América (EUA), ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Inglaterra e França – de controlar as maiores reservas petrolíferas do planeta, localizadas no Oriente Médio, fizeram com que essa região se transformasse numa área de permanente tensão e de importantes conflitos ainda sem desfecho definitivo.

Outros fatores concorrem para a intransigência latente na região, como as diferenças religiosas envolvendo islamitas e cristãos e as diferenças étnicas e culturais dos diferentes povos que habitam a região: muçulmanos, judeus,

assírios, libaneses, egípcios, curdos, xiitas, sunitas, turcos e outros, que foram obrigados a conviver, em vários casos, num mesmo território, à semelhança do que ocorrera, no século XIX, no continente africano.

Nesse cenário, onde o sonho da paz é permanente, mas a sua concretização é tão distante, Israel conseguiu não apenas sobreviver, como também sobrepujar seus vizinhos, comparativamente, em todos os campos do poder (econômico, político, psicossocial, militar e científico-tecnológico), a despeito de possuir um pequeno território, uma população reduzida, não possuir reservas petrolíferas e ter pouco mais de meio século desde a sua criação.

O judicioso emprego dos recursos econômicos, voltados para o desenvolvimento científico-tecnológico e militar do país, aliado a um estreito relacionamento com as potências ocidentais, sobretudo com os EUA tem propiciado uma vantagem considerável de Israel sobre o mundo árabe, o que não contribui para diminuir o ódio aos judeus nem serve de garantia contra a ocorrência de novos conflitos em grande escala.

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Major de Engenharia e de Estado-Maior.

Conflitos de baixa intensidade como a Primeira e a Segunda Intifada (guerra de pedras) – promovida por palestinos contrários à invasão judaica de seus territórios e campos de refugiados – e a série de atentados promovida por radicais islâmicos contra os judeus, dentro e fora do território de Israel, também contribuem para manter esse povo em permanente estado de alerta quanto à sua segurança e à necessidade de estarem prontos para combater a qualquer momento.

Porém, não é só a capacidade psicológica e operacional dos judeus que tem garantido a sua sobrevivência como nação, mas principalmente uma seqüência de pertinentes e corretas estratégias nacionais, militares e de segurança adotadas por seus dirigentes políticos – independente do partido político que esteja no poder – e seus chefes militares.

O recente conflito promovido por norte-americanos e ingleses contra o governo ditatorial de Saddam Hussein (segunda Guerra do Golfo), sob o pretexto de prevenir um possível ataque com armas de destruição em massa – principalmente com armas químicas – contra os EUA e a Europa, traz nas suas reais intenções a necessidade de garantir o suprimento de petróleo a partir do Iraque – país detentor da segunda maior reserva deste combustível fóssil – e a intenção de empossar um novo governo aliado com os interesses daquelas nações, a exemplo do que ocorre em algumas petromonarquias como a Arábia Saudita e o Kuwait.

A violação do território iraquiano demonstra que a hegemonia norte-americana já não pode ser mantida apenas com as suas reservas minerais e com o trabalho do seu povo, mas que ela será buscada independente da fronteira física das nações.

Nesse contexto, o Oriente Médio assume uma importância vital para o futuro mundial, não só por dispor de imensas fontes de energia, por ser caminho para escoamento da produção de petróleo e gás natural dos países bálti-

cos, mas, também, por abrigar um grande número de grupos guerrilheiros e terroristas que lutam pela destruição de Israel e dos EUA.

Logo, é possível prever que o Oriente Médio continuará sendo uma região marcada por conflitos regulares e irregulares e que Israel terá um papel ativo nesses conflitos, já que é um forte aliado norte-americano na luta contra o terrorismo e no aumento da influência estadunidense sobre a Ásia.

Se, por um lado, a derrubada do regime de Saddam Hussein aumentou, pelo menos a curto prazo, a segurança de Israel, por outro, aumentou ainda mais o ódio dos radicais muçulmanos contra os judeus.

Sendo assim, o presente trabalho pretende dissertar sobre os conflitos entre árabes e judeus e sobre as estratégias nacionais, militares e de segurança já adotadas por Israel nos conflitos contra os países árabes.

Quais foram as estratégias empregadas por Israel nos conflitos contra os países árabes?

Como Israel, um país de reduzidas dimensões territoriais, de pequena população e sem grandes riquezas naturais, tem conseguido enfrentar guerras contra vários países coligados e ser bem-sucedido?

As vitórias obtidas por Israel em todos os conflitos dos quais se viu envolvido contra os países árabes demonstraram a correta adoção das diferentes estratégias em todos os momentos da sua existência como um Estado independente, conforme o quadro na página seguinte.

Os conflitos entre árabes e israelenses e as estratégias adotadas por Israel

Exatamente no dia do término do mandato britânico, em 14 de maio de 1948, os judeus declararam a formação do Estado Judeu de Israel, o qual foi prontamente reconhecido pela ONU.

No dia 15 de maio do mesmo ano, informados com a legalização do Estado de Israel,

Quadro resumo das estratégias adotadas por Israel nos períodos de guerra e entre-guerras

	1948/1949	1949/1956	1956	1956/1967
Método da Estratégia Nacional	Estratégia Direta	Estratégia Indireta	Estratégia Direta	Estratégia Indireta
Forma de Resolução do Conflito	Coerção	Dissuasão	Coerção	Persuasão
Modelo de Planejamento Estratégico Nacional	CVFIM(*)	Ações Sucessivas	CVFIM	Ações Sucessivas
Campo de Atuação da Estratégia Nacional	Manobra Interior/Exterior	Manobra Exterior	Manobra Interior	Manobra Interior/Exterior
Método da Estratégia Militar	Estratégia Direta	Estratégia Indireta	Estratégia Direta	Estratégia Indireta
Estratégia de Segurança	Ação Independente	Defensiva	Presença, Ação Indireta Ofensiva	Presença, Dissuasão, Defensiva
	1967	1967/1973	1973	1973/2004
Método da Estratégia Nacional	Estratégia Direta	Estratégia Direta	Estratégia Direta	Estratégia Indireta/Direta
Forma de Resolução do Conflito	Coerção	Dissuasão	Coerção	Persuasão/Coerção
Modelo de Planejamento Estratégico Nacional	CVFIM	Ações Sucessivas	CVFIM	Ações Sucessivas/CVFIM
Campo de Atuação da Estratégia Nacional	Manobra Interior	Manobra Interior/Exterior	Manobra Interior/Exterior	Manobra Interior
Método da Estratégia Militar	Estratégia Direta	Estratégia Direta	Estratégia Direta	Estratégia Aprox. Indireta/Estratégia Direta
Estratégia de Segurança	Presença, Ação Independente, Ofensiva	Presença, Dissuasão, Ação Ind., Defensiva	Presença, Defensiva, Ofensiva	Presença, Ação Ind., Ofensiva

(*) CVFIM – Conflito Violento com Forte Intensidade Militar.

mesmo sabendo que os palestinos gozariam de uma área exclusiva, forças armadas árabes do Egito, Jordânia, Síria, Líbano, Iraque, Iêmen e Arábia Saudita invadiram Israel para expulsar os judeus do território palestino.

Apesar de inferiores numericamente, as forças israelenses eram mais bem treinadas, equipadas e aguerridas, contando nos seus quadros com pilotos experimentados nos combates aéreos da Segunda Guerra Mundial – como integrantes das tropas aliadas.

O conflito passou a ser chamado de Guerra de Independência de Israel e terminou com a vitória dos judeus no campo militar e com o armistício imposto pela ONU, em julho de 1949, que reconheceu as fronteiras próximas daquelas que haviam sido anteriormente propostas por uma comissão da ONU.

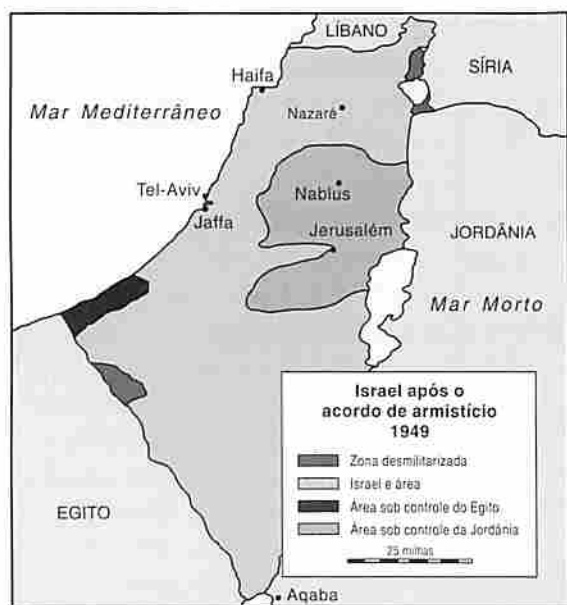


Figura 1 – Israel após a assinatura do armistício em 1949. Fonte: ONU

Seguiram-se outros conflitos como a Guerra do Sinai (1956), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973). Em todas elas, Israel sagrou-se vencedor, mesmo enfrentando uma coligação de países árabes como Egito, Síria

e Jordânia e a despeito do grande apoio militar prestado pela URSS àquelas nações.

Em 1974, Israel e Egito iniciaram as tratativas para selarem um acordo de paz que foi concluído e assinado em 1982, mesmo ano em que Israel envolveu-se na Guerra do Líbano sob o pretexto de eliminar bases guerrilheiras da OLP, criada em 1974 sob o comando de Yasser Arafat com o objetivo de formar uma nação para os palestinos nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

A partir de então, as guerras convencionais foram substituídas pela guerra irregular contra organizações guerrilheiras palestinas apoiadas, sobretudo, por Síria e Irã.

As ações corajosas e fanáticas do Hezbollah, no Sul do Líbano, e do Hammas, nos territórios ocupados (Gaza e Cisjordânia), atraíram a atenção de uma população sofrida graças à repressão e que passou a ver nesses grupos a possibilidade de obter vitórias contra seu principal opressor: o Estado de Israel. Outro aspecto crucial para a evolução de grupos radicais islâmicos no Oriente Médio foi o exemplo da resistência afegã contra o poderio bélico russo, levado a cabo pelos talibãs – jovens idealistas e/ou mercenários universitários – apoiados pelo governo de Ronald Reagan e treinados pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA e pelo Serviço de Inteligência do Paquistão (ISI).

Em 1987, explodiram violentos conflitos (Primeira Intifada) entre israelenses e árabes na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza.

Em maio de 1999, Ehud Barak foi eleito Primeiro-Ministro de Israel e deu prosseguimento a uma aproximação da OLP visando a um plano de paz em definitivo. As conversações entre os dois lados haviam sido iniciadas durante o governo de Itzhak Rabin. Pressionado internamente, com a população israelense descontente com os rumos do processo de paz e com a insegurança interna, Barak, *Premier* israelense, foi perdendo terreno para os conser-

vadores. Dessa forma, em setembro de 2000, cercado de policiais, o General Ariel Sharon fez uma visita à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, lugar sagrado e venerado por muçulmanos do mundo todo, com o intuito de marcar posição na direita israelense, onde disputava espaço com Benyamin Netanyahu. Essa atitude de Sharon desencadeou a Segunda Intifada, que perdura até os dias de hoje, porém redundou na eleição do velho general para o cargo de primeiro-ministro.

O radicalismo da política de Sharon, praticada contra os palestinos, como a construção do Muro Protetor (muro de concreto que separa os palestinos de Israel), traz à tona a lembrança do Muro de Berlim, chocando e causando revolta na opinião pública mundial. Essa atitude, em vez de demonstrar a busca pela união, caracteriza separação e isolamento e tem feito com que o Hamas mantenha os atentados suicidas em Israel. A resposta israelense é sempre imediata e também violenta, com bombardeios em áreas civis, assassinatos de militantes palestinos e demolições de residências. Esses fatos geram insegurança e provocam um elevado número de vítimas de ambos os lados.

Da análise dos conflitos árabe-israelenses, é possível verificar que três fatores fundamentais concorreram para as vitórias sobre os árabes e para a garantia da existência e crescimento político, econômico e psicossocial de Israel. O primeiro fator é a determinação do povo israelense que comunga com o governo da necessidade de serem alcançados os objetivos nacionais traçados pelo plano político do país, mesmo que isso signifique estar em constante estado de alerta contra agressões externas; o segundo fator é terem adotado como aliados os países certos nos momentos corretos. Foi assim com a França e com a Inglaterra, em 1956, e com os Estados Unidos da América, desde a década de 1960. O terceiro fator é a adoção de estratégias nacionais, militares e de segurança corretas para fazer frente aos

óbices que foram interpostos entre a nação e os objetivos a serem atingidos.

Quanto ao terceiro aspecto é possível verificar o seguinte: Israel sempre manteve estreitamente ligadas as estratégias de Desenvolvimento e de Defesa Nacional. Porque uma falha na Política de Defesa do país colocaria em risco a própria existência do Estado israelense, sem o que não teria como haver desenvolvimento. Por outro lado, a aplicação de eficientes estratégias de defesa nacional só foi possível devido às eficientes estratégias de desenvolvimento praticadas que possibilitaram a alocação dos recursos financeiros necessários para implementar e manter uma poderosa máquina de guerra mesmo quando atuando com limitado apoio externo e contra coligações de países árabes, que detinham populações mais numerosas e economias mais pujantes.

Embora tenham-se utilizado da estratégia indireta, os israelenses empregaram predominantemente a estratégia direta para solucionar seus conflitos. Isso ocorreu durante as guerras de 1948, de 1956, de 1967 e de 1973 e está sendo utilizado atualmente por Sharon com a ocupação militar dos territórios palestinos em Gaza e na Cisjordânia.

Como forma de resolução de conflitos, a coerção foi empregada predominantemente por Israel. A coerção foi adotada por ocasião de sua criação em 1948 e está sendo utilizada atualmente, embora um novo plano de paz tenha sido proposto. Porém, as negociações diplomáticas, no momento, estão coadjuvando as ações do poder militar israelense.

Quanto ao modelo para o planejamento estratégico, os israelenses sempre demonstraram a preferência pelo conflito violento com forte intensidade militar, devido à grande capacidade operacional dos seus quadros militares, à excelente qualidade e à quantidade de seus armamentos e equipamentos bélicos – porque a maioria de suas Forças Armadas é constituída de reservistas que deixam de trabalhar e produ-

zir para combater – e por não disporem de grandes reservas econômicas que possam sustentar um combate prolongado sem um efetivo apoio dos Estados Unidos da América. Por isso, empregaram esse modelo nas guerras do Sinai, dos Seis Dias e do Yom Kippur com pleno sucesso. Porém, após o início das conversações de paz com o Egito, em 1973, os conflitos convencionais foram substituídos pela guerra irregular travada contra grupos guerrilheiros que defendem a causa palestina, o que impede o emprego eficiente desse modelo, já que os conflitos se desenvolvem contra grupos não-regulares e mal armados como a população palestina dos territórios ocupados, tirando a liberdade de ação das forças israelenses. Com isso, o conflito violento com forte intensidade militar deu lugar à adoção das Ações Sucessivas.

No que se refere aos campos de atuação da estratégia nacional, Israel sempre desenvolveu com maestria a manobra interior no que diz respeito ao moral e apoio da população às decisões governamentais de combater seus inimigos, independente dos custos resultantes em vidas humanas. A sobrevivência do Estado de Israel sempre foi colocada acima dos interesses individuais. O reconhecimento e o orgulho da população para com as Forças Armadas também foram fatores determinantes para os sucessos militares alcançados. Por outro lado, os israelenses, na maioria das vezes, agiram sem o reconhecimento externo quanto à legitimidade de suas ações, contando, no entanto, com o apoio de pelo menos uma potência ocidental; na maioria das vezes, os Estados Unidos. Atualmente, no entanto, a própria manobra interior está sofrendo desgastes, com a população começando a indagar se vale o ônus de perder tantas vidas a fim de negar a criação do Estado palestino.

O método da estratégia militar mais utilizado por Israel foi a estratégia direta. Baseado na capacidade militar de suas forças, os israelenses sempre buscaram o máximo de destrui-

ção para as forças adversárias, a fim de garantirem um período maior de preparação para um novo e possível confronto. Durante a Guerra dos Seis Dias, um novo objetivo foi alcançado, que foi a conquista de territórios que aumentassem a sua segurança. Foi assim com a conquista das Colinas de Golan, da Península do Sinai e da Jerusalém Velha. Mesmo detendo armas nucleares em seu arsenal, os israelenses nunca se utilizaram da estratégia nuclear para alcançar seus propósitos políticos ou militares. No entanto, o conhecimento desse poderio faz com que Israel detenha um alto poder dissuasório. É bem possível que o Egito e a Jordânia tenham assinado acordos de paz com Israel, após a derrota do Yom Kippur, por temerem o poderio atômico israelense, hoje estimado entre duzentas e trezentas ogivas nucleares.

As estratégias de segurança mais empregadas por Israel foram a estratégia da presença, da ação independente e da ofensiva. Da presença porque, até a assinatura dos acordos de paz com o Egito e com a Jordânia, Israel sempre esteve cercado de inimigos. Logo, nenhuma parte do seu território podia ser privilegiada em termos de efetivos militares em detrimento de outra. A presença de tropas aptas a combater em qualquer parte do território e em condições de alertar para um iminente ataque inimigo sempre foi condição necessária para a manutenção do Estado israelense. Já a estratégia da ofensiva, visava a eliminar a hipótese de ter seu território seccionado ao meio, caso sofresse um vigoroso ataque da Síria ou da Jordânia. Por isso, Israel sempre partiu para a ofensiva. Com exceção da Guerra do Yom Kippur, quando o Serviço de Informações judeu falhou ao avaliar os riscos de um ataque árabe, o que quase resultou na derrota israelense. Quanto à estratégia da ação independente, ela está ligada à estratégia da ofensiva, pois os israelenses não podiam esperar por apoio das potências ocidentais ou aprovação pela ONU

de uma ação militar contra os países árabes. Se isso ocorresse, os israelenses corriam o sério risco de serem atacados primeiro, perdendo, com isso, os fundamentos da oportunidade e da surpresa.

Com isso, pode-se concluir que Israel vem empregando judiciosamente as estratégias nacional, militar e de segurança, o que lhe garantiu a sobrevivência como nação até o presente momento. Desenha-se, para o futuro, a manutenção da atual situação de intranquilidade para ambas as populações, o que não poderá perdurar por muito tempo, já que o lastimável conflito com os palestinos, marcado por uma guerra *extremamente suja*, tem como maior número de vítimas os civis indefesos. Apesar de o Governo norte-americano apoiar a quase totalidade das ações israelenses contra os palestinos, sob a pretensão de combate ao terror, essa situação tenderá a sofrer alterações, haja vista que essa situação não contribui para os objetivos norte-americanos de exportar o *american way of life* para todo o Oriente Médio. Até por isso, o Governo da Casa Branca deverá forçar seu grande aliado, Israel, a aceitar um plano de paz que resulte na criação do Estado da Palestina nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Por outro

lado, os EUA tentarão convencer a Autoridade Nacional Palestina a aceitar a criação do seu Estado mesmo com parte da Cisjordânia ocupada por assentamentos judaicos e sem o retorno dos demais palestinos que se encontram fora daqueles territórios. Isso até parece impossível por serem desavenças seculares, mas a prova contrária foi o acordo de paz selado entre Israel e Egito na década de 1970. Quanto à aspiração do povo palestino à criação de uma *nação palestina* na Terra Santa, ela é perfeitamente legítima, já que os dois povos – judeus e palestinos – tiveram suas origens naquela região e, desde então, dividem o mesmo espaço.

Por isso, é possível verificar que a segurança de Israel estará garantida enquanto se mantiverem as variáveis políticas, econômicas, militares e psicossociais atuais, o que não garante o fim das baixas entre sua população civil até que a paz seja selada. Quanto ao binômio estratégia de desenvolvimento e de defesa nacional, tão intimamente ligadas pelos diferentes governos israelenses, serve de exemplo ao Brasil, que até o momento prepara e executa planos para períodos governamentais de quatro anos, sem ter uma estratégia de desenvolvimento e de defesa nacional definidas e integradas. ●

Referências bibliográficas

- BROWER, Kenneth S. "A Guerra do Yom Kippur". *Military Review*, Edição Brasileira, v. 54, n. 3, p. 25-33, mar., 1974.
- CHURCHILL, Randolph S.; CHURCHILL, Winston S. *Seis dias de uma guerra milenar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.
- CRUMP, Roger L. "Análise da Guerra de Outubro". *Military Review*, Edição Brasileira, v. 54, n. 8, p. 13-28, ago., 1974.
- DAYAN, Moshe. *A Guerra do Sinai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Bloch Editores, 1972.
- GATTAZ, André. *A Guerra da Palestina*. São Paulo: Usina do Livro, 2003.
- GILBERT, Martin. *The Arab-Israeli conflict – its History in maps*. Great Britain: Redwood Burn, Limited, Trowbridge & Esher, 1974.
- GRAY, Colin S. "A Segurança de Israel". *Military Review*, Edição Brasileira, v. 53, n. 10, p. 22-35, out., 1973.
- HERZOG, Chaim. *A Guerra do Yom Kippur*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- MOROSINI, Dyonélio Francisco. *O Oriente Médio e seus conflitos. Consequências de âmbito regional e internacional. Posição brasileira*. 1976. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1976.

O conflito do Iraque: erros estratégicos*

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima**

O objetivo deste ensaio é ressaltar falhas ou erros de cunho estratégico que afloraram por ocasião da invasão e da ocupação do território iraquiano por forças coligadas, sob liderança dos Estados Unidos da América. O propósito específico é colher ensinamentos que sirvam de subsídios para aqueles que têm a incumbência de estudar e de planejar a defesa nacional e a guerra.

Antecedentes

Em agosto de 1990, o dirigente iraquiano Saddam Hussein al-Majid al-Tikriti determinou às suas tropas militares a invasão do vizinho Kuwait sob o pretexto de:

- reaver reservas de petróleo presentes em território kuwaitiano, segundo ele, historicamente pertencentes ao Iraque;
- impedir que o Kuwait provocasse baixa no preço do petróleo ao ampliar a produção além da cota estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);
- exigir do Kuwait o perdão de uma dívida de US\$ 10 bilhões, contraída pelo Iraque durante a guerra com o Irã (1980);
- cobrar indenização de US\$ 2,4 milhões, alegando que os kuwaitianos extraíram furtivamente petróleo de campos iraquianos na região fronteiriça de Rumaila; e
- finalmente, de rediscutir antigas questões de limites, como o controle dos portos de Bu-

biyan e Uarba, que dariam ao Iraque novo acesso ao Golfo Pérsico.

Ainda no final daquele mesmo mês, Saddam Hussein proclamou a anexação do Kuwait como sua 19ª província.

Em decorrência, houve ampla reação internacional à invasão, e a Organização das Nações Unidas (ONU) impôs severo boicote econômico ao Iraque. Os Estados Unidos da América (EUA), tendo como presidente George Bush (pai), de pronto passaram a pressionar a ONU no sentido de autorizar o uso da força para restabelecer o *status quo* na região. Diante do fracasso das tentativas de solução diplomática, essa organização autorizou, em final de novembro de 1990, o ataque contra o Iraque, caso suas forças não se retirassem do Kuwait até 15 de janeiro de 1991. Em 16 de janeiro desse ano, forças coligadas de 28 países, lideradas pelos EUA, deram início ao bombardeio aéreo de Bagdá, capital do Iraque, seguido de impetuoso ataque terrestre às tropas iraquianas, que se renderam em 27 de fevereiro. Esse confronto, que ficou conhecido como Guerra do Golfo, terminou com a expulsão das tropas iraquianas e o restabelecimento da integridade territorial e da soberania do Kuwait, sem, entretanto, realizar-se a deposição do chefe de governo iraquiano, como era de se esperar.

Como parte dos termos do cessar-fogo, o Iraque teve de permitir a inspeção de suas instalações militares por observadores da ONU, como medida impeditiva a uma possível produção de armas químicas e nucleares.

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Coronel de Artilharia e de Estado-Maior.

Cerca de dez anos e meio mais tarde, mais propriamente em 11 de setembro de 2001, os EUA foram surpreendidos por um atentado terrorista sem precedentes, em que quatro aviões civis de grande porte foram desviados de suas rotas e usados à guisa de mísseis por extremistas muçulmanos. Dois provocaram a destruição das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York; outro arremeteu-se contra uma das alas do Pentágono (o centro burocrático-administrativo das Forças Armadas), em Washington, causando-lhe considerável estrago. A quarta aeronave que se dirigia de encontro à Casa Branca foi, “por ação da tripulação e de passageiros, impedida de atingir o alvo, caindo a meio caminho”, conforme versão norte-americana. O resultado, além da destruição dos prédios, foi a morte de cerca de 2.800 pessoas.

Essa ação foi assumida pela organização terrorista Al-Qaeda, liderada pelo saudita Osama bin Laden, que, conforme propalado, vivia refugiado no Afeganistão, sob proteção do antigo regime local, o Talibã.

Diante desse inesperado e “inimaginável” ataque ao centro do poder norte-americano, que deixou o mundo perplexo e consternado, o Presidente Bush conclamou as nações livres a formarem uma ampla coalização internacional contra o terrorismo – alimentado, segundo ele, pelo “eixo do mal” (Irã, Iraque e Coreia do Norte) –, enfatizando, maquiavelicamente, que “quem não estivesse com os EUA estaria do lado dos terroristas”.

Após insistente gestão do Governo norte-americano, chefiado por George W. Bush (filho), no sentido de que as autoridades afegãs entregassem Bin Laden aos EUA, ante a negativa, Bush formou ampla coalisão internacional de países para ombrear com os Estados Unidos na captura de bin Laden, “vivo ou morto”, na destruição da Al-Qaeda e, também, na deposição do regime talibã.

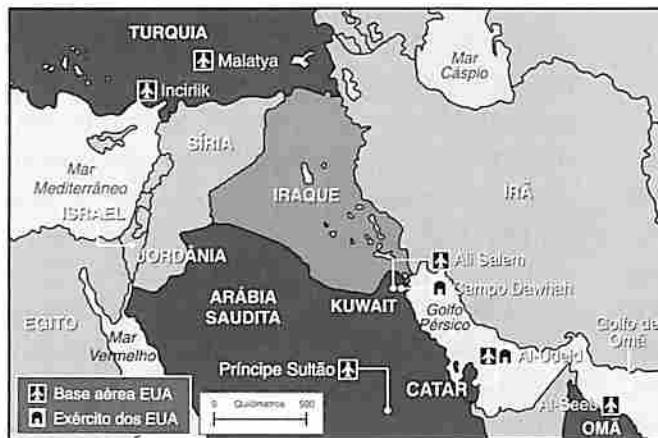
Em outubro de 2001, EUA e Grã-Bretanha iniciaram ataques ao Afeganistão com bombar-

deios diários, que foram fundamentais para facilitar aos afegãos da Aliança do Norte, contrários ao Talibã, tomarem a capital – Cabul –, em novembro, pondo fim àquele regime teocrático. Os EUA, apesar das tropas que ainda mantêm no Afeganistão, não conseguiram capturar Bin Laden, cujo paradeiro exato permanece desconhecido.

A prioridade que o Governo norte-americano passou a atribuir à guerra contra o terrorismo, de certa forma, provocou um embaraçamento na temática internacional do momento, relegando outros assuntos em pauta, como controle de poluentes ambientais, fontes alternativas de energia, desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza no mundo, preservação ambiental etc.

A par dessa postura antiterrorista recrudescida, o unilateralismo exibido pelo Governo dos EUA, país que detém o *status* de principal parceiro comercial do mundo e única superpotência econômico-militar, vem acirrando os ânimos de diversas comunidades étnico-religiosas no mundo e ampliando o contingente de pessoas com aversão pelos norte-americanos.

Paralelamente, com a implementação, nos últimos tempos, de uma maior interação entre as nações, particularmente na área econômica – fenômeno denominado globalização –, ressurgiram, como principais responsáveis pelo agravamento das tensões sociais e, conseqüentemente, potencial risco de conflitos violentos, a crescente desigualdade econômica e tecnológica entre países e a desnivelada competição comercial, em que a maioria dos países permanece como mera fornecedora de matérias-primas para uns poucos desenvolvidos que têm condições de agregar valor a seus produtos. Essa assimetria de poder e de condições de vida tem agravado a sensação de insegurança dos povos e projetado incerteza quanto ao seu futuro, impelindo grandes grupos humanos a reforçar seus tradicionais laços de solidariedade



em torno de valores como identidade étnica, religião, idioma e proximidade geográfica, ao mesmo tempo em que recrudesce preconceitos, intolerância e até hostilidades contra aqueles que não integram os ditos grupos. Esse aspecto é particularmente ressaltado no caso do Iraque cuja sociedade, além de alienada do mundo pela política hermética do regime de Saddam, é profundamente fragmentada, tribal, acima mesmo das três ramificações mais conhecidas – xiitas (60%), sunitas (20%) e curdos (17%) –, com (3%) de outras. O povo iraquiano (estimado em 25 milhões de habitantes) compõe uma colcha de retalhos formada por uma centena de tribos, cerca de 25 confe-

derações tribais e várias dezenas de clãs, além de facções políticas. Estudos sociológicos sobre a comunidade iraquiana concluíram que 40% da população consideram mais importante a identidade tribal do que a cidadania iraquiana.

O Conflito do Iraque

Sob o pretexto de destruir um “provável” arsenal iraquiano de armas químicas, capazes de provocar destruição em massa, particularmente diante da pos-

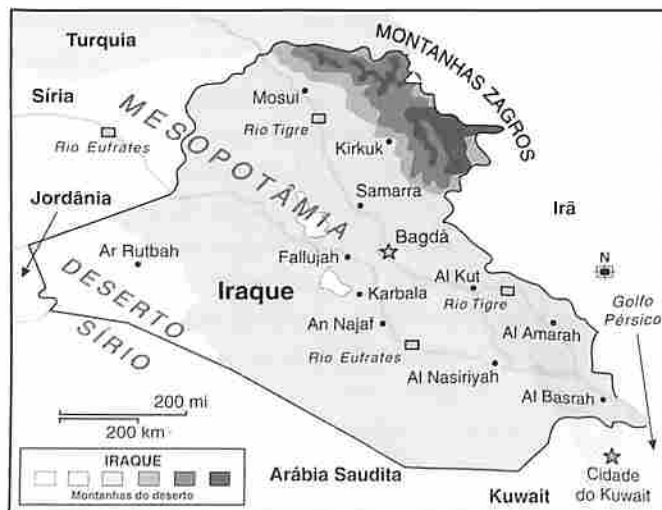
sibilidade de serem repassadas a grupos terroristas, o Governo norte-americano de George W. Bush, mesmo à revelia da ONU, concentrou fabuloso aparato bélico na região do Golfo Pérsico e efetivou a invasão do Iraque, tornando patente a nova doutrina estratégica de “guerra preventiva” do Pentágono.

Assim, na manhã de 20 de março de 2003, a capital iraquiana – Bagdá – viu-se atingida por intensa chuva de mísseis *tomahawk*, disparados de navios norte-americanos estabelecidos no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho, e de bombas lançadas por aeronaves *stealth*. Esse ataque, segundo divulgado, tinha por objetivo principal eliminar Saddam Hussein, que estaria em algum dos seus palácios dispersos pela capital, bem como sua cúpula de governo.

O bombardeio em massa se intensificou nos dias seguintes, estendendo-se a outras cidades iraquianas estratégicas, dentre elas Tikrit, Kirkuk, Mossul e Basra (principal cidade depois da capital).

Tropas norte-americanas e britânicas, partindo do vizinho Kuwait, invadem o Iraque e, após cerca de uma semana de marcha pelo deserto, atingem a cidade de An Najaf.

Nessa empreitada inicial, além das tempestades de areia que dificultam o avanço e de contra-ataques a seus eixos



de suprimentos, as tropas deparam-se com pontos de resistência esparsos, principalmente na denominada “linha vermelha”, círculo imaginário ao redor de Bagdá, onde estariam concentradas as mais ameaçadoras forças iraquianas, como a temida Guarda Republicana.

No prosseguimento e já nos últimos dias de março, os aliados chegam a Karbala, enquanto em outra frente pouco mais ao norte fuzileiros navais atravessam o Rio Eufrates, passando por Al Nassirya, e rumam para Bagdá.

No início de abril, os fuzileiros atingem Kut e realizam a travessia do Rio Tigre, a sudeste de Bagdá. Enquanto isso, tropas da 3ª Divisão de Infantaria norte-americana passam ao largo de Karbala, atravessam o Eufrates e se aproximam do sul de Bagdá.

No dia 3 de abril, tropas do Exército norte-americano tomam o Aeroporto Internacional Saddam Hussein, a oeste da capital iraquiana.

Dois dias depois, uma força norte-americana de blindados atinge o sul de Bagdá, enquanto, a sudeste, os fuzileiros alcançam as cercanias dessa cidade.

Em menos de uma semana, as tropas atacantes tomam a capital, após encontrar fraca resistência, desmascarando o blefe da tal Guarda Republicana.

Os palácios de Saddam são invadidos e revirados. Os fuzileiros navais tomam a base aérea de Rushid, no centro da cidade. Em Basra, a casa de um dos principais membros da cúpula governamental – o “Ali Químico” – é bombardeada (ele viria a ser preso somente mais tarde, em agosto).

Ao redor de Bagdá, as principais vias de acesso são dominadas, e o maior símbolo do governante iraquiano – uma estátua de bronze na praça Firdos – é derrubado e destruído sob aclamação popular.

Estava concluído o cerco do centro do poder iraquiano, e, a partir daí, começaram as operações urbanas de “rescaldo”, quais sejam, a

eliminação de resistências locais, a caça aos integrantes do primeiro escalão governamental, principalmente de Saddam, a busca dos propalados arsenais de armas químicas, o vasculhamento de palácios, prédios públicos e residências e o estabelecimento de pontos fortes para assegurar o domínio integral de Bagdá. Essa fase das operações culminou com a morte de dois filhos de Saddam – *Uzai e Kuzai* – e com a prisão do dirigente do Iraque e de alguns de seus assessores.

Em síntese, pode-se dizer que o regime de governo implantado por Saddam foi extinto mediante uma operação militar que durou cerca de 22 dias. Essa operação levou ao Iraque, inicialmente, 175 mil combatentes de 34 países, sendo em torno de 140 mil dos EUA. A data prevista para a retirada dessas tropas é dezembro de 2005, após a consolidação dos trabalhos de uma assembléia constituinte, eleita em janeiro desse ano, com a missão precípua de estabelecer uma proposta de lei magna para o Iraque.

Entretanto, o pior estaria por vir, como inúmeros atentados às tropas de ocupação, mortes de civis e ataques a instalações oficiais de entidades ocidentais, além de atos de terrorismo direcionados a efetivos policiais iraquianos, que se encontram em fase de reorganização.

A essa altura dos acontecimentos, constata-se um considerável somatório de sucessivos erros estratégicos atribuídos ao Governo e a órgãos de inteligência norte-americanos, bem como a autoridades militares ocupantes do país, conforme amplamente relatado pela imprensa mundial e por observadores que têm testemunhado o caos implantado naquele país após a ocupação militar.

Apreciação dos fatos

A análise dos fatos antecedentes, das declarações de autoridades norte-americanas e dos

inúmeros relatos divulgados por renomados órgãos da imprensa permite apurar vários erros ou falhas de natureza estratégica ocorridos tanto no âmbito do governo dos EUA quanto no de seus órgãos de primeiro escalão, como CIA, Pentágono e o alto-comando das operações militares.

Inicialmente, verifica-se que houve uma controversa indecisão por parte do Governo norte-americano quanto ao estabelecimento do objetivo político da guerra. Ora falava-se no arsenal iraquiano de armas de destruição em massa, capaz de ameaçar a integridade do mundo ocidental, em especial dos Estados Unidos, mas cuja existência não se confirmou até hoje. Partiu-se, então, para uma “forçada” conjectura de que Saddam Hussein poderia, futuramente, vir a produzir tais armas e distribuí-las a movimentos terroristas. Ora alegava-se uma provável e sólida ligação entre Saddam Hussein e Osama bin Laden, principal líder da organização terrorista Al-Qaeda, responsável pelos ataques às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. Também esse aspecto não se confirmou e, muito menos, que Saddam apoiava o terrorismo internacional. De repente, o objetivo da guerra passou a ser a deposição do chefe de governo do Iraque, que extinguiu a liberdade do povo iraquiano e estaria sufocando sua gente na lama da miséria. De outra feita, a guerra passou a ser contra uma parcela do próprio povo iraquiano, que não respondeu à altura as boas intenções do Governo norte-americano ao ocupar militarmente seu país para libertá-lo de um regime opressivo. Aventou-se, ainda, o objetivo de implantar no Iraque um modelo ocidental de democracia e de economia de mercado que se propagaria pelo Oriente Médio.

Tal indecisão quanto ao objetivo político da guerra, que, como se sabe, deve ser explícito e claramente formulado quando do planejamento da guerra, deu margem a que analis-

tas do mundo inteiro especulassem a respeito, chegando-se a afirmações como:

- “interesse norte-americano nas reservas petrolíferas do Iraque”;

- “domínio político dos EUA no Oriente Médio”;

- “afirmação da hegemonia global norte-americana, atestada, como exemplo, na invasão do Iraque”;

- “Bush teria assumido a Presidência da República já desejando conduzir uma guerra contra o Iraque, talvez por causa do petróleo, talvez para ‘mudar o mundo’, ou até mesmo para ‘vingar seu pai, criticado por não ter consumado a eliminação de Saddam Hussein por ocasião da primeira guerra contra o Iraque’.”

Especulações à parte, seja qual for o objetivo do Governo norte-americano, o ensinamento que fica é o de que não se pode encetar uma guerra sem que se estabeleça um ou mais objetivos políticos concretos, evidentes e fundamentados, que realmente justifiquem a empreitada armada. O que não se deve é partir para a ação extrema da guerra com base em suposições, sob pena de se cair no descrédito mundial e de se angariar generalizada aversão, como vem acontecendo agora nesse conflito.

Outro erro estratégico do Governo dos EUA foi ignorar o posicionamento do principal foro de resolução de conflitos entre países no mundo – a Organização das Nações Unidas (ONU) –, que, diante da decisão norte-americana de partir para a guerra à sua revelia, emergiu ainda mais enfraquecida. A atitude do Presidente Bush foi de encontro aos princípios que norteiam a paz mundial, dando um exemplo de paradoxo entre o que se prega e o que se faz, além de atingir profundamente um dos pilares da democracia mundial – o consenso internacional. Ao adotar uma estratégia de ação independente e direta cujos motivos não são plausíveis ou justificáveis aos olhos do mundo, embora possam sê-lo para uma superpotência que projeta e mantém po-

der mundialmente, o Governo norte-americano demonstrou não possuir visão estratégica consentânea com a de estadistas.

O fato se agrava diante do precedente criado exatamente pela única superpotência militar na atualidade, que se atribui o *status* de mantenedora dos ditames democráticos no mundo. A decisão do Governo norte-americano, pelo que aparenta, revelou incoerência e extemporaneidade ao fazer uso da força antes de esgotar medidas diplomáticas, ao coagir antes de persuadir, ao atuar unilateralmente antes de considerar o consenso da maioria de seus aliados. Aliás, este último aspecto constitui fator preponderante para minar a confiança de parceiros, podendo, no futuro, comprometer qualquer tentativa de implementar a estratégia da aliança. Uma primeira consequência disso é o estremecimento de relações que já aflorou entre um tradicional aliado – a Arábia Saudita – e os EUA e as reações contrárias manifestadas por França e Alemanha. Em síntese, em vez de fortalecer a democracia com a invasão do Iraque, o governo Bush deu margem ao surgimento de novos focos de terrorismo internacional, agravando o clima de insegurança global e acirrando tensões internacionais.

Na sequência de erros estratégicos, cumpre ressaltar também o planejamento de guerra inconsistente ou incompleto por parte do mais elevado escalão governamental, conforme amplamente divulgado. Ficou evidente que, pelo vulto das retaliações surgidas contra as tropas da coalizão, muitos aspectos importantes foram relegados, particularmente aqueles procedimentos básicos referentes ao pós-guerra, segundo os quais, desde o início do planejamento, há que se ter respostas para as clássicas perguntas atinentes à fase da exploração da guerra:

- Quais devem ser as consequências da vitória?

- Quais as condições para o restabelecimento da paz?

- Que atitude deve-se adotar no futuro?

- Quais devem ser os novos objetivos (após o conflito)?

Para planejadores governamentais de alto nível, é fundamental saber com exatidão o que fazer, vencendo ou perdendo a guerra. Não se admite em empreitada dessa natureza o “deixar-acontecer”, o “depois-a-gente-vê-como-é-que-fica”. Talvez, por essas questões não terem sido integralmente consideradas, é que o Iraque que está sendo entregue ao governo provisório apresenta-se mergulhado no caos, falido, com as instituições implodidas, com a violência grassando, com rios de sangue afluindo para as águas do Tigre e do Eufrates, com o povo inteiramente desorientado quanto ao próprio futuro. A guerra, como ato político que é, não pode prescindir de propor uma solução política para o pós-guerra. Faz-se mister criar condições mínimas que facultem a reconstrução do país derrotado. No caso, o povo iraquiano está recebendo um país arrasado, sem instituições definidas, com economia combatida e infra-estrutura precária, tudo envolto por um clima de insegurança, violência, revolta e incertezas quanto ao futuro.

Em resumo, a contabilidade ao final do conflito apresenta, com evidência, mais perdas do que ganhos em qualquer dos campos analisados – político, econômico, psicossocial e, quiçá, o militar.

Também constituiu erro estratégico terem sido os planejamentos da guerra desenvolvidos em âmbito restrito, sem se valer de um assessoramento mais amplo, envolvendo um conselho nacional de personalidades notáveis e de especialistas no assunto. Tudo ficou restrito ao “cerrado círculo de falcões da Casa Branca e ao Pentágono”, conforme mencionado por uma publicação de famoso periódico norte-americano. Um mandatário de uma nação tem, pelo menos se infere, o dever de demonstrar visão abrangente de mundo e, como tal, é temerário fazer-se assessorar apenas por uns poucos ho-

mens ou mulheres, ditos “de confiança”. Segundo o diretor do Programa de Estudos Asiáticos da Universidade de Nova Iorque, estudioso da Segunda Guerra Mundial, foram gastos três anos e meio no planejamento e nos treinamentos para as ocupações pelos aliados na Alemanha e no Japão derrotados, envolvendo os melhores acadêmicos norte-americanos nesse planejamento e nos treinamentos de oficiais e intérpretes.

Como se observa, o recurso extremo às armas, para que uma nação faça valer seus interesses, não pode ser algo decidido da noite para o dia, ao sabor de arroubos pessoais ou de incitamentos intempestivos. A experiência histórica tem comprovado que quanto mais personalidades participam dos planejamentos estratégicos tanto mais sensata é a decisão decorrente, além de realmente permitir atender ou se aproximar do interesse da sociedade nacional.

Também podem ser catalogadas como erros estratégicos a insubstância e a manipulação (se é que realmente houve) de informações estratégicas, bem como a deficiência que permeou o sistema de inteligência norte-americano. Dispondo, segundo se sabe, de um dos mais treinados e equipados sistemas de inteligência do mundo, não se entendem a inconsistência nem o desencontro de informações, que levaram, inclusive, à dubiedade quanto ao estabelecimento dos objetivos da guerra.

Os relatórios apresentados após inspeções de observadores da ONU, quanto à existência de arsenais de armas químicas e nucleares, foram inconclusivos, conforme divulgado. Da mesma forma, a alegada coligação do regime de Saddam Hussein com o terrorismo internacional de Bin Laden ficou restrita ao campo da suposição, do “consta que”, sem nenhuma comprovação.

Essa falha, para um governo que tem a capacidade de tomar decisões que podem afetar praticamente todo o mundo, é simplesmente irreparável, pois, além da perda de confiança,

permite o afloramento de incertezas em tantos quantos com ele mantêm relacionamento. Haja vista o recente estremecimento das estreitas relações que existiam entre os EUA e a Arábia Saudita, seu principal aliado na região do Golfo Pérsico.

Em meados de 2004, foi exaustivamente propalado no mundo e reproduzido por nossa imprensa que, *“depois de um ano de investigações sobre a veracidade dos motivos que levaram os EUA a invadir o Iraque, a Comissão de Inteligência do Senado norte-americano chegou ontem a uma conclusão já esperada por muita gente: a Agência Central de Inteligência (CIA) exagerou a ameaça que o Iraque representava para o país, confiou demais em fontes duvidosas e ignorou aquelas que garantiam que o governo de Saddam Hussein não tinha armas de destruição em massa”*. (O Globo, 10/7/04)

Pode-se, ainda, arrolar como erro estratégico a imprevisão de que um insucesso político em empreitada de tal envergadura poderia acarretar efeito reverso. E isso ocorreu quando, diante do caos instalado no Iraque, o terrorismo internacional lá encontrou campo fértil para se propagar, além de adquirir fortalecimento político e militar por meio do respaldo recebido de facções locais, de várias comunidades árabes e até de outros povos em diversas partes do mundo. O conceituado International Institute for Strategic Studies londrino – IISS – apurou que a intervenção no Iraque absorveu consideráveis recursos financeiros que estavam previstos para o combate ao terrorismo internacional, além de ter contribuído para o aumento da antipatia pelos EUA e de ter atraído a ira de militantes antiamericanistas do mundo inteiro. Segundo o IISS, *“o grupo de Bin Laden tem hoje mais terroristas dispostos a atacar do que antes da guerra e já atua em mais de sessenta países”*.

Na sequência de erros estratégicos, outra falha crucial do Governo norte-americano foi “expurgar” as instituições governamentais e des-

mantelar as Forças Armadas do Iraque em vez de se empenhar em angariar aliados nesses universos, creditando-lhes a oportunidade de atuar ao lado das forças de coalizão em prol da ordem e do bem-estar do povo iraquiano. Com essa atitude, os invasores passaram da condição inicial de libertadores para a de conquistadores, gerando no povo iraquiano profunda aversão à sua presença no país. Esse fato começa a se agravar diante da longa permanência das tropas estrangeiras em território iraquiano, que, paradoxalmente, não podem se retirar, abruptamente, sem que, no mínimo, se vislumbre a normalidade política e social no país. Diga-se de passagem que não se pode descartar a possibilidade do surgimento de uma guerra civil local, envolvendo as diversas etnias, após a desocupação norte-americana, posto que as divergências são arraigadas e a cultura permanece tribal. E um Iraque instável, no Oriente Médio, constitui “barril de pólvora” capaz de provocar grande estrago na principal área exportadora de petróleo para o mundo.

É de se considerar, também, possível falha no preparo de alguns integrantes das forças militares norte-americanas. Pôde-se observar certa deficiência no preparo psicológico de combatentes, dando margem ao surgimento de casos de tortura de prisioneiros, de saques ao patrimônio público, de desrespeito aos costumes locais, de afronta a fundamentos culturais e religiosos e, até mesmo, de extorsão a cidadãos iraquianos, esta sob o pretexto de “confiscar valores de supostos insurgentes e de suspeitos de financiar os rebeldes”. Há, ainda, os casos de deserção (contabilizados mais de mil até o momento) provocados particularmente pela ampliação do prazo de permanência em operações, descumprindo-se o contrato firmado por ocasião da convocação para a guerra.

É fato que o percentual referente a esse aspecto é praticamente irrisório, mas não deixa de refletir no moral da tropa e, quiçá, de reve-

lar falha de ação de comando nos pequenos escalões, o que, em termos estratégicos, permite questionar o preparo dos combatentes para a guerra.

Constata-se, ainda, que o propósito de se implantar um regime democrático, nos moldes ocidentais, em um país eminentemente islâmico, não poderia, de forma alguma, ignorar o emaranhado cultural e o radicalismo religioso existentes no Iraque. Aliás, as profundas diferenças que permeiam o povo iraquiano foram momentaneamente relegadas para dar lugar ao surgimento de um fator de união nacional, qual seja, um arraigado ódio aos norte-americanos. Além dessa reação interna, previsível, porém minimizada, outros focos de antipatia contra os EUA afloraram em várias partes do mundo, em solidariedade com o fraco diante do forte. A exceção da bipolaridade verificada no século passado, em que capitalismo e comunismo não se toleravam, em momento algum de sua história a nação norte-americana foi tão “abominada” quanto agora, com a invasão do Iraque.

Para finalizar, pode-se considerar que os ferimentos provocados no Iraque pela invasão armada levarão muito tempo para cicatrizar e, mesmo assim, deixarão marcas indeléveis. Daqui para a frente, é possível que, principalmente no Oriente Médio, a desconfiança e a aversão constituirão o cerne do relacionamento entre a maioria dos países daquela região e os Estados Unidos.

Conclusão

O que se destaca no cenário desse conflito é que o futuro do Iraque prenuncia-se ainda como uma incógnita, passível das mais variadas projeções, como, por exemplo, eclosão de guerra civil, retaliações da minoria sunita contra o governo provisório instalado com apoio explícito das autoridades norte-americanas, surgi-

mento de uma nova teocracia, a exemplo do vizinho Irã, reações de independência por parte dos curdos, dentre outras.

Essa incerteza, em vez de abrir caminhos para a expectativa norte-americana de implantar uma democracia no Oriente Médio, pode traduzir-se em desajuste do equilíbrio de poder até então verificado, ainda que aparentemente, no contexto dos países daquela região. De qualquer forma, o saldo da ação do Governo norte-

americano no Iraque mostra-se deficitário para os EUA, principalmente quando postos na balança os prós e os contras.

Por outro lado, há muitos ensinamentos a serem extraídos desse evento por parte de estudiosos e planejadores da guerra no contexto da defesa nacional, em especial quanto ao que “não se deve fazer” na implementação das medidas necessárias à condução de um conflito dessa natureza ou similar. ●

Referências bibliográficas

Almanaque Abril – 2004

Jornal *O Globo*

Revista *Veja*

Site www.worldatlas.com (mapas)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A FEB pelo seu comandante

J. B. Mascarenhas de Moraes

Este título nos fornece, segundo um plano de conjunto e no quadro da verdade histórica, um relatório da atuação da FEB em território italiano.

Revive acontecimentos com a exata delimitação dos feitos militares e justa caracterização de seu papel na manobra geral do V Exército.

O zelo lingüístico do Professor Daltro Santos, pela revisão feita, a torna uma peça literária de elevado valor.

A presença militar dos Estados Unidos no mundo*

Manuel Cambeses Júnior**

Não há ponto do mundo onde os Estados Unidos não possam pôr suas tropas num estalar de dedos. É o poderoso império estadunidense, espreado por vários países, de inúmeras maneiras: bases militares, estações de rastreamento, facilidades de infra-estrutura, pistas de aterrissagem e hangaragem de aviões.

O dispositivo evidenciou a sua força no Afeganistão e, mais recentemente, no Iraque e está tentando mostrá-la a qualquer dos estados apontados pelo Presidente George W. Bush como pertencentes ao “eixo do mal”, como, por exemplo, a Coreia do Norte e o Irã. A hipótese de uma nova guerra na península coreana foi recentemente admitida pelo enviado especial da Organização das Nações Unidas (ONU) a Pyongyang, Maurice Strong. No Golfo Pérsico, com concordância das monarquias absolutas da região, os EUA têm bases permanentes nos Emirados Árabes Unidos, Omã, Catar (é em Doha que se situa o quartel-general da Operação Liberdade Iraquiana), Kuwait (desde a Guerra do Golfo, em 1991) e Bahrein, sede da V Esquadra. Possuem bases também no Iêmen. Entretanto, as mais importantes estão na Arábia Saudita, dotadas de aviões F-15 e F-16, de caças-bombardeiros F-117 e aviões de espionagem U-2 e AWACS.

Duas das unidades sauditas abrem e fecham os dois gasodutos do país. Ras Tanura, talvez a mais importante, está encostada ao porto petrolífero de Al Khoba. O país é o primeiro produ-

tor de petróleo do mundo e possuidor das maiores reservas. Na África, a presença militar norte-americana é particularmente importante nos três países do “chifre africano”: Djibouti, Eritreia e Etiópia. Em meados de dezembro de 2002, o Secretário norte-americano da Defesa, Donald Rumsfeld, de visita oficial à região, obteve de todos eles acordos de cooperação específica. Argumento: a luta contra o terrorismo.

No meio do Oceano Índico, na ilha britânica de Diego Garcia, está uma das mais importantes bases militares do mundo. É aí que



Somente em 1988, o Departamento de Defesa reconheceu a existência do F-117. Este é, sem dúvida, o avião com aspecto mais estranho que já voou, mas a sua silhueta multifacetada como a de um diamante é que o torna “invisível”, refletindo as ondas do radar em várias direções, fazendo com que se mostre nas telas inimigas como um pequeno sinal que aparece e desaparece rapidamente.

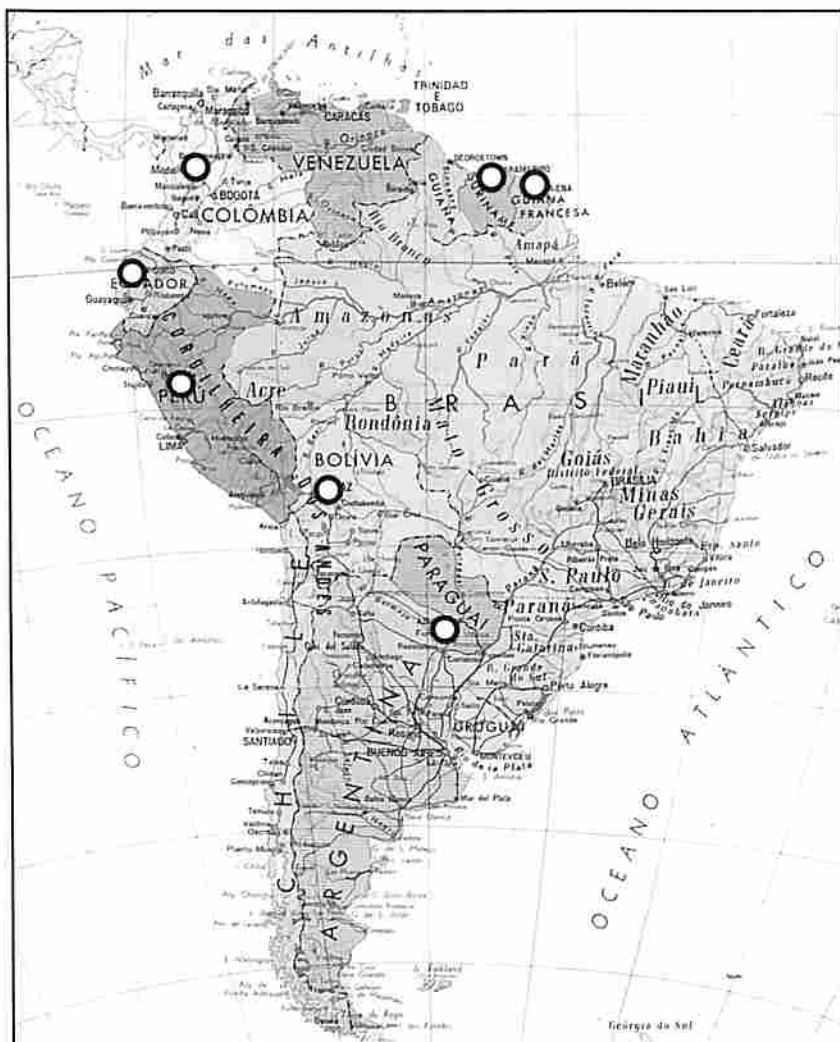
* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel-Aviador, analista do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra – ESG.

hibernam, à espera de ser convocados, os bombardeiros estratégicos B-52. Eles podem chegar, ao fim de uma hora, a qualquer objetivo num raio de mil quilômetros. Os B-2 Spirit também estão ali posicionados. É a mais austral das bases norte-americanas da região, autorizada pelo Reino Unido num tratado (1964) cujos termos nunca foram dados a conhecer.

No Cáucaso, os norte-americanos estão na Geórgia e no Azerbaijão, e na Ásia Central, espriam-se, além do Afeganistão, pelo Uzbequistão, Tajiquistão, Quirguízia e Cazaquistão. O caso cazaque é ilustrativo. Muitos dos meios usados pelos EUA na guerra aos talibãs passaram pelo aeroporto internacional de Astana, no âmbito de um acordo militar assinado em julho do ano passado com as autoridades desse país. O estreitamento das relações entre Washington e o regime autoritário de Nursultan Nazarbayev deve-se ainda a outro motivo: o subsolo cazaque, equivalente a quatro Texas, é rico em petróleo.

O caso europeu é diferente. Ali, a presença dos EUA já não tem o caráter de outrora, do tempo da Guerra Fria. As bases norte-americanas no velho continente têm hoje, essencialmente, um valor logístico. No corrente conflito do Iraque, com exceção das unidades estacionadas no Reino Unido e na Itália, as outras, por exemplo as situadas na Alemanha ou na Espanha, têm sido usadas mais como meios de apoio, de



Os círculos assinalam instalações estadunidenses na América do Sul.

trânsito ou de prestação de serviços médicos, do que de ataque. Na Europa, além desses quatro países, os norte-americanos possuem, ainda, bases na Islândia (Keflavik), Bélgica, Dinamarca (Thule), Portugal (Açores), Hungria (Taszar), Turquia (Adana) e Grécia.

A América Latina é outra zona salpicada de bases norte-americanas. Os EUA nunca desleixarão com a região, que é, desde James Monroe, a sua linha de defesa mais importante.

Washington tem, do México para o sul, pelo menos vinte bases. Nas Caraíbas está presente, por exemplo, em Aruba (Rainha Beatriz) e

Curaçao (Hato), nas Antilhas Holandesas ou em Guantánamo, na ponta leste da linha de Cuba, uma das suas mais antigas posições no estrangeiro, desde 1903. Em Barbados, também há homens e meios. Na América Central, existem unidades em El Salvador e Honduras, respectivamente, nas localidades de Comalapa e Soto Cano.

Na América do Sul, devido ao encerramento, no final do século passado, das bases no Panamá, entre elas Howard, na sequência da entrega do canal aos panamenhos, a presença norte-americana é particularmente forte na Colômbia, Equador e Peru, justificada em todos os casos pelo combate ao narcotráfico. No caso colombiano, ela passa instrução das forças locais na luta contra as duas organizações de guerrilha do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). O Paraguai aprovou, recentemente, a instalação de uma base militar estadunidense em seu território. Lá, os norte-americanos exercem um trabalho muito diversificado: ao mesmo tempo em que treinam as forças locais para o combate ao narcotráfico e ao terrorismo, abrem poços artesianos, postos de saúde e

escolas. Em Assunção, os serviços de informação norte-americanos estão instalando a sua maior antena de rastreio do subcontinente.

Os EUA estão, ainda, no Setentrão Oriental – Suriname e Guiana Francesa –, onde ajudaram a remodelar infra-estruturas aeronáuticas. Na Bolívia, vêm colaborando estreitamente para a erradicação do cultivo da folha de coca. Esse apoio teve o seu pico na gestão do Presidente Hugo Banzer.

Finalmente, no Oriente, há bases norte-americanas no Japão, tais como: Kadena, Misawa, Atsugi, Yokota e outras, com um efetivo de 63 mil homens no total. Na Coreia do Sul, várias, como Kunsan City e Osan, com um total de 37 mil homens, ou nas Filipinas, lutando ao lado das forças regulares contra os rebeldes da Abu Sayyaf, organização muçulmana suspeita de estreita ligação com a Al-Qaeda, de Osama bin Laden.

Diante dessa constatação, cabe-nos a seguinte indagação: para onde caminha o pensamento estratégico que está norteando as mentes dos líderes republicanos da superpotência hegemônica? À nossa reflexão! ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Os Franceses no Rio de Janeiro

Augusto Tasso Fragoso

Os Franceses no Rio de Janeiro, livro publicado postumamente, é um trabalho meticuloso e metódico, entretanto em sua leitura percebemos ser obra incompleta e inacabada. Em abril de 1965, Antonio Souza Junior procurou completar o trabalho sem deturpação de seus motivos e fundamentos históricos, bem como sem alterações sensíveis em sua textura literária. O autor de *Os Franceses no Rio de Janeiro* foi quem primeiro desbravou o assunto entre nós. O aspecto militar das invasões com a técnica e o detalhe de uma análise é um trabalho pioneiro.

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica*

Paulo Roberto de Almeida**

Da república
velha à redemocratização

As relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos no século XX passaram por diferentes situações, da aproximação à indiferença, da desconfiança à aliança militar, da cooperação à competição, nas diversas fases de desenvolvimento de um relacionamento que remonta ao período anterior à independência do Brasil. Os Estados Unidos – como primeira potência hemisférica em todo o período e principal potência planetária desde o final da Segunda Guerra Mundial – estiveram presentes em todos os lances importantes da diplomacia brasileira no século XX, assim como ocuparam grande parte da interface externa do Brasil no campo econômico, científico, cultural e tecnológico no último meio século. As relações foram (ainda são) marcadas por uma evidente assimetria nos planos econômico, tecnológico e militar, ainda que o Brasil tenha buscado introduzir, no plano diplomático, maior equilíbrio político, com base na reciprocidade e na igualdade de tratamento.

A República brasileira introduziu princípios alternativos de política externa, como o pan-americanismo, área na qual o Império tinha mantido relativo isolamento das repúblicas do hemisfério. Nos episódios iniciais de afirmação da República, o relacionamento começa sob bons auspícios: por ocasião das in-

tervenções estrangeiras durante a revolta da Armada, os EUA vêm em auxílio do novo regime, contra as inclinações monarquistas de algumas potências européias. Os desníveis de desenvolvimento entre os dois países já eram evidentes entre o final do século XIX – quando se assistiu a uma primeira tentativa de integração comercial hemisférica patrocinada pelos EUA – e o início do século XX. A partir de 1902, o Barão do Rio Branco, armado de uma concepção diplomática baseada no equilíbrio de poderes (competição com a Argentina pela hegemonia regional), opera uma política de aproximação com os EUA. O Presidente Theodore Roosevelt proclama, logo em seguida, o seu corolário à Doutrina Monroe, com o objetivo de justificar o papel de polícia que os EUA pretendiam impor, mediante intervenções armadas, a seu entorno geográfico imediato (Caribe e América Central).

Nos próximos anos e décadas, o Brasil e a Argentina passam a competir entre si para estabelecer com os EUA uma “relação especial” que sempre se revelou ilusória, esperando igualmente corresponder, na América do Sul, a um “padrão de civilização” que os EUA e as potências européias pretendiam ostentar com exclusividade. Pelo resto da República velha, as relações bilaterais serão distantes, operando-se, contudo, a gradual substituição de hegemonias na esfera financeira e dos investimentos, a partir do momento em que os EUA

* Transcrito de www.pralmeida.org – O texto apresenta argumentos e opiniões pessoais do autor.

** O autor é sociólogo e diplomata.

se convertem em exportadores de capitais, inclusive para o Brasil, que passa do domínio da libra ao do dólar.

A República dos “bacharéis” busca inserir o Brasil no “concerto das nações”, mediante o envolvimento na guerra e na ulterior experiência da Liga das Nações, motivo de uma das grandes frustrações na história da diplomacia brasileira. Os EUA, que tinham patrocinado o surgimento da Liga, mantêm-se fora dela, tendo o Brasil abandonado o órgão em 1926. Tanto por parte das grandes potências européias, como no caso dos EUA, o Brasil se vê confrontado a posturas externas que vão do desprezo e da soberbia ao que mais tarde se chamaria de *benign neglect*. O período de Roosevelt – que coincide com a era Vargas – modificará a postura isolacionista de seus predecessores, buscando uma nova relação com os vizinhos da América Latina, mas ele também coincide com a crise econômica, o fechamento dos mercados e a ruptura dos equilíbrios internacionais. Os EUA emergem como a potência militar incontestável do pós-Segunda Guerra Mundial, e o Brasil fará as apostas corretas ao se aliar aos esforços de guerra e consolidar seu alinhamento ideológico desde o início da Guerra Fria.

O Brasil participa, desde a Conferência de Bretton Woods (1944), da construção da nova ordem econômica mundial dominada pelos princípios do liberalismo de tipo norte-americano. A opção norte-americana da era da bipolaridade não impede a emergência de uma diplomacia do desenvolvimento no Brasil. Não obstante a doutrina da segurança nacional, o pan-americanismo justifica os esforços da diplomacia para a exploração da carta da cooperação com a principal potência hemisférica e ocidental. É nesse quadro de barganhas políticas e de interesse econômico bem direcionado que o Brasil empreenderá sua primeira iniciativa multilateral regional, a Operação Pan-

Americana, proposta pelo governo Kubitschek em 1958 e da qual resultará o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais adiante, a Aliança para o Progresso.

A prática da política externa independente, nos conturbados anos de Jânio Quadros a João Goulart, representa uma espécie de parenteses inovador num *continuum* diplomático dominado pelo conflito Leste-Oeste. O impacto da revolução cubana e o processo de descolonização tinham trazido o neutralismo e o não-alinhamento ao primeiro plano do cenário internacional, ao lado da competição cada vez mais acirrada entre as duas superpotências pela preeminência tecnológica e pela influência política junto às jovens nações independentes. Não surpreende, assim, que a diplomacia brasileira comece a repensar seus fundamentos e a revisar suas linhas de atuação, em especial no que se refere ao tradicional apoio emprestado ao colonialismo português na África e à recusa do relacionamento econômico-comercial com os países socialistas. A aliança preferencial com os Estados Unidos é pensada mais em termos de vantagens econômicas a serem negociadas do que em função do xadrez geopolítico da Guerra Fria.

A situação de relativa ambigüidade nas relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos muda em 1964, quando se opera uma volta ao alinhamento político. Entretanto, o reenquadramento do Brasil no “conflito ideológico global” representa mais uma espécie de “pedágio” a pagar pelo apoio dado pelos Estados Unidos no momento do golpe militar contra o regime populista do que propriamente uma operação de reconversão ideológica da diplomacia brasileira. Em todo caso, observa-se um curto período de alinhamento diplomático, durante o qual o Brasil adere estritamente aos cânones oficiais do pan-americanismo, tal como definidos em Washington. Ocorre, numa seqüência de poucos meses, a

ruptura de relações diplomáticas com Cuba e com a maior parte dos países socialistas, assim como a participação na força de intervenção por ocasião da crise da República Dominicana. A política multilateral, de modo geral, passa por uma “reversão de expectativas”, para frustração da nova geração de diplomatas que tinha sido educada nos anos da política externa independente.

No plano econômico, a volta à ortodoxia na gestão da política econômica permite um tratamento mais benigno da questão da dívida externa, seja no plano bilateral, seja nos foros multilaterais do Clube de Paris ou nas instituições financeiras internacionais, como o FMI. É sintomático que a única assembléia conjunta das organizações de Bretton Woods a realizar-se no Brasil tenha tido por cenário o Rio de Janeiro da primeira era militar, em 1967, quando se negocia a instituição de uma nova liquidez para o sistema financeiro internacional, o Direito Especial de Saque do FMI.

Tem início, a partir de 1967, uma fase de “revisão ideológica” e de busca de autonomia tecnológica. A atitude “contemplativa” em relação aos EUA cede lugar a uma diplomacia profissionalizada, preocupada com a adaptação dos instrumentos de ação a um mundo em mutação, e instrumentalizada para o alcance dos objetivos nacionais de crescimento econômico. Praticou-se uma “diplomacia do desenvolvimento”, consubstanciada na busca da autonomia tecnológica, inclusive nuclear, com a afirmação marcada da ação do Estado no plano interno e externo, mesmo à custa de conflitos com os EUA (denúncia, em 1977, do acordo militar de 1952, por motivo de interferência nos “assuntos internos” do País, na questão dos direitos humanos).

Observa-se, no período, a confirmação da fragilidade econômica do País, ao não terem sido eliminados os constrangimentos de balança de pagamentos que marcaram historicamen-

te o processo de desenvolvimento brasileiro. No seguimento das crises do petróleo, em 1973 e em 1979, e da dívida externa, em 1982, o Brasil e os EUA aprofundam seus desacordos políticos, tendo em vista a postura da diplomacia brasileira percebida como excessivamente “terceiro-mundista” pelos EUA (intensificação das relações comerciais com países árabes considerados radicais como Líbia e Iraque, voto “anti-sionista” na ONU, coordenação com outros devedores para um tratamento político da questão da dívida etc.), além da busca continuada de autonomia tecnológica, sobretudo na área nuclear e missilística.

Os elementos mais significativos da postura internacional do Brasil na fase da redemocratização são caracterizados pelos processos de autonomia internacional e afirmação da vocação regional, com o início da integração sub-regional no Mercosul e de construção de um espaço econômico na América do Sul. Faz-se também, na década de 1990, a opção por uma maior inserção internacional e a aceitação consciente da interdependência – em contraste com a experiência anterior de busca da autonomia nacional –, com a continuidade da abertura econômica e da liberalização comercial, no quadro de processos de reconversão produtiva e de adaptação aos desafios da globalização. A “carta norte-americana” ainda é importante, mas já não é essencial nesse período, e a diplomacia passa a apresentar múltiplas facetas, que não exclusivamente a de tipo bilateral tradicional. São elas a regional, a multilateral (principalmente no âmbito da OMC) e a presidencial.

Problemas das relações bilaterais na fase contemporânea

A manutenção de boas relações do Brasil com os EUA não impede a existência de conflitos tópicos entre os dois países, geralmente a respeito de questões comerciais (protecionis-

mo no acesso de determinados produtos brasileiros ao mercado norte-americano, como aço ou suco de laranja, diferenças de opinião no que se refere a patentes industriais, acusações de pirataria ou de reservas de mercado, como no caso da informática) ou então em função de problemas mais gerais da agenda multilateral (desarmamento, não proliferação, reforma de instituições do sistema da ONU, negociações comerciais multilaterais ou regionais etc.). Depois de recusar-se, durante quase trinta anos, a aderir ao tratado de não-proliferação nuclear (TNP, de 1968), por ele considerado como discriminatório e desequilibrado, o Brasil realiza, em 1996, essa mudança paradigmática em sua política externa e nuclear, o que elimina determinadas preocupações dos EUA em relação ao regime de controle de tecnologia de mísseis (foro informal ao qual o Brasil é aceito como membro logo depois).

No final da década de 1990, em grande medida graças ao exercício da diplomacia presidencial, o relacionamento com os EUA se torna mais maduro e isento de preconceitos ideológicos e de ilusões quanto a qualquer tipo de “relação especial”. Mencione-se, por exemplo, a questão nem sempre bem colocada da “opção” entre uma “política externa tradicional” – por definição “alinhada” – e uma “política externa independente”, problema dramatizado por anos de enfrentamento bipolar no cenário geopolítico global. Superado, contudo, o invólucro “ideológico” da postura externa do País nesse período, e mesmo ultrapassados os diversos “rótulos” com os quais se procurou classificar a diplomacia da era “militar”, assume importância primordial, atualmente, a questão do desenvolvimento econômico, verdadeiro *leitmotiv* da diplomacia brasileira con-

temporânea. O Mercosul e a formação de um espaço econômico integrado na América do Sul são vistos, na agenda diplomática do início do século XXI, como alavancas do processo de desenvolvimento brasileiro, que poderia vir a ser perturbado pelo projeto de uma área de livre comércio hemisférica, a Alca, patrocinada pelos Estados Unidos em moldes similares aos da primeira tentativa efetuada na conferência americana de 1889-90.

Em 2001, no imediato seguimento dos atentados terroristas contra os Estados Unidos, quando não se tinha ainda concebido uma estratégia integrada de resposta a esses bárbaros ataques, o Governo brasileiro tomou a iniciativa de coordenar um movimento de solidariedade continental para com os Estados Unidos, chegando inclusive a mobilizar o que muitos consideraram um “vetusto” instrumento da Guerra Fria, o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947), como forma de demonstrar o compromisso comum dos países americanos com o repúdio aos atos terroristas e em favor da adoção de medidas conjuntas para prevenir e evitar esse tipo de ação inaceitável no contexto do mundo civilizado.

Não obstante essa demonstração de solidariedade, o Brasil também considerou que a eliminação efetiva das ameaças terroristas no mundo moderno passa por um comprometimento sério com os possíveis focos de instabilidade política e econômica em diversos cantos do planeta, sobretudo aqueles que se manifestam a partir de sérios desequilíbrios sociais ou regionais, de situações de grave privação dos mais elementares direitos humanos e de condições mínimas de existência digna, em oposição a uma abordagem puramente militar das questões de segurança e estabilidade. ●

Terrorismo: o Onze de Setembro

Visão retrospectiva e prospectiva

Nilton Freixinho*

É admitido que o Onze de Setembro invalida a propalada tese do “fim da História”. Considerar o ataque terrorista árabe-islâmico como ação exclusivamente direcionada ao pólo de poder representativo do Ocidente seria ingenuidade. O que está em jogo no palco do mundo é o próprio Ocidente.

Nesse contexto, surgem duas posições no cenário internacional. Os “duros”, de ambos os lados, advogando a intensificação do confronto pela força das armas e o endurecimento do terrorismo. Os “contemporizadores”, de ambos os lados, que buscam encontrar caminhos para promover o entendimento entre o Ocidente e o mundo islâmico. Há o consenso por parte dos atores das duas posições de reexaminar o “fio da meada” referente ao processo civilizatório. Nessa tarefa, estão empenhados *scholars* de todos os matizes e várias tendências. Comprovação? Basta compulsar os catálogos das principais livrarias-editoras de Nova York, Londres, Paris, Berlim, Roma, Bruxelas, Istambul, Cairo e Teerã.

O presente artigo é uma tentativa para apreciar a História no longo prazo, como instrumento visando a compreender e a situar os acontecimentos neste início do terceiro milênio da era cristã.

Os mestres clássicos dos estudos da História, ao pesquisar a interação entre povos, utilizam terminologia caracterizadora. *Oikoumêne*, expressão originada do mundo grego para definir o ecúmeno habitado por sociedades civili-

zadas, em contraposição às sociedades ditas dos “bárbaros”. *Volkerwanderung*, termo de origem teutônica para traduzir as grandes invasões e migrações dos povos “bárbaros”. Uma terceira expressão associa as duas circunstâncias. Trata-se do vocábulo “fusão” para caracterizar o momento em que o invasor bárbaro e o *oikoumêne* considerado mesclam-se, fundem-se, gerando novo estrato cultural. O estudo das origens da civilização genericamente cunhada de “Ocidental” ilustra esses conceitos.

Por outro lado, há que se considerar haver profunda correlação entre a política do Estado e a natureza da religião dominante da nação que jurisdiciona. A visão retrospectiva e prospectiva do Onze de Setembro não pode ignorar essa circunstância em termos culturais do cristianismo e do islamismo. Há que admiti-la e considerá-la como fator governante, desde o século VII até o século XXI da nossa era, à interação entre o Ocidente e o mundo muçulmano.

Para prosseguir, cumpre aclarar o que se entende por Ocidente. Para isso, é conveniente caracterizá-lo por suas origens.

É lícito situar as raízes do Ocidente nas significativas transformações que ocorreram nos quatro primeiros séculos de nossa era, no contexto do *oikoumêne*, na bacia do Mediterrâneo, desde as Colunas de Hércules até o Próximo Oriente, inclusive. O pano de fundo é o Império Romano que atingia o zênite de seu domínio político-econômico, palco geo-humano que concentrava uma população estimada em cin-

* O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, é escritor e historiador.

qüenta milhões de habitantes. Ali ocorreram acontecimentos que por sua combinação no tempo e no espaço moldaram o Ocidente de hoje. Impõe-se recordá-los.

De início, cabe fazer referência à expansão do cristianismo para o Império Romano Ocidental. Credo subversivo aos olhos do Senado em Ravena, porém já firmemente implantado na Ásia Menor e no Próximo Oriente, nas igrejas de Bizâncio (Constantinopla), Antióquia e Edessa. O imperador romano, sediado no Oriente, dotado de ampla visão política no concernente à unidade do Império, empreende sagaz golpe de Estado, tornando o cristianismo religião oficial de todo o Império, cessando destarte as perseguições no Ocidente contra os cristãos na clandestinidade. Em curto prazo, o cristianismo domina, também, o Império Romano Ocidental.

O segundo componente das transformações no Império Romano Ocidental reside na *volkerwanderung* dos bárbaros germanos, progressivamente convertidos ao cristianismo.

A partir do início do século V está em curso o processo de fusão entre as estruturas do Império Ocidental e os germanos. Aí situa-se a história dos reinos bárbaros germanos, matriz da Europa Ocidental, que perdura até hoje.

Destarte, em meados do século VII está em gestação nova estrutura cultural derivada da fusão dos povos teutônicos e a herança do Império Romano Ocidental.

Em suma. Em meados do século VII, desde a Britânia, a oeste, até a Ásia Menor e o Próximo Oriente, inclusive, e desde o Báltico até a orla setentrional da África, o *oikoumêne* abrangia espaço geo-humano formado da constelação de várias etnias, sob a égide de única religião – o cristianismo – firmemente estabelecida, com quadros eclesiásticos devotados, hierarquicamente organizados, tendo a Igreja de Roma com foros de caráter universal, inclusive com poder temporal acatado pela sociedade civil

dos reinos bárbaros germanos, no Ocidente, e pelo Império Bizantino, herdeiro do Império Romano Oriental, onde prevaleceu o cristianismo grego ortodoxo.

Aos olhos das lideranças do *oikoumêne*, em meados do século VII, estava sendo implantado cenário a vigor com longa duração.

Ledo engano.

A História reserva surpresas que vão além da previsão humana, ou, no entender dos crentes de todas as religiões, a História é conduzida pelos desígnios insondáveis da divina providência.

Surpreendentemente, em meados do século VII, ou mais precisamente no ano 632, ocorre a grande *volkerwanderung* dos árabes, que avassala o Oriente Médio, o Próximo Oriente, o Norte da África e a Península Ibérica, acarretando verdadeira explosão demográfica, impulsionada por novo credo religioso – o islamismo – criação do Profeta Maomé, divulgado por meio do Alcorão. Em termos de relacionamento com a cristandade, nos primeiros tempos da invasão, em todo o espaço conquistado erguem-se imponentes mesquitas ao lado das já seculares igrejas cristãs. Todavia, com o advento do Islã, o cristianismo perde a predominância no espaço invadido. Contudo, no início da expansão árabe-muçulmana prevaleceu clima de convivência pacífica, decorrente do preceito, estabelecido por Maomé, preconizando que “o povo do Livro e os seguidores do Islã são amigos”. Entretanto durou pouco o idílio. Rompe-se a convivência pacífica entre cristãos e muçulmanos, ambos adotando A Guerra Santa na defesa da respectiva fé religiosa.

Desde então, a História da cristandade insere-se no confronto com os seguidores do Alcorão, confronto que já perdura por cerca de 13 séculos.

É longa a listagem dos acontecimentos nos mencionados 13 séculos. Vale recordá-los.

A luta do Reino dos Francos para deter a invasão da Gália pelos árabes-islâmicos e re-

chacá-los para o Sul dos Pirineus – a batalha de Poitiers, 732. A luta do Império Bizantino, durante séculos, para sobreviver, inclusive como escudo protetor da Europa cristã, contra invasões dos árabes, dos turcos *seljucidas* e dos egípcios, portadores do estandarte do Islã. A reconquista cristã da Espanha e de Portugal depois de seis séculos de domínio da região pelos árabes-muçulmanos. As Cruzadas em atendimento ao apelo de socorro lançado pelo Imperador bizantino Aleixo Comnenus, no século XII, expedições militares da cristandade da Europa Ocidental, patrocinadas pelo episcopado cristão latino e conduzidas pelos barões e reis, francos, normandos, anglo-saxões, germanos, com a participação dos lombardos de Gênova e de Veneza. Foram expedições militares com o propósito de defender os Lugares Santos da cristandade e de proporcionar proteção aos peregrinos? A resposta é afirmativa. Contudo, não pode ser minimizado o anseio pessoal dos barões e nobres feudais de concretizar seus projetos de vida com a fundação de reinos no Próximo Oriente, reinos que lograram manter-se no palco da História, por cerca de dois séculos, contra contínuas investidas de exércitos portadores do estandarte do Islã, confronto que desencadeou, por parte das forças cristãs e das forças muçulmanas, atos de selvageria sangüinária, tendo por degola ritual corrente.

Prossigamos na listagem dos acontecimentos.

Já no século XVI, tem lugar o empenho das potências da Europa Ocidental cristã em deter e repelir a expansão do Império Otomano na Europa Central e no Mediterrâneo Oriental, onde foi derrotado na batalha naval de Lepanto,

1571. Na transição do século XIX para o século XX, verifica-se o estabelecimento de “protetorados” europeus – França e Inglaterra – no Próximo Oriente e no Oriente Médio, onde o caos e a anarquia dominavam em decorrência da fragmentação do Império Otomano Muçulmano (de 1800 a 1923), política que teve por legado o rancor dos povos estabelecidos na área, semente do surgimento do nacionalismo radical, inspirado no Alcorão. A partir de meados do século XX, entra em cena novo confronto: o empenho do Ocidente em garantir a sobrevivência do recém-criado Estado de Israel contra tentativas dos islâmicos da Palestina e da Síria para expulsar os hebreus. Finalmente, ao raiar do século XXI, é desencadeada a guerra, a invasão e a ocupação do Iraque, pelos Estados Unidos da América, alçado, pela História, em superpotência dominante no planeta, sob o pretexto de que o Governo laico de Saddam, apoiado pelos sunitas, armava-se com petrechos de destruição em massa; a ocupação, em clima de guerra contra os norte-americanos e alguns aliados da causa de Washington e revestindo-se de luta interna entre xiitas e sunitas, prepara a implantação do regime democrático, vale dizer, Estado Laico, para entrega do poder ao Iraque.

É nesse quadro abrangente, esboçado no presente artigo, que se movimentam os atores das duas correntes que buscam uma saída para o secular confronto entre o Ocidente e o mundo muçulmano – os “duros” e os “contemporizadores”, de ambos os lados –, confronto de natureza cultural, que já se prolonga por cerca de 13 séculos. Para o historiador, o desfecho é uma incógnita. ●

O binômio globalização/fragmentação e a crise do Estado

Elementos geográficos para a decodificação do mundo contemporâneo*

Marcelo de Jesus Santa Bárbara**

RESUMO

O binômio globalização/fragmentação vem atuando na redefinição das fronteiras dos Estados contemporâneos. Ambas as perspectivas combinam-se em fenômenos sociogeográficos responsáveis pela crise do Estado contemporâneo, devido à transnacionalização da economia, ao impacto das novas tecnologias da informação e do poder de organizações autônomas transnacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização, fragmentação, crise do Estado, redes transnacionais.

A citação do geógrafo francês Yves Lacoste – constante de seu livro intitulado *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* – nos indica, a um só tempo, o viés tático e o papel estratégico que esse saber deve desempenhar na decodificação das correlações de forças existentes no mundo contemporâneo.

“Afirmar que a Geografia serve fundamentalmente para fazer a guerra não significa que somente se trata de um saber indispensável àqueles que dirigem as operações militares. Não se trata somente de deslocar tropas e seus armamentos uma vez já desencadeada a guerra: trata-se, também, de prepará-la, tanto nas fronteiras como no interior; de escolher a localização das praças fortes e construir várias linhas de defesa, de organizar vias de circulação...” (Yves Lacoste, 1998.)

Com tal espírito, objetivamos rediscutir, à luz da ciência geográfica, a questão da globalização/fragmentação tendo em vista o papel das redes transfronteiriças (legais e ilegais) na redefinição das fronteiras dos Estados contemporâneos. Além disso, almejamos contribuir para o aperfeiçoamento de recursos humanos do Exército Brasileiro, fornecendo subsídios teóricos necessários ao entendimento de temas políticos, econômicos e psicossociais relativos à nova ordem mundial pós-Guerra Fria.

Inicialmente, faremos uma breve revisão bibliográfica acerca dos conceitos de globalização e de Estado e, ao mesmo tempo, estaremos identificando e analisando como as redes territoriais relativas à transnacionalização da economia, as novas tecnologias da informação e o poder das organizações criminosas estão

* Colaboração da AMAN.

** O autor é 1º Ten QCO, graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é instrutor da Cadeira de Geografia da AMAN.

redefinindo o xadrez das continuidades e contigüidades territoriais dos Estados modernos.

Os processos de globalização e fragmentação

A globalização acabou se tornando lugar-comum nas ciências sociais contemporâneas. Subitamente, tudo virou globalização ou, numa diferença às vezes bastante sutil, “mundialização” (termo preferido pelos autores francófonos). Alguns autores, como Ortiz (1994), propõem uma distinção, reservando o termo globalização para a esfera técnico-econômica e mundialização para a esfera cultural. Embora muitas vezes incorporando o binômio estabelecido por sua contraface ora denominada “fragmentação”, ora “regionalização”, globalização e/ou mundialização acabou projetando-se do meio intelectual para a mídia, defendida e criticada tanto à esquerda quanto à direita, e sua banalização mostra ao mesmo tempo sua relevância e sua ambigüidade, pois um conceito que se usa indiscriminadamente serve mais para confundir do que para esclarecer.

A globalização, de acordo com Haesbaert (2002), deve ser definida tendo em vista os seguintes aspectos:

- a. suas especificidades em termos de inserção num processo histórico mais amplo (o caráter estrutural, conjuntural ou de menor duração de suas dinâmicas);
- b. as escalas geográficas em que efetivamente ocorre;
- c. as múltiplas classes e grupos socioculturais nela envolvidos;
- d. as distintas esferas ou dimensões sociais (e mesmo “ambientais”) nela incorporadas.

Podemos afirmar, simplificando, que ela se vincula a um capitalismo mais desregulado e efetivamente transnacional, com o domínio da esfera financeira e de serviços, que emerge a partir da década de 1960 e compõe uma di-

nâmica altamente seletiva e diferenciada, que vai desde as elites globais, as quais circulam em redes técnico-informacionais (e financeiras) mundiais, participantes mais ativas daquilo que Santos (1996) denomina como “meio técnico-científico informacional”, até os mais radicalmente excluídos, que, talvez, só se sintam globalizados porque, de algum modo, estão sofrendo os efeitos perversos de abandono ou de “desconexão forçada” (Chesnais, 1996) da globalização.

De outro modo, a fragmentação, denominação genérica dos processos que fazem contraponto à globalização, é, na verdade, muito mais complexa. Ela aparece na lógica mais tradicional do que Pierre Veltz (1994) chama de “territórios-zona” (lógica territorial clássica, espaço com uma área contínua). Como exemplo, podemos indicar a ação do Talibã, no Afeganistão, ao tentar isolar seu território nacional da influência dos valores ocidentais. Além disso, também temos os chamados “territórios-rede”, a exemplo do que as ciências sociais chamam atualmente de “diásporas migrantes”, vide o caso dos brasileiros que vivem nos Estados Unidos, Japão e Paraguai e mantêm vínculos financeiros, de parentesco, políticos, culturais com suas áreas de origem no Brasil.

Portanto, de acordo com Haesbaert (2002), devemos distinguir uma fragmentação “includente” ou integradora de uma fragmentação excludente ou desintegradora.

A fragmentação “includente” ou integradora é produto e produtora da globalização, parte intrínseca de sua dinâmica, constituindo mesmo, como nas afirmações de Renato Ortiz (1994), uma forma de realizá-la. Trata-se, muitas vezes, de uma nova manifestação do princípio romano de “dividir para melhor governar”, no caso, “para melhor globalizar”. Subcontratações e terceirização, trabalho temporário, deslocalização de firmas, inovação constante na produção, “tudo isto faz parte de uma estratégia denominada de flexibilização e desregulação do

circuito produtivo dentro da lógica da competitividade contemporânea (pós-fordista¹), onde o maior lucro é uma decorrência, mais uma vez, da desarticulação do movimento trabalhista, de novos métodos de trabalho e de novas tecnologias, acelerando o ciclo acumulador e criando cada vez mais novas “necessidades” de consumo.

A definição de novos “recortes” geográficos dentro do mercado mundial (a chamada regionalização em mercados comuns e uniões aduaneiras como o Mercosul) pode ser vista, ao mesmo tempo, como uma estratégia de sobrevivência pelo melhor controle de certas áreas/mercados, em épocas de turbulência, e como uma forma de apaziguar possíveis atritos dentro da nova tripolaridade criada em função da competição crescente entre os centros do capitalismo (EUA, União Européia e Japão). Geralmente, promove-se o discurso da globalização comercial e financeira sem fronteiras à escala mundial, enquanto em uma determinada escala “regional”, na verdade, supranacional como a dos blocos, se resguardam áreas de relacionamento privilegiadas a fim de evitar maiores transtornos em épocas de crise e de competição mais acirrada.

Por outro lado, reestruturam-se as escalas regionais intranacionais, que muitas vezes acabam complexificando os espaços transfronteiriços (e a própria noção de fronteira) ao promoverem a integração econômica entre áreas de diferentes países. São novas associações desse tipo, com poder cada vez mais ampliado frente ao Estado-nação, com frequência estabelecendo elos diretos da escala regional à global, que Ohmae (1993, 1996) denomina Estados-região.²

Já a fragmentação “excludente” ou desintegradora é aquela que, embora possa ser vis-

ta também como um produto da globalização, “caso da maior parte dos processos de exclusão socio espacial”, acaba se contrapondo tanto na forma de uma “globalização paralela” quanto de uma “negação da globalização”. Essa fragmentação deve ser considerada pelo menos sob duas formas:

– Uma, a contraface excludente dos processos de globalização econômica cujo modelo tecnológico poupador de mão-de-obra gera o desemprego estrutural e/ou relega praticamente ao abandono extensas áreas da periferia do planeta, que nunca serão incorporadas aos circuitos da alta tecnologia ou mesmo ao mundo do capital/trabalho; trata-se de uma exclusão “por consequência”, ou seja, como produto inerente à economia global capitalista, e que pode facilmente se expandir da esfera econômica para a política (perda da cidadania) e para a cultural (perda de identidades), contradizendo o discurso da homogeneização do espaço.

– Outra, as reações ou resistências à globalização, especialmente nas esferas ideológica e cultural, como ocorre hoje com os movimentos fundamentalistas islâmicos e com vários movimentos regionalistas, tais como o empreendido pelo ETA na Espanha e o veiculado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional em Chiapas, Sul do México; *grosso modo*, onde reivindica-se a formação de novos Estados em plena era da desregulação e do “Estado mínimo”, buscando-se preservar a autonomia ante o Estado-nação, com propostas que visam, paradoxalmente, desde uma resistência mais explícita até uma inserção mais rápida no mundo da globalização; tratam-se muitas vezes de “exclusões consentidas” ou “intencionais”, para fazer frente ao pro-

¹ De acordo com Krishan Kumar, o conceito de pós-fordismo pretende descrever as reestruturações ocorridas no capitalismo no último quartel do século XX. A produção e a organização empresarial em massa estariam dando lugar a uma produção flexível, ao gosto do cliente, em unidades dispersas, com a interação complexa de fenômenos locais e globais de modo a romper com a estrutura dominante do capitalismo de base nacional. (1997:173).

² Área formada, por exemplo, pela junção do Noroeste da Espanha com as províncias do Sudoeste da França, para ele uma espécie de “escala ideal” para o capitalismo globalizado, uma vez que não se limitaria à influência estatal.

cesso nivelador-individualista e ao mesmo tempo hierarquizante que a globalização impõe.

A crise do Estado

A crise do Estado, da mesma forma, é um tema bastante discutido nas ciências sociais. Autores renomados como Appadurai (1998), Castells (1999) e Hobsbawm (1996) já escreveram dezenas de livros e *papers* discutindo exaustivamente tal problema. É por isso que o nosso objetivo aqui é bem menos pretensioso: trata-se apenas de identificar e rediscutir alguns elementos que, vistos num conjunto mais amplo, caracterizam a crise em voga. Para desenvolvermos tal tema, apresentaremos, sumariamente, o conceito de Estado para então identificarmos e analisarmos os impactos da globalização sobre a ordem estatal. Tal fenômeno será aqui visto pelas redes transfronteiriças relacionadas a(o):

- a. transnacionalização da economia;
- b. impacto das novas tecnologias da informação;
- c. poder das organizações criminosas.

Porém, antes de discutirmos os elementos acima e os porquês da crise do Estado, precisamos definir o conceito de Estado adotado no presente artigo. De acordo com Dallari (1998), é absolutamente impossível encontrar-se um conceito de Estado que satisfaça a todas as correntes doutrinárias. A análise da grande variedade de conceitos, contudo, revela que pode-se dar ênfase tanto a um elemento concreto ligado à noção de força quanto, por outro lado, realçar a natureza jurídica, tomando-se como ponto de partida a noção de ordem. Depois de transitar por diferentes correntes, o referido autor

irá conceituar o Estado como a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem-comum de um povo situado em um determinado território (1998:118). Ou seja, temos como elementos constituintes do Estado o povo, o território, a finalidade e o poder (soberania). Poder, com efeito, é um conceito complexo. Trata-se de uma relação social que ultrapassa o limite da questão jurídico-política. No tocante a essa dimensão, o poder é a capacidade de controlar o acesso e a circulação de pessoas, objetos e ações pelo domínio sobre o território nacional.

O problema é que, de acordo com Manuel Castells, o poder de domínio do Estado-nação sobre o tempo e o espaço, isto é, sobre o seu território, está sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, de produtos, de serviços, de tecnologias, de comunicação e de informação. Nesse sentido, a apreensão do tempo histórico pelo Estado-nação, mediante a apropriação da tradição e a (re)construção da identidade nacional, passou a enfrentar o desafio imposto pela reconstrução de múltiplas identidades definidas por sujeitos autônomos em escalas locais, regionais ou transnacionais. A tentativa do Estado de reafirmar o seu poder na arena global, pelo desenvolvimento de instituições transnacionais, acaba comprometendo ainda mais sua soberania.³ Logo, o crescente desafio à soberania dos Estados, em todo o mundo, parece advir da incapacidade de o Estado moderno navegar por águas tempestuosas e desconhecidas, entre o poder das redes globais (atividades econômicas, crime, mídia e comunicação eletrônica) e o desafio imposto por identidades singulares e locais/regionais, que se insurgem contra o poder central, vide os casos do Separatismo Basco, na Espanha, da

³ A soberania continua a ser concebida de duas maneiras distintas: como sinônimo de independência, e assim tem sido invocada pelos dirigentes dos Estados que desejam afirmar, sobretudo ao seu próprio povo, não serem mais submissos a qualquer potência estrangeira; ou como expressão do poder jurídico mais alto, significando que, dentro dos limites da jurisdição do Estado, este é o que tem o poder de decisão em última instância, sobre a eficácia de qualquer norma jurídica (1998:84).

Questão Meridional, na Itália, do Movimento de Chiapas, no México etc.

As redes transnacionais

Uma vez que já discutimos a questão do binômio globalização/fragmentação e identificamos alguns aspectos atinentes ao conceito moderno de Estado, procederemos a análise das redes transnacionais com vetores da crise da ordem estatal. Obviamente, poderíamos elencar diversos fenômenos que se organizam numa lógica reticular, todavia resolvemos priorizar três casos, quais sejam:

A transnacionalização da economia

A interdependência dos mercados financeiro e monetário em todo o mundo, operando em tempo real, estabelece o elo entre as diferentes unidades monetárias nacionais. Se a taxa de câmbio é sistemicamente interdependente, o mesmo ocorre ou ocorrerá com as políticas monetárias. E se as políticas monetárias são, de algum modo, harmonizadas em nível supranacional, também o são ou serão as taxas de juros internacionais e, em última análise, as políticas orçamentárias. A consequência disso é que os Estados, tomados individualmente, estão perdendo, e efetivamente perderão, o controle sobre componentes fundamentais de suas políticas econômicas. Castells cita que, em 1992, o *Bundesbank* (Banco Central alemão) já desempenhava a função de Banco Central europeu de fato, e que a política econômica do Japão era também definida, basicamente, em função da balança comercial e da taxa de câmbio com os Estados Unidos.

A dificuldade cada vez maior do controle exercido pelos governos sobre a economia nacional é acentuada pela crescente transnacionalização da produção, principalmente pelas redes integradas de produção e comércio.

Um grande exemplo dessa nova divisão territorial do trabalho pode ser dado pela indústria automobilística, na qual os componentes de um veículo são fabricados em diferentes regiões do mundo e o automóvel é montado alhures, tudo por causa das vantagens comparativas (incentivos fiscais, mão-de-obra, infra-estruturas de transporte e comunicações) que cada lugar oferece.

A globalização da produção e do investimento também representa, de acordo com o referido autor, uma ameaça ao Estado do bem-estar social, um dos principais componentes da política dos Estados desenvolvidos dos últimos cinquenta anos e, provavelmente, um dos sustentáculos da legitimidade estatal nos países industrializados. Razões para isso se encontram no fato de as empresas que operam em rede mundial terem dificuldade de atuar em mercados globalizados e integrados, arcando com grandes diferenciais de custos em termos de benefícios sociais, bem como trabalhar em diferentes níveis de regulamentação que variam de país para país. Todavia, somente um contrato social global (que diminua as diferenças, sem necessariamente equalizar as condições sociais e do trabalho), juntamente com acordos de tarifação, seria capaz de impedir a derrocada dos maiores representantes dos Estados de bem-estar social. Contudo, devido ao fato da nova economia global ser liberalizada e integrada em rede, a realização de um contrato social de tamanha abrangência é muito pouco provável. Com isso, a preocupação com o social vem sendo reduzida ao mais baixo denominador comum, que se mantém numa espiral descendente contínua.

Do impacto das novas tecnologias da informação

As perspectivas de regulamentação e controle nacionais são igualmente desfavoráveis em

outra esfera do poder de importância fundamental para o Estado: a mídia e as comunicações. O controle sobre informações e entretenimento e, por meio dele, sobre opiniões e imagens, historicamente, tem sido o instrumento de sustentação do poder do Estado, aperfeiçoado na era da mídia. Nesse contexto, o Estado enfrenta três grandes desafios inter-relacionados: a globalização e não-exclusividade da propriedade; flexibilidade e capacidade de penetração da tecnologia; autonomia e diversidade da mídia. Nos EUA, por exemplo, a Comissão Federal de Comunicações exercia rigoroso controle sobre a mídia eletrônica, nem sempre isenta de tendências voltadas a interesses específicos. As três maiores redes de televisão desse país monopolizavam 90% da audiência, sendo capazes de influenciar, se não formar, a própria opinião pública. Hoje em dia, contudo, operam diversas multinacionais não-norte-americanas nos EUA.¹ Tal transformação foi gerida pela tecnologia via diversificação dos meios de comunicação, integração de toda mídia num hipertexto global abrindo caminho para a mídia interativa. A impossibilidade de se exercer controle sobre satélites, que emitem sinais de comunicações além das fronteiras, ou sobre a comunicação via computador por meio de linha telefônica acabou destruindo as tradicionais bases de defesa da regulamentação. Além disso, realizaram-se megafusões em todo o mundo, para que o capital privado transnacional pudesse participar dos setores de comunicações, setores esses capazes de estabelecerem ligações de poder nas esferas econômicas, culturais e políticas. Sendo assim, existem pou-

cos países no mundo, com exceção da China, de Cingapura e do mundo islâmico fundamentalista,² em que a estrutura institucional e comercial da mídia não tenha passado por mudanças drásticas entre meados da década de 1980 e início da de 1990. Os jornais, por exemplo, concentraram-se em grandes consórcios, muitas vezes com o apoio de grupos financeiros. E, além disso, a mídia passou a ser global, contando com capital, talentos, tecnologia e envolvimento de grandes empresas em todo o mundo, fora do alcance dos Estados.

Uma vez reconhecida a independência dos veículos de comunicação e demonstrada a aquiescência do Estado quanto à mídia como prova essencial de seu caráter democrático, o círculo se fecha, pois qualquer tentativa de cerceamento da liberdade da mídia trará um custo político elevado, pois os cidadãos, não necessariamente exigentes no que se refere à exatidão da notícia, defendem fervorosamente o privilégio de receber informações de fontes não ligadas ao Estado. A capacidade de difundir imagens e informações via satélite, por videocassete ou pela Internet aumentou de forma avassaladora, a ponto de tornar qualquer tentativa de censura de notícias cada vez mais ineficaz até mesmo nos principais centros urbanos de países autoritários, principalmente nos locais em que vivem as elites alternativas e de alto nível educacional. Dessa forma, tais meios de comunicação escapam das formas tradicionais de controle criadas pelo Estado em relação às redes de televisão e jornais. A autonomia cada vez maior da mídia local e regional, mediante uso de tecnologias de co-

¹ Operavam nos EUA, em 1997, dentre outras, a Bertelsmann (ALE); a Toppan (JAP); a News Corp. (AU'S); a Thomson (CAN); a Hachette (FRA); a Maxweel (RU) etc.

² As empresas têm o cuidado de não hostilizar os controladores de mercado em potencial: quando o Star Channel, do apresentador norte-americano Murdoch, foi censurado pelo Governo chinês, em razão de sua visão liberal sobre a política do país. O canal passou a cumprir as exigências recém-impostas pelo Governo, retirando os serviços de notícias da BBC da programação do canal desenvolvida para a China e investindo em recursos em uma edição on-line do *People's Daily*, um dos maiores jornais em circulação no país (Castells, 1999:301).

municações flexíveis, reflete uma tendência tão importante quanto à globalização da mídia no tocante às influências sobre as atitudes do público em geral.

Além dos aspectos supracitados, os fluxos de informação transnacional dificultam a tomada de medidas judiciais contra a fonte de informação, mesmo quando esta é identificada. Ainda se encontram em discussão possibilidades técnicas de bloquear o acesso à Internet, sem que para isso seja necessário excluir da rede um país inteiro. Parece que a censura e a aplicação de penalidades *ex post facto*, bem como recursos auto-operacionais de triagem e seleção de informações, são alternativas mais viáveis que o bloqueio de informações.

O poder das organizações criminosas

A globalização do crime também subverte a ordem territorial do Estado, transformando procedimentos governamentais de forma profunda e deixando-os, em muitos casos, efetivamente de mãos atadas. A novidade é a conexão global do crime organizado, condicionando relações internacionais, tanto econômicas como políticas, à escala e ao dinamismo da economia do crime. Embora o tráfico de drogas seja o ramo da atividade mais significativo da nova economia do crime, todos os tipos de tráfico praticados por esse sistema subterrâneo cujo poder se estende por todo o planeta – armas, biopirataria, tecnologia, materiais radioativos, prostituição, obras de arte, seres humanos, órgãos humanos, mercenários e contrabando dos mais diversos produtos de e para qualquer parte do mundo –, estão interligados pela grande matriz de todos os atos ilícitos: a lavagem de dinheiro. Sem ela, a economia do crime não seria global e, tampouco, lucrativa.

Costumava-se imaginar que os países profundamente afetados pela ciranda da economia do crime limitavam-se invariavelmente aos

“principais suspeitos” do sistema, como a Itália e a Colômbia. Todavia, a importância desse fenômeno, seu alcance global, as dimensões da riqueza, a influência e seus sólidos vínculos com o mercado financeiro global tornaram as relações entre o crime e a corrupção política uma característica que pode ser identificada em muitos dos países desenvolvidos do mundo. Por exemplo, a Yakusa, máfia japonesa, recentemente internacionalizou seus contratos. E as ligações declaradas, ou um pouco mais veladas, entre a Yakusa e alguns líderes do Governo do Japão são bem conhecidas, ao ponto do Ministério da Construção Civil daquele país ter sido considerado por muito tempo o principal meio para troca de contratos de licitação, para a construção de obras públicas, por generosas contribuições de empresas patrocinadas pela “máfia” ao Partido Liberal Democrata – um sistema não de todo diferente dos programas de desenvolvimento *mezzogiorno* (meio-dia) da democracia cristã italiana em relação à máfia. Ou ainda, quando em 1996 sucessivas crises do sistema bancário abalaram o Japão, resultando no não-pagamento dos empréstimos de centenas de bilhões de dólares, sérias suspeitas foram levantadas quanto ao papel desempenhado pela máfia japonesa em forçar os bancos a conceder tais empréstimos, o que inclui o assassinato de banqueiros. Em outro contexto, a suspeita de infiltração de membros de organizações criminosas russas em várias esferas do governo de um dos Estados mais poderosos do mundo, incluindo as Forças Armadas, é uma tendência preocupante.

O mercado negro global de armamentos, de qualquer tipo, tem proliferado, possibilitando a difusão de toda e qualquer tecnologia recém-desenvolvida, dos *Stingers* até os *Patriots*, dos gases que afetam o sistema nervoso até os aparelhos eletrônicos desenvolvidos para despistar o inimigo. Desse modo, diferente de outros períodos históricos, somente os Estados

Unidos são quase auto-suficientes na produção de armamentos, o que gera um grande desequilíbrio no poder mundial.

A industrialização de novas regiões do mundo, a difusão do conhecimento científico e tecnológico e o comércio ilegal generalizado têm contribuído para a proliferação de armamentos nucleares, químicos e biológicos. Com efeito, embora os Estados nacionais sejam cada vez mais dependentes do uso de tecnologia de ponta na guerra convencional, nem todos podem ter acesso ao que se chamaria de tecnologia de veto (poder de dissuasão nuclear), isto é, armas de destruição em massa que, pelo simples fato de existirem, são capazes de impedir a vitória de um Estado mais poderoso. O “equilíbrio do terror” global encontra-se em processo de descentralização, transformando-se em vários pontos de equilíbrio do terror local. Por um lado, essa tendência de reordenamento territorial do poder obriga as grandes potências a empreenderem esforços multilaterais no sentido de impedir o acesso a essas armas por parte dos novos países, forças políticas e grupos terroristas. Por outro lado, já que alguns Estados passaram a ter controle sobre esse tipo de aparato bélico, o sistema de segurança global deve ser forçado a intervir no processo e auxiliar no estabelecimento de um equilíbrio entre o poder de destruição, em diferentes regiões do mundo, para evitar conflitos perigosos em escala local. Num contexto dessa natureza, nenhum Estado é realmente livre, pois um erro de cálculo ou excesso na demonstração de poder pode desencadear uma hecatombe bélica.

Conclusão

Os Estados nacionais não estão simplesmente abrindo mão de suas soberanias, como querem alguns teóricos, em prol de sua inserção na lógica reticular (das redes) global, ou

ainda dando margem para a formação de uma confederação mundial. De acordo com Castells (1999:313), é muito pouco provável, num futuro próximo, que a maioria dos cidadãos de um determinado Estado-nação aceite a integração total de seu país em uma “confederação supranacional”. Embora as experiências desenvolvidas na União Européia, por exemplo, sejam acompanhadas da formação de instituições supranacionais como o Parlamento e o Banco Central Europeu, os Estados do Velho Mundo continuam tão pulsantes quanto antes, porém estão diferentes. Apesar de falarmos em crise do Estado-nação, eles não estão deixando de existir. Atualmente, existem cerca de duzentos Estados nacionais no planeta, ou seja, nunca houve um número tão elevado de unidades nacionais. A crise estatal, no contexto da globalização, muito mais do que evidenciar o seu fim, convida-nos a repensá-la e a desenvolver novos paradigmas conceituais e jurídicos que tornem inteligíveis e normatizem as mudanças na questão do poder soberano ante os impactos da globalização aqui vistos pela transnacionalização da economia, do impacto das novas tecnologias da informação e do poder das organizações criminosas.

Portanto, a pretensão de caracterizar o Estado moderno como Estado-nação uniforme e com fronteiras bem delimitadas, surgida na Europa do século XVII com o Tratado de Westfália, não consegue expressar a realidade social do mundo contemporâneo. A exceção de alguns Estados, como é o caso do Brasil, a regra é o plurinacionalismo, ou seja, em cada povo há indivíduos pertencentes a várias nações que formam núcleos e utilizam-se de dialetos particulares.

Em síntese, podemos inferir que elementos de coesão nacional, ou seja, uma língua comum, uma história comum, a cultura popular etc., são necessários para estreitar os laços de solidariedade na persecução dos objetivos de

uma sociedade política, mas não são suficientes para fazer do Estado uma nação.

Portanto, não se pode defender o fim do Estado. O que está em crise, no contexto do binômio globalização/fragmentação, é a repre-

sentação de Estado criada na era moderna, fato que ocorre em virtude do desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicações e da mobilidade de indivíduos e fluxos de legais e ilegais na sociedade em rede. ●

Referências bibliográficas

- APPADURAI, Arjun. *Soberania sem Territorialidade*. São Paulo: Moderna, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHENAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-Industrial à Sociedade Pós-Moderna. Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1998.
- OHMAE, Kenichiro. *O Fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, Villes et Territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Marechal Castello Branco **Francisco Ruas Santos**

É obra que ressalta a importância da difusão do pensamento militar do Marechal Castello Branco, insigne personagem de nossa História Militar. Longe de ser definitivo, o presente trabalho traz um apanhado sintético dos principais aspectos da vida daquele que foi, talvez, uma das mais importantes personalidades do século XX, no Brasil. Conhecê-lo melhor é necessário para que se possa acompanhar os inúmeros trabalhos sobre nosso passado recente.

O Exército e a Revolução Farroupilha

Uma releitura*

Cláudio Moreira Bento**

Com a abdicação de D. Pedro I, forças políticas que assumiram os destinos do Brasil provocaram um enfraquecimento do poder militar brasileiro, sob o falso lema de que as Forças Armadas não podiam ficar nas capitais e sim na defesa das fronteiras e do litoral. Basearam-se na seguinte falsa premissa:

“Forças numerosas e permanentes são uma ameaça à liberdade, à democracia, à prosperidade econômica e à paz...”

O caso mais gritante foi a dispensa, por ser estrangeiro (francês), do Tenente Emílio Luís Mallet, atual patrono da Artilharia. Mallet foi consagrado herói na batalha do Passo do Rosário (Guerra da Cisplatina) e havia cursado a Escola Militar do Brasil.

No Rio Grande do Sul, essa política atingiu radicalmente a estrutura do Exército, ao ser ordenado que o Batalhão de Artilharia, ao comando do Major José Mariano de Mattos, fosse aquartelar em Rio Pardo. José Mariano era carioca, formado pela Escola Militar, e deputado provincial no Rio Grande do Sul. Foi Ministro da Guerra e da Marinha, vice-presidente da República e presidente interino na República Rio-grandense, para cuja adoção ele influenciou decisivamente, depois da vitória da Brigada Liberal do General Antônio de Souza Neto na batalha do Seival, em 10 de setembro de 1836. Mariano de Mattos foi o autor do brasão que figura na bandeira da República Rio-grandense. Essa bandeira, com o respectivo brasão,

foi adotada para o Rio Grande do Sul pelos constituintes de 1891. Esse assunto foi abordado em nosso livro *Símbolos do Rio Grande do Sul...*

Próximo ao final da revolução, Mattos foi preso em Piratini por Chico Pedro, também conhecido pela alcunha de Moringue, mais tarde Barão de Jacuí. Foi mantido preso em Canguçu, base de operações de Moringue, em cadeia que este mandara construir como “quarto de hóspedes para os farrapos”, como ironicamente divulgava.

Finda a revolução, José Mariano de Matos foi o ajudante-general de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas em 1851-52. Ao retornar ao Rio, retomou sua carreira. Mais tarde, em 1864, foi Ministro da Guerra do Império. Faleceu em 5 de janeiro de 1866.

O Major João Manuel de Lima e Silva, tio de Caxias, possuía o curso da Escola Militar e comandava a unidade de Infantaria do Exército em Porto Alegre. Essa unidade foi transferida com ele para São Borja. No deslocamento, estacionou em Rio Pardo, por falta de condução para seguir para seu destino. João Manuel foi um dos que opinou pela proclamação da República Rio-grandense, pela qual foi eleito o primeiro general farroupilha. Comandou o Exército farrapo em Pelotas, com vistas à reconquista da cidade de Rio Grande, até sofrer ferimento no maxilar, deformador de seu rosto, sendo obrigado a ir tratar-se no Uruguai. Terminou sendo assassinado em São Borja, de

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel de Engenharia e de Estado-Maior e historiador.

onde foi exumado e sepultado com toda a pompa e circunstância em Caçapava do Sul. Seu túmulo foi, mais tarde, profanado por imperiais, e seus ossos, espalhados pelos campos.

Essa introdução serve para se entender a ação dos dois e de seus comandados, em Rio Pardo, para a eclosão da Revolução Farroupilha.

Revoltados pelas sutis ações contra o Exército, visando ao seu enfraquecimento ou à erradicação, passaram a conspirar para uma revolução. Vale lembrar que os coronéis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro eram oficiais de Estado-Maior do Exército e que, um pouco antes, haviam comandado unidades de Cavalaria do Exército, respectivamente em Jaguarão e Alegrete. Essas unidades, juntamente com a de Bagé, haviam sido enfraquecidas radicalmente pelo Governo, pela redução de seus efetivos de cerca de oitocentos homens para cerca de cem. Os dois Bentos estavam revoltados com essa situação. A Bento Gonçalves cabia, na época, o comando da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, integrada por estancieiros, fazendeiros, charqueadores e mais pessoas que conseguissem mobilizar. Estancieiros, fazendeiros e charqueadores estavam revoltados com o aumento do imposto sobre a légua de campo e com impostos escorchantes sobre o charque gaúcho, beneficiando o charque dos uruguaios e argentinos, inimigos de ontem.

A guarnição do Exército do Rio Grande do Sul era a mais poderosa do Império. Os desgostos com impostos, acima citados, somados aos de militares do Exército e da Guarda Nacional, serviram de combustível para as ações de 20 de setembro de 1835.

Essas ações foram decididas numa reunião maçônica em Porto Alegre, no dia anterior, na qual estavam presentes Bento Gonçalves e José Mariano de Matos.

A proclamação da República Rio-grandense, em 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes, também foi decidida em uma reu-

nião maçônica, aproveitando o êxito da vitória farrapa de Seival. O Coronel do Exército Joaquim Pedro Soares (1770-1850), herói farroupilha esquecido pela História, era veterano no Exército português. Participou das lutas para expulsar Napoleão da Península Ibérica. Veio para o Brasil com a Divisão de Voluntários Reais e, no Rio Grande do Sul, foi quem organizou o Corpo de Lanceiros Negros Farroupilhas. Estudamos Joaquim Pedro Soares em *O Exército farrapo e os seus chefes*, BIBLIEX, Rio, 1992, v. 1, p. 168-170. História é verdade e justiça!

Em Rio Pardo, os maiores do Exército José Mariano e João Manuel fundaram, em 7 de abril de 1835, no 4º aniversário da Abdicação de D. Pedro I, a Sociedade Defensora, agitando as questões aqui abordadas. Dezesete dias após a Abdicação, em 24 de abril de 1835, ocorreu o assassinato do Juiz Casemiro de Vasconcelos Cirne, às 9h da manhã. Esse juiz processava acusados de promoverem agitação política em Rio Pardo. O Major José Mariano foi acusado de envolvimento, não provado, na morte do mesmo e foi enviado preso para Porto Alegre.

Essa participação do Exército na Revolução Farroupilha, até bem pouco tempo, não abordada pela historiografia, a concluímos em nosso citado livro *O Exército farrapo e seus chefes*, elaborado depois de detida pesquisa em fontes primárias na coleção Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha, iniciada em 20 de setembro de 1835, evoluiu em 11 de setembro de 1836 para a proclamação da República Rio-grandense, que duraria cerca de 9 anos e que influenciaria, 44 anos mais tarde, na Proclamação da República no Brasil. Essa proclamação foi realizada sob forte influência de oficiais que atuaram, em 1886, na Questão Militar no Rio Grande do Sul, ao tempo em que o Marechal Deodoro da Fonseca era o presidente e comandante das Armas da Província. No

Rio Grande do Sul, Deodoro recebeu a influência republicana de Júlio Prates de Castilhos e de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Indo para o Rio de Janeiro, o Marechal Deodoro e seu grupo fundaram no ano seguinte, em 1887, o Clube Militar. Em 1888, influenciaram decisivamente na abolição da escravidão, ao protestar contra o uso do Exército como "capitão-de-mato" para perseguir escravos fugitivos. E, finalmente, em 1889, três anos depois da Questão Militar no Rio Grande do Sul, proclamaram a República Brasileira, agora já com 116 anos, e que caminha para duplicar os anos de duração do Império.

Tanto influenciou a República Rio-grandense na adoção da República do Brasil que os constitu-

intes gaúchos de 1889 adotaram, como símbolos do Rio Grande do Sul, a bandeira, o brasão e o hino da República Rio-grandense.

A República Rio-grandense não foi só feita e conduzida por gaúchos. Dela participaram, com destaque, dois fluminenses oficiais do Exército, José Mariano de Matos e João Manoel de Lima e Silva; três mineiros que foram ministros da república, Domingos José de Almeida, de Diamantina, Ulhôa Cintra, de São João d'El Rei, que era Coronel de Cavalaria do Exército, e José da Silva Brandão, de Ouro Preto. No campo militar, ao lado dos generais gaúchos Bento Gonçalves, Antônio Neto, Davi Canabarro e Antônio da Silveira, atuou o paulista de Sorocaba General Bento Manoel Ribeiro. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Comando Supremo

Eliot A. Cohen

A obra estuda características gerais dos líderes e enfatiza as relações entre a liderança política e a militar, em períodos de guerra, quando políticos tratando com seus generais se defrontam com excepcionais dificuldades de relacionamento. Ela estuda, também, o proceder de Lincoln e Clemenceau, de Churchill e Ben Gurion, analisando seus relacionamentos com suas lideranças militares. O autor, em sua obra, chega a atingir momentos contemporâneos, culminando com as guerras do Vietnã, do Golfo, da Somália e do Kosovo.

Miguel Costa: o verdadeiro comandante da grande marcha da Coluna Prestes*

*Hélio Tenório dos Santos***

O General Miguel Costa, figura ímpar em nossa história, foi um dos grandes brasileiros que guiaram os destinos de nossa nação. Teve todos os predicados que motivam a reverência à sua memória.

Militar, foi um dos grandes soldados das polícias militares do Brasil. Combatente, foi um bravo em uma época de bravos. Político, foi força motriz para a democratização de nossos costumes políticos. Visionário, lutou pelos direitos sociais e trabalhistas que hoje usufruímos. Historiador, registrou as revoltas da década de 1920 do século passado. Miguel Costa foi amado devido a sua grande bondade e humanismo. Brasileiro, fez-se por direito de conquista na guerra, com patriotismo abnegado. Herói, morreu de pé, em triunfo, sob aclamação do povo brasileiro, a quem dedicou toda a sua existência.

Miguel Costa, pelo caráter, pela bravura, pelo gênio, pelo exemplo, foi um gigante.

Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues nasceu em Buenos Aires, em 3 de dezembro de 1885, era filho de espanhóis, o pai, da Catalunha, e a mãe, de Valência, terras que por séculos deram à luz obstinados guerreiros épi-

cos. Lá nasceram os cavaleiros da Reconquista Ibérica, os aventureiros conquistadores do Novo Mundo, os colonos bandeirantes do Brasil, os soldados da Guerra Brasileira contra os holandeses e os guerrilheiros que derrotaram o poderoso Exército napoleônico. Miguel Costa é mais um exemplo dessa tradição de guerreiros, reunindo em si as qualidades de seus ancestrais somadas a uma forte componente humanista.

A família Costa deixou a Argentina, mudando-se para o Brasil, enquanto Miguel ainda era criança, crescendo ele com seus três irmãos e duas irmãs na calma Piracicaba, na época do florescer do progresso paulista.

Muito jovem, com 15 anos de idade, estimulado pela pujança militar de São Paulo, assentou praça como soldado no Regimento de Cavalaria da Força Pública (hoje Polícia Militar do Estado de São Paulo), em 30 de agosto de 1901, sendo promovido, no correr dos anos, a cabo e a sargento de Cavalaria. Vivía a nossa Força Pública o processo de reorganização e transformação radical conduzido pelos instrutores da Missão Francesa, no ano de 1906.¹

Pelos seus méritos, foi selecionado para freqüentar a primeira turma do Curso Com-

* Colaboração da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHMTB.

** O autor é Tenente da Polícia Militar de São Paulo e historiador.

¹ A Força Pública de São Paulo (hoje Polícia Militar) recebeu uma missão de instrução de oficiais do Exército francês, em 1906, a qual reorganizou totalmente a Força segundo os padrões franceses. Com resultado militar extremamente bem-sucedido, a Missão manteve-se em serviço em São Paulo até 1924, interrompida apenas durante os anos da Primeira Guerra Mundial. de 1914 a 1918, quando os instrutores retornaram à França para combaterem. Como legado da Missão à PM podemos citar: a criação do Estado-Maior, da Escola de Educação Física (em 1910), da Escola de Cabos, da Escola de Sargentos e da Escola de Oficiais (em 1913), dos Regulamentos de Instrução e de Serviço, modernização dos uniformes e equipamentos etc.

plementar Literário e Científico, embrião da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, formando-se em 1913. Do seu serviço como oficial, consta ter ele sido auxiliar de instrução da Missão Francesa, atuando também na redação dos numerosos manuais legados a São Paulo pelos oficiais gauleses.

Reflexo da intensa imigração do início do século, a década de 1910 viu surgirem as idéias anarquistas em São Paulo. Em 1917, eclodiram na Capital as grandes greves simultâneas, que passaram à história como a Greve Operária de 1917. Numa época em que os problemas sociais eram tratados como caso de polícia, Miguel Costa sobressaiu-se no comando da tropa de Cavalaria da Força Pública ao evitar confrontos com os operários, intermediando, pela primeira vez na história do Brasil, negociações entre operários em greve e seus patrões. Apelando ao bom senso de todos, conseguiu evitar o confronto, restabelecendo a calma na sociedade paulista com a volta dos operários ao trabalho. Essa primeira ação registrada de Miguel Costa revela a sua marcante preocupação em melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Não há registro individual conhecido, mas é certo que Miguel Costa, assim como todo o efetivo disponível da Força Pública, tenha tomado parte no socorro às vítimas da Gripe Espanhola de 1918, que vitimou milhões de pessoas em todo o mundo, e foi particularmente intensa na cidade de São Paulo.

Mas é na década de 1920 do século passado que a estrela de Miguel Costa desponta com todo seu brilho, justificando o culto à sua memória.

Em 1922, os episódios da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa resultaram em uma série de incidentes que evidenciaram o maior vício da República: a falta de legitimidade da representação popular. O triste episódio das

“Cartas Falsas” e a sucessão no governo da Bahia foram a gota d’água que envolveu mais uma vez o Clube Militar nos destinos da República, entrando na luta para fazer valer a soberania do povo ao pleitear o “*respeito à Constituição*”. O movimento revolucionário iniciado em 1922 aspirava ainda à “*moralidade pública e administrativa, liberdade de manifestação de pensamento, garantias individuais perfeitas a todos os cidadãos e a liberdade do voto*”.²

Não historiaremos aqui os fatos de 1922 que deflagraram a revolução com toda a sua dramaticidade épica protagonizada por jovens oficiais como Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Carpenter e tantos outros. Restringiremo-nos à ramificação paulista da conspiração, forte no 4º Regimento de Artilharia Montada de Itu.

Existe o registro da participação da Cavalaria da Força Pública em um plano para sublevar aquela unidade do Exército e aprisionar o Presidente do Estado, ainda em 1922. Esse levante não foi desencadeado, mas provavelmente contou com a adesão de Miguel Costa na fase conspiratória, conforme declarou, alguns anos depois, Juarez Távora.

Malograda militarmente a Revolta de 1922, continuou a conspiração para derrubada do Governo e moralização da República. Em 1924, o ambiente político tornou-se favorável à eclosão de nova revolta militar. O principal conspirador era o Major Joaquim Távora, que estabeleceu a rede de contatos de abrangência nacional. Joaquim procurou o Major Miguel Costa que se manteve fiel à posição assumida em 1922. Desde o primeiro momento, Miguel Costa, nas palavras de Juarez Távora, a quem chamava carinhosamente de filho, “*tornou-se, dentro da Paulicéia, o esteio mais vigoroso do movimento revolucionário*”.³ “*A pertinácia organizadora de Miguel Cos-*

² Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes – Marchas e Combates*, São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1945, p. 549.

³ Edgard Carone, *O Tenentismo*, São Paulo: DIFEL, 1975, p. 48.

ta era então um exemplo animador: Não se limitara a garantir o apoio do seu regimento de Cavalaria à revolução; ia minando com prudência alguns elementos, com a convivência de certas guardas importantes da cidade. Foi indiscutivelmente o braço direito da conspiração dentro da cidade de São Paulo.”⁴

O chefe militar escolhido pelos revolucionários foi o Marechal Isidoro Dias Lopes, filho de D. Pedrito, no Rio Grande do Sul, combatente tarimbado nas campanhas do Sul, que aceitou o comando pelo entusiasmo contagiante daqueles jovens idealistas, que apelidara de “loucos lindos”.⁵

A conspiração seguia acesa, mas, devido ao fracasso militar de 1922, nenhuma guarnição se comprometia a tomar a iniciativa do levante. Ficou para São Paulo a missão de “vibrar um forte golpe, capaz de restituir a fé às guarnições descrentes”.⁶ Esse golpe só seria possível com a ação de Miguel Costa.

Mas ouçamos outra testemunha daquela época, o sargento Nelson Tabajara: “Miguel Costa, das maiores figuras da revolução no sentido da hombridade, coragem, capacidade de assumir responsabilidades, foi o verdadeiro cabeça do movimento e não fosse a sua colaboração leal e a ação eficiente, o levante não teria estourado. Homem de confiança de Joaquim Távora, tornou-se o fator decisivo da conspiração e coube-lhe a maior honra de todo o ciclo revolucionário, comandar a Coluna Prestes. Miguel Costa não entrou para a causa como simples oficial de Cavalaria ou comandante de regimento. Desde o primeiro dia surgiu com características de símbolo. Está colocado entre os grandes e, se encararmos com propriedade a sua obra dentro das duas colunas, pode sem favor ser considerado o primeiro(...)”.⁷

Iniciada a revolta na madrugada de 5 de julho, com o levante do 4º Batalhão de Caçado-

res de Santana, ainda cedo caíram em poder dos revolucionários as unidades da Força Pública na Luz: o Regimento de Cavalaria, de onde soou o primeiro toque de formatura, sinal convencional de adesão à Revolução, o 4º, o 1º e o 2º batalhões de Infantaria e o Corpo Escola.

É importante notar que, ao lado de Miguel Costa, estava uma plêiade de oficiais revolucionários da Força Pública, pequena em número, mas cujos méritos e vidas de combate honrariam qualquer Força: Índio do Brasil, Virgílio Ribeiro dos Santos, João Cabanas, Arlindo de Oliveira, José França de Oliveira e outros como Thales do Prado Marcondes, este último um bravo entre os bravos, cuja história é repleta de façanhas militares em combates audazes, e que bem merece ter sua memória resgatada, ele que foi o braço direito do General Miguel em tantas campanhas.

A luta inicial pela posse da Capital envolveu combates ferozes e bombardeio de artilharia inclemente sobre a região central da cidade. Na noite de 8 de julho, vários oficiais revolucionários, julgando a situação perdida, decidiram abandonar a luta, retirando-se do Quartel da Luz, Quartel-General das Forças Revolucionárias. Até mesmo o General Isidoro, comandante supremo, deixou o comando recomendando cessar o combate.

Miguel Costa, oficial de hombridade a toda prova, foi o único comandante do QG que permaneceu na luta. Concentrou as forças e reduziu o perímetro defensivo, preparando-se para resistir a um assalto final. Naquele transe difícil, escreveu uma carta ao Presidente do Estado, Carlos de Campos, assumindo toda a responsabilidade pelo levante e suas consequências, propondo a rendição e pedindo anistia

⁴ Juarez Távora, *A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, 1º volume, São Paulo: O Combate, 1927, p. 144.

⁵ Edgard Carone, op. cit., p. 50.

⁶ Edgard Carone, op. cit., p. 49.

⁷ Nelson Tabajara de Oliveira, *1924 – A Revolução de Isidoro*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 33.

apenas para os soldados e oficiais da Força que o haviam acompanhado e o reconhecimento das promoções feitas durante a revolta, recusando qualquer benefício para si.⁸

Na manhã do dia seguinte, 9 de julho, quando o soldado Hermínio Fernandes Amado levou essa carta ao Palácio dos Campos Elísios, é que os revolucionários perceberam que também os legalistas haviam decidido abandonar a cidade na mesma noite. Por ironia do destino, os dois exércitos que se enfrentavam, encarniçadamente por quatro dias, decidiram, ao mesmo tempo, retirar-se da luta. Não fosse a tenacidade de Miguel Costa naquele momento crítico, mantendo a posse da região da Luz, a Revolução de 1924 teria se encerrado ali. Ouçamos de novo o Marechal Juarez Távora, testemunha dos fatos: *"Miguel Costa agia sob o império de outros sentimentos. Temperamento estóico, onde a bravura e o instinto sobrepõem-se, algumas vezes, aos conselhos da razão, cuidava poder sair daquela crise através de um golpe audaz. E, tão obstinado quanto valente, poderia ter arruinado e extinguido a revolução dentro de São Paulo, com a sua intransigência. Salvou-a, ali, entretanto, com essa mesma obstinação, servida pela boa estrela da fortuna, que dizem raramente abandonar os que pelejam com audácia."*⁹

Lourenço Moreira Lima, que conheceu Miguel Costa nesse dia glorioso, encontrou-o afônico, de tanto expedir ordens, sem dormir desde o dia 4 de julho, descrevendo-o *"extraordinário soldado, de bravura modelar, caráter inamolgável e grande bondade"*.¹⁰ Um exemplo dessa bondade foi a sua intervenção para salvar a

vida do bravo Capitão Francisco Júlio César Alfieri,¹¹ ameaçado de fuzilamento pelo Tenente Cabanas.

A batalha por São Paulo foi tremenda, mas devido ao insucesso dos levantes nas outras guarnições, que deveriam acompanhar São Paulo, os revolucionários isolados decidiram abandonar a capital em 28 de julho, protagonizando a mais espetacular retirada na história militar brasileira. Enquanto João Cabanas inaugurava a guerra psicológica no Brasil, rechaçando poderosas colunas inimigas por meio de ardis e muita audácia, mais de seis mil revolucionários, armados e equipados, com farta artilharia e cavalaria, plenamente supridos de material, saíram de São Paulo em perfeita ordem, rompendo o cerco estabelecido pelas tropas vindas de todo o Brasil, em número e poder de fogo largamente superiores aos revolucionários.

Retiraram-se três brigadas revolucionárias, sob comando dos tenentes-coronéis Bernardo Padilha, Olyntho de Mesquita e Miguel Costa, com um corpo de cavalaria sob comando do General João Francisco, seguindo para Bauru, Rio Paraná e Guaíra. No Paraná, estabeleceram-se no território do Iguacu, onde passaram a conduzir guerra de posições em extensas linhas, contra as numerosas forças fiéis ao Governo.

Durante a retirada de São Paulo, o valor de Miguel Costa foi reconhecido com a sua promoção a *general*, posto que ele considerava *"o grande orgulho de sua vida de militar e brasileiro"*.¹² É possível encontrar promoção mais meritória e legítima do que essa, alcançada por atos

⁸ Edgard Carone, *O Tenentismo*, p. 60.

⁹ Juarez Távora, *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, p. 236.

¹⁰ Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes – Marchas e Combates*, p. 42.

¹¹ Francisco Júlio César Alfieri, paulista de origem italiana, integrou como Praça a expedição do 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública a Canudos, onde combateu em 1897. Como oficial foi o primeiro comandante da Escola de Oficiais da Força. Serviu como Capitão no Exército italiano durante toda a Primeira Guerra Mundial. Reintegrado à Força Pública em 1924, combateu nas grandes campanhas de 1924 a 1932.

¹² Hélio Silva, *1931 – Os Tenentes no Poder*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966, p. 306.

de combate em defesa do Brasil e por bravura pessoal, unanimemente aclamada em triunfo pela numerosa tropa revolucionária?

Este período é repleto de exemplos da bravura de Miguel Costa: *“Certa vez, na descida do Rio Paraná, durante a retirada de São Paulo, houve um combate terrível, no qual a artilharia tomou parte saliente. As granadas inimigas caíam incessantemente sobre o QG, onde Miguel Costa, fumando flegmaticamente o seu cigarro, combinava com Juarez os meios para rechaçar o inimigo, como se estivesse a palestrar sobre um assunto, alegre, numa sala tranqüila.”*¹³

Ouçamos também o lendário João Cabanas¹⁴ referir-se a Miguel Costa: *“Nesse camarada nunca deixei de reconhecer o belo caráter que possui e as suas excelentes qualidades de companheiro e de comandante, tudo isto aliado a uma grande competência como militar e organizador. Não quero falar de sua bravura porque é demais conhecida hoje em todo o Brasil. Minha admiração por esse homem, a quem as tropas revolucionárias já o aclamaram general, era e é completa.”*¹⁵

A queda de Catanduvas, em 27 de março de 1925, fechou os revolucionários em um cerco apertado na região do Iguaçu, enfrentando um inimigo bastante ofensivo, o que tornou a situação militar revolucionária insustentável. O comandante legalista, o grande brasileiro General Cândido Mariano Rondon, aplicou com maestria os meios dos quais dispunha, obtendo êxito na sua estratégia. Às vésperas de completar o aniquilamento total da capacidade combativa da Revolução, declarou que tinha os revolucionários encurralados dentro de uma garrafa e tinha sua mão sobre o gargalo, de onde

eles não iriam escapar desta vez, como haviam feito em São Paulo.

A situação desanimadora não abateu o espírito audaz de Miguel Costa. Aguardando a chegada da estropiada Coluna Prestes vinda do Rio Grande do Sul, incorporou os homens à sua poderosa Divisão, armando-os e suprindo-os de material de guerra. O General Isidoro passou o comando geral das tropas a Miguel Costa, que organizou a 1ª Divisão Revolucionária, mesclando paulistas e gaúchos e, em uma daquelas manobras inusitadas, tão características dos gênios militares, “quebrou o fundo da garrafa de Rondon”. Atravessou o Paraguai para romper o cerco federal, ressurgindo com a sua Divisão, intacta e pronta para a luta, no sul de Mato Grosso. Pela terceira vez a participação de Miguel Costa foi crucial para salvar a Revolução, mantendo acesa a chama da luta quando tudo parecia perdido.

E mais uma vez encontramos sob comando do general os nomes de uma geração de heróis da mais alta estirpe brasileira: Cordeiro de Farias, Juarez Távora, João Alberto, Djalma Dutra, Siqueira Campos e tantos outros. Sobre a escolha de Miguel Costa para comandar essa tropa de gigantes, disse o Marechal Cordeiro de Farias: *“A escolha de Miguel Costa como comandante da Coluna foi um fato natural. Ele era uma figura admirável, um soldado corajoso. [...] Miguel foi a alma da rebelião de São Paulo. Não fosse o levante daquelas primeiras unidades da polícia estadual, promovido por ele, e o movimento paulista não teria ocorrido. E a revolta de São Paulo foi o determinante de toda a arrancada revolucionária. Miguel Costa foi o único dirigente da*

¹³ Lourenço Morcira Lima, op. cit., p. 165.

¹⁴ Primeiro-Tenente do Regimento de Cavalaria da Força Pública, organizou e comandou a legendaria “Coluna da Morte”, tropa aguerrida de milicianos que, apesar de diminuta em efetivo, empregando tática de guerra não-convencional e psicológica, tomou as cidades ao norte de São Paulo, rechaçando poderosas colunas legalistas providas de Minas Gerais. As ações do Tenente Cabanas garantiram o sucesso do escoamento intacto dos revolucionários de São Paulo, tendo a sua coluna coberto toda a retirada revolucionária até Guaíra, em combates constantes.

¹⁵ João Cabanas, *A Coluna da Morte*, p. 27.

coluna ferido em combate. Era um homem muito cuidadoso e organizado. [...] vivia sempre elegante, com roupa limpa, enquanto nós vivíamos sempre sujos."¹⁶

É da época da Coluna Miguel Costa que encontramos preciosas descrições do General, como a do Secretário Moreira Lima, ao retratá-lo no comando da Divisão Revolucionária: "*O fogão do General Miguel era um dos mais bem organizados, graças ao seu espírito metódico. Miguel andava sempre vestido corretamente e o seu cavalo era encilhado com todo o cuidado. Possuía uma bagagem constituída por duas bruacas onde se encontrava um mundo de coisas ordenadamente dispostas: rapaduras, farinha, doces, cigarros, fumo em corda, palha e papel para cigarros, tesouras, canivetes, facas, lápis, papel para escrever, cartas geográficas, livros, furadores, agulhas, linha, cordões, anzóis para pescar (seu passatempo predileto), bálsamo do Peru – seu remédio por excelência, que ele aplicava para todos os males –, aspirina, fósforos, escovas, graxa para sapato, jornais, régua, bicarbonato cujo maior consumidor era Juarez, e até uma tarrafa. Também fazia parte dessa bagagem a sua cama de campanha e, depois, uma rede para se deitar. Esse amontoado de coisas não era somente para seu uso. Servia para todos que recorressem a ele, ouvindo, antes de serem satisfeitos, um longo 'Sermão', censurando-os, por não trazerem os objetos de que poderiam vir a precisar. Mas, nunca ninguém deixou de ser atendido, desde que houvesse aquilo que pedia.*"¹⁷ Completavam esse trem o bagageiro português, José Santos, que não media esforços em proteger e servir o seu comandante, e a mula chamada Bolívia.

As táticas inovadoras da Coluna Miguel Costa fizeram escola, com seu deslocamento dinâmico em destacamentos escalonados em forma de diamante. A manobra do laço húnga-

ro, realizada duas vezes, o ímpeto ofensivo constante, as potreadas que supriam a coluna, o espírito de corpo da tropa, tudo isso concorreu para que, enfrentando dois anos de perseguição ininterrupta, Miguel Costa mantivesse sua tropa de "*homens de brio*"¹⁸ invicta.

E não foi por falta de combates. Certa vez, no inóspito sertão da Bahia, ferido no peito por tiro de fuzil inimigo, o *general*, amparado pelos seus tenentes, sofria em silêncio, como o herói que era.¹⁹ Ítalo Landucci lembrou apreensivo: "*...vinha o nosso chefe supremo, o querido General Miguel Costa, que perdia muito sangue de um rombo à altura do coração [...]* Impressionou a todos o ferimento do nosso general. A padiola que durante dias o transportou, foi objeto de carinhosos cuidados e nos rejubilamos quando o vimos novamente à testa do seu QG."²⁰

Após a 1ª Divisão Revolucionária, a famosa Coluna Miguel Costa, internar-se na Bolívia, passaram os revolucionários a viver o mais doloroso período de suas vidas, o exílio. É nesse momento que, abnegadamente, pelo bem do Brasil, todos os líderes revolucionários decidiram dar um passo atrás para deixar em evidência Luís Carlos Prestes, subcomandante da coluna, para que o seu nome fosse utilizado como catalisador de todos os feitos revolucionários. Tal decisão foi tomada para elevá-lo à condição de herói. Prestes foi escolhido por ser o militar de menor possibilidade de rejeição junto ao povo brasileiro e ao Exército.

Essa nobre decisão, tomada pelo próprio Miguel Costa, baseava-se em que a figura pública de sua pessoa poderia facilmente ser manipulada pelos inimigos da Revolução. O General Miguel Costa era espírita em um país de ca-

¹⁶ Aspásia de Camargo, Walder de Góes, *Oswaldo Cordeiro de Farias, Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981, p. 114.

¹⁷ Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes – Marchas e Combates*, p. 151.

¹⁸ Edgard Carone, *O Tenentismo*, p. 309.

¹⁹ João Alberto Lins de Barros, *A Marcha da Coluna*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997, p. 132.

²⁰ Ítalo Landucci, *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*, São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1952, p. 144.

tólicos. Era desquitado, em uma época em que isso era considerado um tabu. Era argentino de nascimento, cuja naturalidade fora cassada por ato de vingança do Governo Federal. Era oficial da Força Pública, um “meganha”, quando a Revolução iria necessitar de todo apoio possível no Exército. Os predicados de Miguel aconselhavam seu nome e, assim, foi escolhido o nome de Prestes para ser louvado.²¹

A nossa história, infelizmente tão vilipendiada, assistiu à manipulação comunista das décadas de 1930 e de 1940 propagandear com maquiavelismo o nome de “Coluna Prestes” para referir-se à 1ª Divisão Revolucionária. Todos os documentos, fatos e testemunhas, inclusive o próprio Prestes, confirmam, sem sombra de dúvida, que Miguel Costa foi de fato e de direito o comandante da coluna. Há um sem-número de exemplos do seu poder final de decisão, respeitado por todos, mesmo quando Prestes manifestava sua discordância. Miguel Costa tinha Prestes em grande apreço, e foi por ato seu que Prestes foi promovido a *general revolucionário*, em 1926, em Riachão, no Piauí. O próprio General Isidoro lamentava que a Coluna fosse conhecida como Prestes, chamando-a de Coluna Miguel Costa.²²

E Miguel Costa, como ser humano de espírito elevado, jamais guardou rancor de Prestes, sendo o único dos veteranos da coluna que o apoiou, como amigo, nos duros anos de cárcere que Prestes enfrentou no Estado Novo.

Mas ouçamos Siqueira Campos falar sobre o General Miguel: “Foi o nosso comandante. Deu sempre exemplos admiráveis de coragem, resignação, firmeza de caráter, estoicismo e correção pessoal. Basta dizer que Miguel Costa nunca deixou de barbear-se um dia, embora às vezes o fizesse sob pres-

*são do inimigo e até debaixo de bala. Sua fisionomia estava sempre apresentável, ao contrário de nós todos que deixamos a barba crescer.”*²³

Todas as descrições de Miguel Costa, escritas por aqueles que o conheceram, são unânimes na descrição de suas qualidades. Durante o exílio, em Passo de los Libres, encontramos uma das mais belas dessas descrições do general, na pequena chácara em que vivia com seus oficiais no ano de 1928, em pobreza franciscana: “(...) o General Miguel Costa. Alto, magro, grisalho mas rijo como um cerne. Veste-se com absoluta sobriedade, pouco melhor que seus companheiros, mas conserva uma linha acentuadamente militar, que contrasta com a expansão dos demais exilados. Ele nunca está de mau humor nem tampouco de bom humor. Afável, acolhedor; de fisionomia serena mas imutável. Poderia, a qualquer momento, julgar-se diante de dez mil homens em parada: ele continua a sentir-se perenemente no comando de uma floresta de baionetas. Em conversa, não manifesta esperança nem desolação, não se exalta nem se lamenta, aceitou com doçura a sua situação e só se trai pelo fogo dos olhos quando alguém lhe fala em anistia. ‘Ou tudo, ou nada’, diz, e volta à sua serenidade impenetrável.”²⁴

A anistia, pela qual Miguel Costa mostrava tamanha intransigência, era apenas para a sua tropa, pois ele e seus oficiais sempre manifestaram que, caso fosse necessário, ele, Prestes, Juarez, João Alberto, Cordeiro e os outros poderiam ser excluídos da anistia.

Miguel Costa sempre se mostrou grande na adversidade. Por duas vezes enfrentou conspirações na coluna, uma encetada por um major italiano e a outra por um *tenente*, ex-sargento da Marinha. Em ambas as ocasiões, perdoou aqueles que desejavam matá-lo à traição, expulsando-os da coluna. A mesma benevolência que demonstrava com seus inimigos, perdoando-os sempre, equilibrava com intransigente defesa dos direitos dos outros, sendo que por vezes aplicou a pena máxima aos maus soldados da sua tropa que cometiam crimes de guerra con-

²¹ João Alberto Lins de Barros, op. cit., p. 161.

²² Lourenço Moreira Lima, op. cit., p. 60.

²³ Edgard Carone, op. cit., p. 257.

²⁴ Edgard Carone, op. cit., p. 155.

tra a população civil. Fazia sempre questão de manter disciplina férrea no seu comando, primando pela justiça. Observou o Coronel Davino: "*O General Miguel era um grande coração, uma alma nobre, amigo do povo, fraterno, não perseguia e nem se vingava de ninguém.*"²⁵ Até mesmo o seu pior inimigo político, o General Góes Monteiro, admitia: "*Ele é um homem bom e decente*"²⁶, juízo de que dele também fazia o ditador Getúlio Vargas.²⁷

Em 1930, o processo da Revolução Brasileira teve seu impulso final. Dos preparativos para o levante militar fala Nelson Tabajara: "*A conspiração prosseguiu até o ponto de exigir a presença do comandante supremo: Miguel Costa, cuja personalidade era uma bandeira na Força Pública de São Paulo e, de modo geral, em todo o país.*"²⁸

A Revolução em 1930 empolgou o País. E, no comando da vanguarda revolucionária do sul, veio o Grupo de Destacamentos do general Miguel Costa. A última campanha do General foi também a maior. Atuando em manobras paralelas, comandando os maiores efetivos contra a fronteira de São Paulo, celebrizou-se pelos combates de Quatiguá, Ribeira e pela grande batalha de Itararé, que venceu. Nesta última, novamente demonstrando seu espírito conciliador, tudo fez para evitar o derramamento inútil de sangue brasileiro, insistindo no armistício.

Das suas qualidades militares ressaltam mais uma vez a sua firmeza, dinamismo, organização, gênio estratégico, espírito ofensivo e tática de mestre. Pelas mãos de Miguel Costa foi vencida, em Itararé, a última manifestação de poder da República Velha, encerrando um ciclo de quatro décadas de história brasileira. Por ironia do destino, sua última vitória militar

foi conquistada combatendo o grosso da tropa da sua querida Força Pública.

Voltando a São Paulo, após ter estado mais de seis anos ausente, Miguel Costa foi recebido na Estação da Luz por uma grande concentração popular, totalmente espontânea, que clamava em uníssono: "Nós queremos Miguel Costa!" Retirado do trem carregado nos braços da multidão, naquele momento magnífico de vibração patriótica, trouxeram ao general o seu antigo cavalo, deixado no Regimento de Cavalaria por ocasião da retirada de São Paulo em 1924. Miguel Costa, sem poder resistir ao apelo físico do povo, desfilou montado pela cidade, sendo aclamado por uma multidão em delírio. Jamais São Paulo testemunhou triunfo militar semelhante. Todos os participantes daquele momento avaliaram que, se Miguel Costa desejasse, poderia ter assumido o Governo do Estado, pois nenhuma oposição teria força para tirar-lhe a direção de São Paulo.

Mas o general era um patriota abnegado, de grande bravura e grande humildade. Julgou ele que os comandantes revolucionários deveriam permanecer junto às suas tropas, garantindo o apoio das forças à obra regeneradora que a Revolução teria de encetar no Brasil.

O período de 1930 a 1932 é riquíssimo quanto à ação política de Miguel Costa. Embora desejássemos, não cabe aqui historiarmos esses fatos, pela sua complexidade que não permite abordagem superficial. Fiquemos, entretanto, com alguns aspectos que merecem ser transcritos, desfazendo mitos, injúrias e difamações daquela época.

Miguel Costa e João Alberto tinham grande amizade²⁹ e mantiveram essa unidade de ideal

²⁵ Davino Francisco dos Santos, *A Coluna Miguel Costa e Não Coluna Prestes*, São Paulo: EDICON, 1994, p. 45.

²⁶ Lourival Coutinho, *O General Góes Depõe...*, Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956, p. 171.

²⁷ Antonio Carlos Pereira, "Folha Dobrada", *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1982, p. 289.

²⁸ Nelson Tabajara, *1924 - A Revolução de Isidoro*, p. 193.

²⁹ Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes - Marchas e Combates*, p. 163.

durante o período. Divergências pequenas houve, mas o que salta aos olhos de quem analisa os fatos, hoje, é a lealdade entre esses homens.³⁰

Miguel Costa jamais foi comunista, como tanto propagandearam seus opositores. Suas convicções eram essencialmente democráticas. Ele foi, sem dúvida nenhuma, um dos primeiros pensadores políticos voltados para o bem-comum, baseado na proteção das massas de trabalhadores. A “Plataforma do Castelo”, de Getúlio, já havia reconhecido essa idéia, mas foi Miguel Costa quem, pela primeira vez, adotou medidas concretas para a sua efetivação. Se Getúlio quis perpetuar a sua imagem como pai do trabalhismo, é a Miguel Costa que devem ir os louros do pioneirismo do trabalhismo sadio no Brasil.

Proteção de proletários era algo tão estranho na mentalidade política da época que o rótulo mais próximo que se encontrou foi o de comunista. Miguel Costa jamais foi filiado ao Partido Comunista e rompeu com Prestes quando este optou pelo comunismo. E, aliás, dizia, com bastante espírito, que “*guardava o comunismo no coração e os comunistas na cadeia*”.³¹

A formação da Legião Revolucionária por iniciativa do general foi um feito estupendo, reunindo mais de trezentos mil brasileiros.³² Foi a primeira organização genuinamente popular do Brasil, depois transformada em partido político. Do seu programa de fundação, tido como radical na época, que propostas encontramos? Que o trabalho tenha um tratamento humano; salário mínimo justo com a participação do operariado nos lucros da indústria; igualdade salarial entre homens, mulheres e crianças, para diminuir a afluência de mulheres e crianças às

oficinas ou fábricas; estabelecimento de um sistema de assistência moral e material ao trabalhador, com habitação e aposentadoria.³³

Qual dessas propostas não é hoje um merecido benefício social usufruído na plenitude pelo brasileiro? Qual dessas propostas teria opositores hoje em qualquer país democrático do mundo?

Miguel Costa era um político adiante de seu tempo, e o carinho popular de que foi alvo em toda a sua vida bem o reconhece. Como o próprio general admitiu ao fundar a Legião Revolucionária: “*A revolução, vitoriosa nas armas, deve levar avante a sua obra de regeneração nacional. A revolução não pode consistir numa derrubada de ocupantes de posições para dar lugar a um assalto a essas mesmas posições. O povo fez a revolução em nome da Justiça, para ter assegurado o seu direito de liberdade, para chamar às contas os dilapidadores da fortuna pública, para o ajuste severo com os açambarcadores de privilégios, para punir todos quantos, abusando do poder usurpado, espezinharam as garantias individuais e coletivas.*”³⁴

Reintegrado oficialmente à vida militar, em 1930, Miguel Costa teve devolvida sua naturalização de brasileiro, foi confirmado no posto de General-de-Brigada, classificado no comando da 2ª Divisão de Exército, e exerceu a Inspeção da Força Pública, a Secretaria da Segurança Pública (que criou) e, mais tarde, o Comando Geral da Força.

Miguel Costa foi um comandante extremamente querido na milícia bandeirante. Foi ele o único oficial em toda a história da Corporação a receber a homenagem máxima dos militares, uma espada de ouro, com as heróicas datas de 1922, 1924 e 1930 gravadas.

³⁰ Edgard Carone, *O Tenentismo*, p. 199, Hélio Silva, *1931 – Os Tenentes no Poder*, p. 120-166 – Antonio Carlos Pereira, op. cit., p. 96.

³¹ Conforme transmissão oral de testemunhas da época na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

³² Aspásia de Camargo, Walder de Góes, *Oswaldo Cordeiro de Farias, Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*, p. 208.

³³ Hélio Silva, op. cit., p. 119.

³⁴ Edgard Carone, op. cit., p. 201.

Conseguiu vencer, com muita diplomacia, o terrível problema de fusão dos quadros legalistas e revolucionários, fazendo justiça a todos. Não teve rancor nem revanchismo contra os adversários de outrora. Nem mesmo após o movimento de 28 de abril de 1931. Filtrem-se os ânimos exaltados da época e analisem-se as atitudes de Miguel Costa, então.

O ínclito General Isidoro Dias Lopes, ex-comandante de Miguel na arrancada de 1924, discordava da atuação política dele. Mas reconhecia o papel que deveria ser ocupado pelos revolucionários na regeneração da República, dizendo: *"Entendo que aos vencedores da revolução de outubro cabem as responsabilidades todas da direção dos estados e do País."*³⁵

Infelizmente, Miguel Costa, querido pelo povo, desprovido de ambição pessoal, patriota abnegado, era militar e, de origem, um major de polícia, um "meganha". Em um Estado dominado pelo grupo elitista oriundo da Faculdade de Direito, Miguel Costa era rejeitado na política como uma afronta à pureza vestal dos "bucheiros" iniciados nos ritos secretos do Largo São Francisco.

A tolerância de Miguel Costa era fustigada pela intolerância e sectarismo dos bacharéis, antigos donos dos partidos republicanos da República Velha. Os bacharéis recusavam qualquer militar revolucionário na direção do Estado e, por puro preconceito, estabeleceram o critério de que o Estado só poderia ser governado por um civil paulista, exigência racista arraigada ainda hoje na elite paulista, como fruto pernicioso da malfadada "Campanha Civilista" de Rui Barbosa.³⁶

E aí a nossa história sofre o vício de visão sintomático das épocas de guerra. Na França de 1870, percebeu-se com clareza que as guer-

ras que vencemos geram uma pequena produção literária. Mas as guerras que perdemos geram uma vasta coleção de livros. Porque o povo vencido necessita escrever para justificar à posteridade a sua derrota. Os bacharéis detratores de Miguel Costa foram derrotados em 1932, e, por injusto que seja, a Revolução Constitucionalista, feita pelos mesmos ideais de soberania popular que Miguel Costa tanto defendeu, gerou uma biblioteca de textos contrários à política do general.

A lealdade de Miguel Costa ao Chefe Supremo da Revolução, Getúlio Vargas, determinou o seu desaparecimento da cena política. A estratégia do despistamento de Getúlio esteve sempre na raiz dos problemas de São Paulo e resultou diretamente no sacrifício político de Miguel Costa.

Quando foi chamado para concorrer ao Senado Federal, ocupar cargos federais e outras sinecuras, Miguel Costa sempre recusou.³⁷ Encerrou sua vida humildemente como General reformado, sem jamais ter buscado posições ou benefícios pessoais. Seus detratores, entretanto, que tanto criticavam a sua dita fome de poder, serviram em todos os momentos, e muitas vezes trocando repetidamente de casas, aos ocupantes dos governos, muito mais fiéis às suas conveniências próprias do que aos interesses do País.

O desaparecimento do general completa a auréola de heroísmo que envolve seu nome. Espírita que era, foi ele abençoado com a mais bela morte que poderia desejar. Deus lhe deu, com justiça divina, o maior prêmio para o soldado legendário que foi.

Convidado em 1959 a um programa de auditório televisionado para grande audiência, Miguel Costa relatou longamente, perante as

³⁵ Hélio Silva, 1931 – Os Tenentes no Poder, p. 139.

³⁶ Antonio Carlos Pereira, "Folha Dobrada", O Estado de S. Paulo, p. 80.

³⁷ Hélio Silva – op. cit., p. 167.

câmeras, a sua vida de combates e as agruras que as suas tropas enfrentaram durante a Revolução Brasileira. Ouvido com atenção por uma platéia de sorte, ao final da entrevista foi aplaudido de pé, ovacionado por vários minutos pelos brasileiros que mais uma vez aclamavam aquele herói.

O reconhecimento triunfante do povo brasileiro era algo a que o General já estava acostumado. Mas, naquele dia, ao responder ao público com uma continência marcial, o general dos olhos de aço, o herói de São Paulo, de Iguaçu, de Catanduvás, da coluna, de Itararé, da Legião Revolucionária, de tantos combates e batalhas sentiu a emoção bater mais forte no seu peito. Sem jamais ter sido vencido na guerra, Miguel

Costa sentou-se perante a audiência e, tranquilamente, deixou seu corpo para tomar lugar junto ao Criador, seguindo para o paraíso dos guerreiros. Uma vida grandiosa encerrava-se ali, em um ato de máxima glória.

A carreira militar de Miguel Costa foi exemplar, sua visão política foi a de um Brasil forte e democrático, acima de qualquer tipo de regionalismo. A Academia de História Militar Terrestre do Brasil tem na sua cadeira a grande responsabilidade de cultuar esse guerreiro *sans peur et sans reproche*, o nosso cavaleiro perfeito, fazendo-o servir de exemplo, sempre, às futuras gerações de comandantes da Polícia Militar. Cabe a nós cultuarmos a sua memória e projetarmos seus ideais e qualidades para o futuro. 🌟

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



As Grandes Decisões Estratégicas

*Elaborado pela Diretoria de História Militar
do Departamento do Exército dos EUA*

Desde o início da Segunda Guerra Mundial e após sua conclusão, uma equipe de historiadores, pesquisadores e escritores trabalha na reunião e seleção de documentos que relatam a participação do Exército dos EUA no conflito. Já foram consultados milhares de documentos (dos nossos aliados, dos japoneses e dos alemães), complementados por entrevistas feitas com participantes do conflito. Com base nesse trabalho, foi editada esta obra com vinte capítulos, cada um abordando uma decisão importante da Segunda Guerra Mundial. Inigualável em sua amplitude, em seus pormenores, em sua importância e na profundidade de sua extensão, ela pode ser considerada como uma história para historiadores.

O Condestável da Cruz de Lorena^{NR}

Petronio R. G. Muniz^{**}

“Eu mantive a impressão, em contato com esse alto e fleumático homem – aqui está o Condestável de França.”

Winston Churchill, Maio 1940.

Primavera de 1927. Na École Supérieure de Guerre, um marechal de França dignava-se de apresentar pessoalmente àquele arcópagos o conferencista do dia. Um simples capitão de Infantaria, alto e taciturno. Aos circunstantes, respeitosamente atentos, disse-lhes o vencedor de Verdun: “Senhores – ouçam o Capitão De Gaulle... Ouçam-no com atenção, pois dia virá em que a França reconhecida apelará para ele.”

Nenhum dos presentes, fosse Henry-Philippe Petain ou Charles André Joseph Marie de Gaulle, poderia dimensionar ou sequer intuir o conteúdo dramaticamente profético daquela apresentação.

Os deuses, para afastar dos homens maiores tormentos nesta vida, negaram-lhes o poder de desvendar o futuro.

Assim, por mercê divina e fraqueza humana, foram, naquele instante, poupados não os poucos privilegiados assistentes à reunião, mas todo o povo francês de antever as circunstâncias apocalípticas em que, treze escassos anos depois, aquele apelo haveria de ter lugar.

Verão de 1940. A beleza festiva da natureza emoldurava o crepe da agonia de uma nação guerreira. Ante um universo aturdido e estupefacto desenrolavam-se os últimos lanços da

maior catástrofe militar dos tempos modernos. O Exército francês, exemplo do mundo, espelho da existência de glórias da sua nação, estava batido. Desintegrou-se.

A Terceira República, em meio ao caos incontrolável, ao espírito de abandono e ao pânico quase generalizado, perdera o rumo. Soçobrava celeremente açoitada pelas vagas da invasão. Estertorava.

E, com o Presente brutalmente esfacelado pela *débâcle* militar, desacreditou no Futuro. Desacreditando, comprometeu-o, afrontando o próprio passado, crendo, desta feita, ceder a um destino inevitável.

Defrontada com o dilema inexorável de prosseguir a guerra fora das fronteiras metropolitanas, já cobertas pela maré montante do inimigo, ou cessar todas as hostilidades em separado, a Terceira República fez a sua escolha. Pediu armistício. Confessava-se definitiva e inapelavelmente vencida, decorridos apenas trinta e nove dias do lançamento da ofensiva alemã, ocorrida na madrugada de 10 de maio.

Por isso, a mesma voz que, vinte e quatro anos antes, repetira a imortal divisa “*Ils ne passeront pas*” por sobre as ruínas sangrentas, mas inexpugnadas, do Campo Fortificado de Verdun, informava, agora, a um povo em es-

^{NR} Conferência proferida pelo Dr. Petronio R. G. Muniz, em comemoração ao 62º aniversário do famoso L'appel do General De Gaulle, realizada na Biblioteca do Exército, na Cidade do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 2002. Publicada novamente por ter sido editada com erros no nº 800 do 3º quadrimestre de 2004.

^{**} O autor é historiador.

tupor, haver demandado ao inimigo um meio honroso de pôr termo à luta. O frio e as sombras envolveram as terras de França, em pleno calor do estio.

Naquele ocase trágico de uma nação soberana, um pequeno avião voou rumo à Inglaterra. Nos longes da História, ressurgiam os torreões dos castelos-fortes acometidos, cinco séculos antes, por Joana, a Camponesa de Domrémy, em celeste missão de libertar o mesmo país de outro invasor.

Na cabine da aeronave, um homem seguia para o desterro. Expatriava-se voluntariamente naquela hora terminal. Náufrago, isolado, arriscava de uma só vez o “tudo” para quase todos. Nome, família, posição, carreira, futuro. De seu, nada lhe restava salvo a própria vida.

Mas esse homem solitário *“levava consigo, naquele pequeno aeroplano, a Honra da França”*.

Jamais a Grandeza fora tão pungentemente descrita como nessas poucas palavras do único homem que, naquela ocasião, era também grande bastante para dimensioná-la e senti-la – o indomável Leão Britânico Winston Churchill.

Na gesta gaulesa, surgia, agora, do fundo dos tempos e no torvelinho da tragédia, o seu mais puro e autêntico herói. Obedecendo ao que definiu como o *“apelo mudo mas imperativo da França”*, o filho cujo nome confundia-se com o da mãe-pátria seguia para o seu encontro marcado com o Destino.

Para retomar as palavras tocantes de Henry Amoureux, que admiravelmente traduziu esse apocalíptico instante:

“Detaché, et détaché par la plus rude des défaites, de son passé, de son milieu, de sa patrie, c’est à ce moment-là, sans doute, qu’il se donne pour ambition non seulement de relever de drapeau, ce qui pourrait être le fait de n’importe quel héroïque soldat de fortune, mais encore et surtout de devenir, en exil, l’intransigeant représentant de la nation française, qu’il prétend incarner seul, sans outre mandat que celui du malheur.”

“Separado, e separado pela mais rude das derrotas, do seu passado, do seu meio, da sua Pátria, foi naquele momento, sem dúvida, que ele se deu por ambição não apenas levantar a bandeira, o que poderia ser o feito de não importa qual heróico soldado da fortuna, mas, ainda, e, sobretudo, de tornar-se, no exílio, o intransigente representante da nação francesa que ele pretendia encarnar solitariamente, sem outro mandato que o do infortúnio.”

Cometimento extraordinário. Intraduzível pela frase; inconcebível pela imaginação. Inexistente nos registros da História. Um homem isolado, no seu próprio dizer, *“desvalido de força ou de quaisquer das formas clássicas de legitimidade – eleição, mandato ou direito hereditário –, assumir os destinos do seu país na encruzilhada fatal da sua existência”*.

Do início dessa fabulosa saga, testemunhamos as *Memórias de Guerra*:

“Diante do vazio aterrorizante da renúncia geral, minha missão apareceu de vez, clara e terrível. Nesse momento, o pior da sua história, cabia a mim assumir a França.”

*“La France a perdu une bataille!
Mais la France n’a pas perdu la Guerre.”*

*“A França perdeu uma batalha!
Mas a França não perdeu a Guerra.”*

Quanto à natureza da missão “clara e terrível” a executar, nenhuma dúvida:

“O que eu estava resolvido a salvar era a Nação francesa e o Estado francês. O que eu tinha de trazer de volta à guerra não eram apenas os franceses, mas a França.”

O “trazer de volta à guerra” envolvia e transcendia infinitamente mais que a sublime luta pela redenção da honra de uma nação. Importava, sim, profeticamente, no conceito da natureza mundial do conflito, do qual as operações franco-alemães eram apenas o prelúdio.

"Rien est perdu parce que cette guerre est une guerre mondiale."

"Nada está perdido porque esta guerra é uma guerra mundial."

O "trazer de volta à guerra" representava a via dolorosa irremível de assegurar à França uma posição de relevância no mundo futuro, garantindo-lhe o lugar de prestígio que então *"par droit de conquête"* lhe caberia na História.

"Il faut que la France, ce jour-la soit présente à la victoire."

"Alors, elle retrouvera sa liberté et sa grandeur."

"É preciso que a França, nesse dia, esteja presente na vitória."

"Então, ela reencontrará sua liberdade e sua grandeza."

Acreditar nesses postulados em meio à catástrofe total, naquele sombrio junho de 1940, raríssimos visionários poderiam fazê-lo. Agir, em consequência, em perfeita sanidade mental, somente um homem seria capaz. Porque, para tanto, "necessitaria conduzir a própria França em si mesmo", como o expressou, em iluminadas palavras, André Malraux.

Proclama-o, insuspeitamente, Edmond Pognon, em seu livro admirável:

"Houve um momento, na história da França, em que ela existiu unicamente através desse ser; quando se encarnou inteiramente nele, quando, no rigor dos termos – ele foi a França."

A gênese dessa situação sem paralelo, encontramos-la, indubitavelmente, na *"certaine idée"* do General sobre a sua pátria, exprimida com estilo impecável em trecho antológico das *Memoires de Guerre*.

Admirando-a, misticamente, como *"a princesa de um conto de fadas ou a Madona dos afrescos"*, acreditava-a votada a um *"destino eminente e excepcional"*, incompatível com quaisquer outros

objetivos menos grandiosos. *"A França, tal como a vejo, não pode ser a França sem a Grandeza."*

"La France ne peut être la France sans la Grandeur."

"A França não pode ser a França sem a Grandeza."

Esses nobilitantes sentimentos quedar-se-iam, porém, ignorados no limbo das boas intenções, não paríssem eles de um homem excepcional, de um caráter *"hors de pair"*, irredutivelmente convicto de que sua pátria *"haveria de atravessar provas gigantescas"*, consistindo-lhe, a missão de sua vida, prestar-lhes *"alguns serviços assinalados"*, quando chegada fosse a ocasião.

Desvendando sua personalidade e filosofia de vida no surpreendente *Le Fil de l'Épée* (um dos melhores estudos já escritos sobre a liderança), o General projeta-se por inteiro quando analisa um dos elementos essenciais ao líder ideal de homens – o Caráter.

"Face à l'événement, c'est à soi même que recourt l'homme de caractère. Son mouvement est d'imposer à l'action sa marque, de la prendre à son compte, d'en faire son affaire."

"Loin de s'abriter sous la hiérarchie, de se cacher dans les textes, de se couvrir de comptes rendus, le voilà qui se dresse, se campe et fait front."

"Em face do acontecimento, é a si próprio que recorre o homem de caráter. Seu movimento é impor a sua marca na ação, de chamá-la a si, de fazê-la o seu assunto.

"E longe de abrigar-se sob a hierarquia, de ocultar-se nos textos, de cobrir-se com relatórios, ei-lo que se ergue, firma-se e desafia."

E, em trágica premonição da catástrofe de 1940, explicita o seu comportamento ao profetizar:

"Mas, quando os acontecimentos se tornam graves, o perigo premente, quando a salvação comum exige iniciativa imediata, o gosto do risco e a soli-

dez... Uma espécie de vagalhão profundo impele ao primeiro plano o homem de caráter. Onde já se viu uma grande tarefa ser realizada sem que um homem de caráter sinta irresistível necessidade de agir?”

Finalmente, rompendo de golpe entre o formalismo e o essencial, deixa evidente que, nas grandes crises, os padrões regulamentares *podem e devem* ser ultrapassados, exemplificando-o através de concludentes exemplos históricos:

“Nada teria sido conseguido, se esses homens tivessem cedido aos conselhos da mesquinha prudência ou às sugestões de uma covarde modéstia.

“Mais do que isso, aqueles que realizam grandes coisas devem ignorar as convenções de uma falsa disciplina.

“Assim, Lyautey, conservando o Marrocos a despeito de ordens superiores. Assim, em 1914, Lanrezac, salvando o seu exército depois de Charleroi, rompendo o combate a despeito das instruções recebidas e, após a batalha naval da Jutlandia, ocasião, perdida pelos ingleses, de destruir a Armada alemã, Lorde Fischer, Primeiro Lorde do Almirantado, ao receber os relatórios do Almirante Jellicoe, comandante da Frota britânica, lamentava com tristeza: ‘Ele tem todas as qualidades de Nelson, salvo uma: não sabe desobedecer’.”

Portanto, a conduta do General, militar exemplarmente disciplinado, poderia ter surpreendido a muitos, exceto a ele próprio. O “*divortiorum aquarum*”, traduzido no “Apelo aos Franceses”, de 18 de junho de 1940, trouxe tão-somente ao conhecimento público uma vida cuja existência anterior havia sido uma preparação para essa hora e essa prova.

Corroborar esse juízo o trecho de Maurice Druont, escrito com o estilo e a autoridade de membro da Academia Francesa:

“Parece que ele (o General) jamais tenha duvidado, desde a infância, do papel excepcional que haveria de representar.

“Este papel, seu orgulho o reclamava, sua intuição o anunciava, seu pensamento nisso se preparava e sua paciência o aguardava.”

.....

“Ele estava pronto. Senão, como teria mostrado desde logo, uma tal certeza de si e uma tal exigência serena ao tratar de igual para igual as nações, quando era apenas um homem só, exilado de sua própria pátria?”

Essa conjunção de circunstâncias extraordinárias, única e certamente a última na história dos povos, possibilitou o milagre desconhecido de todas as teorias políticas.

Uma nação imersa na derrota – presa do desespero e da vergonha – ouvir ser proclamada, com o mundo inteiro por testemunha, em verdadeiro ato de fé, esperança e orgulho, a crença inabalável na sua ressurreição.

Afortunada França, que nas trevas do infortúnio encontrou tal filho respondendo-lhe o apelo.

“Ah, mère, tels que nous sommes, nous voici pour vous servir.”

“Ah, mãe, tal qual somos, eis-nos para vos servir.”

A recusa em aceitar como definitiva a derrota militar no território metropolitano, com fundamento nas razões cartesianamente argüídas de “*l’honneur, du bon sens et de l’intérêt supérieur de la Patrie*” (“honra, bom senso e do interesse superior da Pátria”), corporificada no imortal documento, deu, assim, pública forma ao extraordinário contrato entre dois protagonistas não menos extraordinários: um homem predeterminado e uma Pátria em agonia.

Pacto *sui generis* cuja resistência a três décadas de acontecimentos sem precedentes a todos enseja a perspectiva temporal suficiente para o dimensionamento da sua grandiosidade, alcance e profundidade excepcionais.

Sendo negados obediência às decisões de um governo em dissolução e reconhecimento a um regime incapaz de assegurar a soberania e a independência do país, com violação à or-

dem moral de um povo que, desde Vercingetorix, jamais se curvara à submissão, pôde o Estado francês, naquele instante supremo, encarnado na figura onímoda do mais ilustre dos seus filhos, ter garantida a continuidade das suas verdadeiras instituições. E, muito mais ainda, ver anunciada, *urbi et orbi*, a legitimidade intrínseca de um movimento insurrecional de oposição ao ordenamento formalmente jurídico emanado de uma assembléia nominalmente existente.

Esse paradoxo imenso, a legitimidade na exceção, ousou reivindicá-lo o General. E, o mais formidável, transmudá-lo em idéia-força e jurisdicioná-lo, fazendo-o aceitar como legalmente válido.

Conseguiu-o, na sua solitária odisséia, o General, por ser não um chefe de partido ou facção política no exílio, ou comandante militar na disputa do Poder, mas a expressão corpórea da alma imortal da própria França.

Pode fazê-lo, unicamente o General, na qualidade de Homem de Estado, ciente como Aristóteles da distinção entre o justo natural e o “*justo legal*” e, por isso mesmo, consciente do caminho a seguir nessa encruzilhada fatal.

Não afrontou a ordem jurídica existente pelo desvalor dos seus preceitos, senão para legitimá-la no sentimento ancestral de um povo e nos objetivos permanentes de uma nação cuja primeira aspiração é o existir. Mas existir “*libre, dans l'honneur et dans l'indépendance*” (“*livre, na honra e na independência*”).

Contestou-a de fato e de direito para não permitir que aquele mesmo ordenamento, inadaptado estruturalmente às crises e emergências excepcionais, viesse a transformar-se – sem clamor algum de protesto, no sudário de morte do Estado francês.

Porém, nem mesmo a convicção inabalável da justeza do seu gesto histórico em “*assumir a França*” jamais o confundiu quanto à natureza de exceção da legitimidade profunda

que encarnava, oriunda daquele apelo “*vindo do fundo dos séculos*”.

A desconcertante resposta, entre gentileza e ironia a Henry Queiulle, em Argel, no ano de 1943, remarcando-lhe o caráter insurrecional do governo que integrava, ressalta, no âmago de uma situação de fato, a dominância de um raciocínio sob cânones eminentemente jurídicos e sua conformidade ao aspecto legal da legitimidade.

O grande cabo-de-guerra, por sua formação humanista (*au fond des victoires d'Alexandre on retrouve toujours Aristote – no fundo das vitórias de Alexandre encontra-se sempre Aristóteles*), pelo conhecimento profundo das lições da História e por uma visão inigualável de estadista, sabia e, muito mais que isso, sentia, no poder de fato, que assumira a imprescindibilidade da autoridade legal inerente ao Estado. Pois, como já dito alhures, “*só a ordem jurídica define uma nação civilizada; só ela lhe desvenda e realiza o futuro; só ela eterniza e marca, na universalidade das nações, o lugar de um verdadeiro Estado*”.

Como bem salienta Guy Mollet, em recente obra sobre a Constituição Francesa de 1958, “*a idéia que, cumprindo o seu dever em 1940, pudesse ser taxada de ilegitimidade, mesmo quando o poder legítimo abdicava, lhe era insuportável*”.

O estabelecimento de uma estrutura de governo – de caráter provisório, o reconhecimento internacional da França Livre, a manutenção do princípio da soberania do povo francês e das instituições legítimas do Estado republicano –, vale dizer, a jurisdicionalização de sua conduta histórica foi-lhe preocupação dominante desde a primeira hora.

Atormentava-o a idéia de que tudo acontecera pela vacância, na legislação francesa, de mandamento que assegurasse, sem ruptura da legitimidade constitucional, poderes, ao Presidente da República, suficientes para enfrentar situações de gravidade excepcional e manter,

nessas conjunturas, a independência e a integridade do país.

Daí porque, em coerência tenaz com o seu passado, em 1958, quando de volta à dignidade de Chefe do Governo, fez incluir nos dispositivos da Carta Magna francesa, durante os trabalhos de reforma constitucional, o atual artigo 16, que assegura ao Chefe do Estado os poderes necessários para tomar as medidas exigidas pelas circunstâncias.

“Quando as instituições da República, a independência do país, a integridade do seu território ou o cumprimento dos seus compromissos internacionais estiverem ameaçados de maneira grave e imediata, e o funcionamento dos poderes públicos constitucionais estiver interrompido.”

Poderes, inexistentes em 1940, que permitissem o Presidente Lebrun transportar-se a Argel e continuar a guerra, compelindo-o a convocar, *in extremis*, o venerando Marechal Petain para a Chefia do Governo, *“abrindo assim caminho à capitulação”*, como fez lembrar, com propriedade, o General, ao justificar tão audaciosa e revolucionária norma ao Direito Constitucional francês.

E quando, nos debates sobre o texto, o mesmo Guy Mollet apresentou-lhe os riscos e perigos que poderiam conduzir o uso abusivo de tal preceito, o General lhe respondeu peremptoriamente: *“Introduza no texto todas as medidas de salvaguarda, todas as precauções que desejar, mas façamos de sorte que aquilo que se produziu em 1940 não seja mais possível.”*

Poderes que, a 23 de abril de 1961, já institucionalizados, permitiram-lhe, na plenitude *“de la légitimité française que la Nation m’a conférée”* (*“da legitimidade francesa que a nação me conferiu”*), enfrentar e vencer a revolta dos generais de Argel, *“un quarteron de généraux en retraite”* (*“um punhado de generais reformados”*), conjurar a guerra civil iminente, prosseguir na política de descolonização, iniciada e consagrada posteriormente por imensa maioria de votantes, e

assegurar, uma vez mais, ainda, a integridade do Estado francês a tão duras penas defendida desde o imortal apelo de 18 de junho.

Qual outro o teria conseguido, como fez o General naquelas circunstâncias – a mais grave crise entre o Exército e o Poder Político na França do pós-guerra –, por maiores recursos que dispusesse?

Quem, senão *“ce vieil homme, recru d’épreuves”* (*“este velho extenuado de provas”*), seria detentor de tamanho prestígio para dirigir-se à Nação, naquela crise, em termos tão pessoalmente tocantes e, ao mesmo tempo, de tal modo imperativo?

“Eh bien, mon cher et vieux pays, nous voilà donc encore une fois ensemble devant une lourde épreuve. En vertu du mandat que le peuple m’a donné et de la légitimité nationale que j’encarne depuis vingt ans, je demande a tous et a toutes de me soutenir quoi qu’il arrive.”

“Ah, meu querido e velho País, eis-nos, ainda uma vez, juntos, diante de uma pesada prova. Em virtude do mandato que o povo me concedeu e da legitimidade que eu encarno, após vinte anos, peço a todos e a todas que me apoiem, aconteça o acontecer.”

Quem, senão ele, revestiria de maior autoridade o legado deixado ao Exército de sua Pátria, quando, ao evocar aquela Guerra da Argélia, perante dois mil oficiais, durante as celebrações do 17º Aniversário da Libertação da Cidade de Strasbourg, pronunciou essa lição imperecível.

“Mas, desde que o Estado e a Nação tenham escolhido seus caminhos, o dever militar está fixado de uma vez por todas. Fora dessas regras, ele não pode existir, restando apenas soldados perdidos.”

Afortunado país capaz de gerar um varão que encarnasse, não durante vinte, mas por quase trinta anos, a legitimidade nacional sobrepairando o horizonte visual dos partidos políticos e suas querelas, mantendo durante todo

esse tempo, *dentro ou fora do governo*, o significado de sua presença, sua profunda ligação com o povo e o seu pacto inquebrantável com as raízes da nacionalidade.

Afortunado solo capaz de gerar um varão cuja magistratura moral, tão destacadamente superior e autêntica, pudesse curvar não apenas o adversário da véspera, mas triunfar de sentimentos antagônicos, inexpugnáveis ao raciocínio lógico, pois fundados em personalíssimas razões de ordem afetiva e emocional.

No comovente depoimento de Jean Pouget, testemunhamos Madame Philippe Pétain, viúva do ex-marechal de França caído em desgraça, desejando civicamente pronunciar-se no primeiro *referendum* da V República, a 28 de setembro de 1958, confusa, ainda no dia mesmo da consulta popular, a ponto de procurar na missa matinal o auxílio para o seu drama de consciência, declarar, posteriormente ao seu voto: "*Cum pri o que o meu marido haveria de ter feito no interesse da França – 'J'ai dit oui a De Gaulle' ('Eu disse sim a De Gaulle')*". O voto favorável ao General era, mais uma vez, o "*sim*" à própria França.

Quem percorrer a existência desse extraordinário condutor de homens verá a constância do seu amor "*sans défaillances pour la France*" ("*sem desfalecimentos pela França*") traduzir-se na procura incessante da legitimidade para seus atos; no esforço incansável para o aprimoramento das instituições democráticas francesas; na proclamação impertérrita do direito a autodeterminação dos povos; no reconhecimento diuturno do valor da Liberdade para o destino das nações; na defesa dos direitos individuais face ao gigantismo estatal; e na advertência, de público, reiterada sobre a perda de qualquer superioridade política, jurídica e moral dos governos que, sob quaisquer pretextos, negam esses valores, terminando por se nivelarem aos próprios sistemas que pretendem combater.

Verá que, mesmo fiel à política da "*France aux mains libres*" ("*França de mãos livres*"), jamais

tergiversou quanto aos compromissos com a liberdade – o seu posicionamento nas crises do "Muro de Berlim" e dos "Mísseis Soviéticos em Cuba" são apenas dois marcantes exemplos. Testemunha-o, insuspeitamente, o General norte-americano Vernon Walters, no livro *Poderosos e Humildes*, recentemente publicado pela Biblioteca do Exército:

"Por vinte e cinco anos, de uma posição privilegiada observava este grande homem. Ele era uma personalidade complexa. Amara tanto a França que se identificava com ela. Às vezes isto o tornou um aliado difícil. Porém, quando a situação se agravava, ele sempre ficava ao nosso lado."

Verá, finalmente, que esse filho ilustre, mesmo sem possuir acentuada vocação liberal, por temperamento e profissão, jamais, fossem quais fossem as pressões do momento, confundiu a legitimidade profunda que encarnava, "*à côté des littérales dispositions constitutionnelles*" ("*ao lado dos literais dispositivos constitucionais*"), com o direito de exercer o Poder desvinculado do pronunciamento expresso e soberano do povo, única fonte legítima, por ele mesmo reconhecida e proclamada, daquele mesmo Poder.

O respeito à vontade nacional, livremente expressa, e o conseqüente acatamento às suas decisões avultam – para a honra da França –, como o traço dominante e permanente da atuação pública desse homem de armas incorruptível, a tentação de empolgar o poder pela força ou dela valer-se arbitrariamente para impor suas verdades à consciência dos seus concidadãos.

Comportamento, ressalte-se, tanto mais valioso, tanto mais dignificante, tanto mais sublime, quanto sabidas as restrições que sempre manteve ao povo de sua Pátria – "*franceses que tão alto guardava no coração e tão baixo os via*" –, como lembra Philippe Alexandre. Restrições por sua inconstância, seu imediatismo, pela sua lassitude e pelos "*ferments de dispersion*" ("*fermentos de dispersão*") que cultivava, incompatíveis, uns e outros, com os cimos grandiosos, únicos ao seu

ver, dignos de uma nação *"dont le génie est d'éclairer l'univers"* ("cujo gênio é iluminar o universo").

Testifica-o o diálogo pungente, mantido com Michel Droit, a propósito desse tema sempre tão presente e angustiante para o General.

Este, depois de lamentar a falta de ambição nacional dos povos modernos, começa a meditar em voz alta, quase em solilóquio, desesperançado pelo tão pouco interesse dos seus compatriotas para com os destinos da França.

"Na semi-obscuridade, o General não é mais que uma sombra em minha frente. Uma sombra imensa cuja voz baixa como a luz do dia e cuja silhueta parece ir desaparecendo, pouco a pouco, sob as espáduas que se curvam e pelo desencorajamento das palavras.

"Repentinamente, de uma só vez, a sombra se alteia. Os punhos permanecem ainda apoiados no birô, mas os braços se distendem semelhantes a cabos de aço suspendendo uma estátua.

"A última frase do General fora: 'Sim, os franceses viverão; eles manterão a sua vidinha.' Então, bruscamente, a voz trágica e desesperada lança de suas profundezas: 'Mais la France, elle ne vivra plus.'

Mas, não lhe desconhecendo as fraquezas, nunca lhe minimizou as grandezas, nem a capacidade inextinguível de ingentes esforços para as mais ásperas e gloriosas ações.

Transformar esse magma fluido inconstante e amorfo da vontade popular na rocha inquebrantável da consciência de uma nação, importava-lhe, não em sufocar essa vontade. Ao contrário. Despertar-lhe as potencialidades, contagiar-lhe com um ideário superior e conduzir-lhe as linhas de força, no supremo esforço do *"renouveau et du redressement"* – "da renovação e do reerguimento".

Foi-lhe, a vida inteira, a lição reiterada, pela palavra e pela ação, que essa imensa tarefa transcende os poderes de um homem, ou de uma classe, por mais iluminado ou predestinado que se julgue ser.

É a missão comum da Nação por inteiro, tornada consciência, partícipe e responsável pelos

destinos do país, através de uma liderança superior livremente consentida. E, também, por um complexo institucional suficientemente forte para permitir e suportar o entrelaço das opiniões e a discussão das "Verdades" de cada um, dentro do clima de respeito e liberdade indispensável à validade de todos os resultados. Instituições, por seu turno, suficientemente fortes em sua legitimidade, para impedir o êxito da atuação desagregadora dos grupos patologicamente empenhados na destruição da ordem legal e do Estado dela decorrente.

Onde haveria lição intensamente mais dramática do valor e da eficácia desses postulados do que nos tristemente famosos idos de maio de 1968? Os ominosos tempos da *"chénilité"* ("desordem").

Com a desordem nas ruas, com a universidade, o comércio, a indústria e os serviços paralisados por greve geral, com a subversão generalizando-se, com o povo amedrontado, com o governo perplexo, com os adversários prontos ao *"golpe de graça"* e assumir o poder, com a guerra civil novamente às portas, com sua amada França em novo perigo mortal e com o coração sangrando por aquela juventude que negava a espiritualidade patriótica, o General falou à nação.

Duraram suas palavras cinco minutos. Tempo apenas suficiente para reafirmar aos franceses a legitimidade nacional e republicana do governo e sua disposição de manter a ordem constitucional e para alertar-lhes quanto aos riscos de *"se resignarem ao poder do vencedor que se imporia autocraticamente ao desespero nacional"*. Tempo apenas suficiente para dizer-lhes que se algo existia de errado, a nação seria convocada na devida hora a pronunciar-se em *referendum* sobre as reformas a serem adotadas, mas que naquele momento estava mobilizada para uma ação cívica em torno dos poderes constituídos e das instituições legítimas; tempo apenas suficiente para concluir

garantido-lhes solenemente que *“a república não abdicaria, o povo se recuperaria, e que o progresso, a independência e a paz triunfariam com a liberdade”*.

Apenas cinco escassos minutos. Tempo bastante para ser contida a inundação, alterado novamente o curso da História e fazer um país mudar de mãos.

Assim, o povo francês, nas encruzilhadas decisivas do país, passou a ouvir a voz grave do seu velho campeão, convocando-o a pronunciar-se direta e responsabilmente sobre os rumos a serem seguidos, o que vale dizer, a construir o próprio destino.

Como bem ressaltado pelo Vice-Presidente Marco Maciel, no Prefácio à edição brasileira do *Fio da Espada*, através do *referendum*, *“la plus démocratique des voies”* (*“a mais democrática das vias”*), a vontade da nação francesa transmutou-se em centro de irradiação normativa. Aquele recurso foi utilizado pelo *Grand Charles*, não como uma contrafação para reafirmar o querer oficial tornando-o onipotente, porém *“como resposta a um imperativo, e um recurso para quem, em momentos de crise, e ao ver impugnadas as suas intenções, deseje certificar-se sobre se está ou não identificado com a vontade da nação tomada como um todo”* nesta feliz definição do esquecido e também General Antonio de Spínola.

Sob risco de desfigurar-se em contrafação inaceitável para o General, esse mecanismo constitucional – segundo depoimento de Alain Peyrefitte – deveria provir de proposta do Chefe do Executivo, que engajaria no processo toda a sua responsabilidade e o próprio destino político.

“Il faut que le Président annonce qu’il se retirera, s’il est désavoué.”

“É necessário que o Presidente anuncie que se retirará, se for desautorizado.”

Para o General, o *referendum* era um jogo de *“tudo ou nada”*. A legitimidade, como a verdade, não se compadece com meios-termos.

Enquanto a vontade nacional assim expressa o escutou, pelo tempo que o povo francês, compreendendo ou intuindo os seus objetivos o secundou, enquanto a República assegurou-lhe crédito e confiança inabaláveis, não vacilou o firme timoneiro em enfrentar todos os mares conduzindo a nau da Pátria em sua singradura para a Grandeza.

A 27 de abril de 1969, talvez incomodado pela sombra do gigante, ou fatigado pelo esforço de longos anos para permanecer *“dans les sommets”* (*“nos cumes”*), ou, quem sabe, desejoso apenas de fruir a tranqüilidade da planície, esse mesmo povo rompeu o contrato famoso, negando-se a segui-lo no *referendum* sobre o “Senado e as Regiões”, cortando, com pequena maioria, a grande reforma institucional, que se seguiria *“vers la participation”* (*“rumo à participação”*), a obra síntese de toda a atuação política do General.

Os capitães das tempestades são mal aceitos nos ventos da bonança. Cumpria-se, mais uma vez, o vaticínio de Tácito: *“a marca dos grandes povos é a ingratidão para com seus grandes homens”*.

“Je cesse d’exercer mes fonctions de Président de la République. Cette décision prend effet aujourd’hui à midi.”

“Eu cesso de exercer as minhas funções de Presidente da República. Essa decisão tem efeito hoje, ao meio-dia.”

Um pouco abaixo, a assinatura inclinada: *“C. de Gaulle”*

A epopéia, iniciada, solitariamente, em 18 de junho de 1940, chegara, definitivamente, a seu termo. O proscênio, vazio, poderia voltar às dimensões comuns. Nele, já não cabiam mais titãs.

Perdia o fio a espada que por trinta anos fora a honra de um exército, a esperança de um povo e a grandeza de uma nação.

Le Grand Charles reencontrava sua solidão. “*Et lui, lui seul pour témoin de sa gloire et de sa raison*” (“e ele, somente ele, como testemunha de sua glória e de sua razão”) do verso de Rimbaud. Regressava definitivamente ao seu verdadeiro reino. A torre hexagonal – forma geográfica da França amada – que mandara construir na velha mansão da Boisserie, por entre carvalhos seculares, e em cujos jardins refloria, em cores vivas, a cada nova primavera, o seu emblema: uma Cruz de Lorena, longa de dez metros. O mesmo local de onde, onze anos antes, atendendo a novo apelo da Pátria, saíra para reasumir o Governo e salvar, pela segunda vez, o Estado francês “*in articulo mortis*”.

Dezenove escassos meses após, no anoitecer outonal de 9 de novembro de 1970, treze dias antecedendo o seu 80º aniversário, como um daqueles gigantes da floresta atingido por fulgor dos céus, abatia-se aquele que a premunição do seu único igual – Winston Churchill – reconhecera como “o homem do destino”. O primeiro dos franceses pertencia agora à História. Não ocorrera apenas a morte de um homem; uma época também havia terminado.

“*La France est veuve*”, proclamou como legado histórico o Presidente Georges Pompidou.

“*A França estava viúva*”, e nada maior poderia ser acrescentado a esse testemunho supremo.

“*Cet homme d'un caractère si haut qu'on ne pouvait ni estimer, ni le craindre, ni l'aimer, ni le haïr, à demi.*”

“Este homem de um caráter tão elevado, que não se podia nem estimar, nem temer, nem amar, nem o odiar pela metade.”

(Bossuet, na oração fúnebre de Michel Le Tellier, Marquis de Louvois.)

A França pôde ser, finalmente, grande o bastante para reconhecer-lhe, unanimemente, a grandeza. Remanescente de outras eras, pro-

feta dos novos tempos, atravessou sua época em diálogo permanente com a posteridade.

Familiar à idéia da morte, aceita como “o jogo divino do herói”, viveu camoneanamente as suas “obras valerosas” como se daquela lei fosse liberto, abraçando tarefas e enfrentando missões superiores à temporariedade humana.

Possante e solitário, desprezando todas as doutrinas e respeitando cada opinião, se impôs aos homens e dominou os acontecimentos. Destruíu mitos do determinismo e da irreversibilidade dos ventos da história. Forjou, com a tempera do seu caráter, o molde dos novos rumos para uma velha nação.

Estrategista pragmático na ação militar e na atuação política, insuperável na arte do aproveitamento das “contingências”, perlongou a estrada da vida candidamente leal aos ideais de infância cujos sonhos desconhecem obstáculos e acometem o impossível.

Consciente da sua incontestada primazia dentre seus compatriotas, este monarca, este prodigioso “*agente de mutação da história*” no dizer de Pouget, arvorou fielmente, durante toda a sua longa vida, as insígnias de uma corporação que se dedica sem restrições ao dever, à disciplina e à obediência, para se fazer reconhecer simplesmente por aquilo que sempre e apenas se julgou ser. Um soldado, um servidor da França.

Em suas próprias palavras:

“*Primus omnium salus patriae.*”

“Antes de tudo, a salvação da Pátria.”

* * *

Charles André Joseph Marie de Gaulle – Condestável da Cruz de Lorena. O mundo não verá outro igual.

* * *

Ilustres e pacientes amigos,
De um encontro desta magnitude e significado impõe-se fazer memória. Não iria o Desti-

no conjugar tantas efemérides – os 121 anos da fundação da Biblioteca do Exército, a data comemorativa do 62º aniversário do histórico l'Appel e a publicação do livro *O Fio da Espada*, síntese da vida e obra do “primeiro dentre os franceses” – para tudo extinguir-se sem um dia seguinte.

Que parta desta Casa do Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, a iniciativa, justíssima, de honrar-se esta Mui Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com o nome insigne de Charles de Gaulle em um dos seus logradouros, como fonte permanente de exemplo e inspiração para o nosso tão querido, tão sofrido e tão falto de auto-estima País.

Desnecessário um “Arco do Triunfo” para rememorar-lhe as glórias, ou ornado obelisco pa-

ra imortalizar-lhe os feitos. Na eloquência da simplicidade, tão a gosto do General, residirá o significado profundo da imorredoura mensagem.

Uma verdejante colina em solo brasileiro nobremente situado. Encimando-a, uma cruz granítica de duplos braços assimétricos – símbolo que inspirou uma grande nação a reencontrar o seu destino e, ao maior dos seus filhos, deu forças para constituir-se no seu campeão – eis o que a tanto bastará.

Quando as gerações futuras, defrontadas com esse singular monumento, questionarem-lhe o significado e razão de ser, bastar-lhes-á ser dito, sem maiores explicações, que, naquela cruz de pedra, eterniza-se o reconhecimento de uma nação inteira ao homem que um dia, sozinho, foi sua Pátria.

E elas compreenderão. Prouverá Deus. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Restauração de Portugal e do Brasil

José Gerardo Barbosa

A obra apresenta a biografia de Francisco Barreto Menezes no contexto das guerras de restauração e de expulsão dos holandeses, bem como seu desempenho no Governo do Estado do Brasil e na presidência da Junta de Comércio do Reino. O trabalho vem enriquecer a historiografia do Brasil Colonial, apresentando um conjunto de perfis de governadores, chefes políticos e militares da administração portuguesa. Apresenta um apêndice contendo textos documentais relevantes para conhecimento de seu biografado. É obra essencial para aprofundamento do conhecimento de nossa história.

Da imprensa

CHINA E ÍNDIA – DESAFIO E EXEMPLO PARA O BRASIL

Agência Brasil

RIO – Os desafios oferecidos ao Brasil pelo desenvolvimento verificado pela China e pela Índia serão discutidos entre os dias 9 e 12 deste mês, no XVII Fórum Nacional, que será promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no Rio de Janeiro.

O evento terá como tema central “China e Índia como Desafio e Exemplo e a Reação do Brasil para Cima” e será aberto pelo Ministro da Fazenda, que representará o Presidente da República. A sessão inaugural abordará as condições fundamentais para o crescimento sustentado.

O ex-Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso considera que o Brasil corre o risco de perder posições no cenário global para China e Índia. Na visão de Velloso, embora os dois países estejam se mostrando como aliados em disputas comerciais internacionais, eles se tornam a cada dia nossos maiores competidores entre os países emergentes.

De acordo com dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), enquanto as exportações chinesas cresceram cinco vezes de 1993 a 2003, passando de US\$ 92 bilhões para US\$ 428 bilhões, e as da Índia evoluíram três vezes (de US\$ 21,6 bilhões para US\$ 57,1 bilhões), os embarques feitos pelo Brasil ao exterior apenas dobraram no período, subindo de US\$ 39 bilhões para US\$ 73 bilhões.

Reis Velloso explica o título do evento da próxima semana. Para ele, o impulso observado pelos dois países concorrentes representa ao mesmo tempo um exemplo e um desafio para

o Brasil. Segundo analisa, já não se trata mais do fato de China e Índia terem crescido mais do que o Brasil. A questão, segundo ele, ganha dimensão maior porque as duas nações “se tornaram altos competidores em setores nos quais o Brasil também está querendo competir no mercado internacional”. A siderurgia é um desses setores, indica o ex-ministro.

Estudo realizado pelo INAE, do qual Reis Velloso é Superintendente Geral, revela que China e Índia também adquiriram grande competitividade em áreas em que o Brasil está dando ainda os primeiros passos, como a de Tecnologia da Informação, incluindo a área de serviços de informática (*software*, em especial), considerada chave nos dias atuais. O custo menor da mão-de-obra é uma das razões para isso, identifica o INAE.

A solução para o Brasil reagir “para cima” a esse comportamento dos concorrentes, como define o ex-ministro, passa pela consolidação do crescimento sustentado, de modo a se atingir uma média de crescimento do Produto Interno Bruto entre 4% a 5% ao ano, “pelo menos”. Reis Velloso afirmou que esse crescimento deve ser baseado na inovação tecnológica, aplicada tanto à indústria como ao agronegócio.

O LEGADO DE UM NOTÁVEL PRÓCER CHINÊS

Manuel Cambeses Júnior
Coronel-Aviador

A China comemorou, recentemente, de forma retumbante, o centenário de nascimento de Deng Xiaoping, o líder visionário que sucedeu ao grande timoneiro Mao Tsé-tung e transfor-

mou consideravelmente o país, nos últimos decênios do século XX.

O portentoso gigante asiático enfrentou e superou, no século passado, mais terremotos políticos que qualquer outro país do mundo. Em 1911, ocorreu a queda da dinastia Qing (1644-1911), que durante 267 anos governou o país de forma despótica. A China tem sobrevivido, desde então, a repúblicas efêmeras, a senhores da guerra, a ocupações estrangeiras, a guerras civis e a sangrentas revoluções. A última grande convulsão ela está experimentando agora, quando a criativa mudança proposta por Deng Xiaoping tem transformado o gigante asiático, paulatinamente, em uma superpotência emergente.

Deng Xiaoping conduziu a China até o umbral do século XXI com uma receita aparentemente milagrosa: liberalização econômica e encerramento da política controlada pelo Partido Comunista, ou seja, abriu as portas ao capitalismo, porém sem descurar e abrir mão do regime político. E os resultados, surpreendentemente, têm sido espetaculares. Ao contrário do que ocorreu com a extinta União Soviética, cujos dirigentes optaram por abrir a mão na política e mantê-la cerrada na economia, a China não somente tem apresentado significativos resultados econômicos, mas, também, tem experimentado uma extraordinária transformação em todas as expressões do poder nacional.

Na atualidade, a China de Mao Tsé-tung, o idealizador da "Longa Caminhada", converteu-se praticamente em uma pujante fábrica do mundo. O Presidente Hu Jintao, durante sole-ne cerimônia para comemorar o legado do insigne prócer chinês, declarou que "o plano que Deng traçou para a modernização da China está se convertendo, na atualidade, em uma incontestável realidade".

Os ocidentais dividem as opiniões quando observam a China. Uns a vêem como um inesgotável mercado de 1,300 bilhão de consumidores. Outros, porém, preferem vê-la como uma

fábrica de competidores desleais e contumazes violadores da propriedade industrial. Uns apostam pela cooperação, convencidos de que a democracia será inevitavelmente referendada pelo estômago chinês. Para outros, desde a lembrança do que ocorreu na Praça Tiananmen, faz-se mister permanecer atentos à violação dos direitos humanos, algo contumaz por parte dos mandatários chineses. E se alguns consideram que a China pode repetir o êxito da Alemanha, que de inimiga passou a ser considerada uma campeã da democracia, não faltam aqueles que propõem aplicar ao gigante uma política de contenção como a praticada contra a União Soviética.

A China foi o poder dominante na Ásia Oriental durante dois mil anos, porém, lamentavelmente, desde 1850, ficou subordinada ao Ocidente e ao Japão, razão pela qual é lógico que os dirigentes de Pequim, sucessores de Deng, pretendam recuperar para a China o lugar que lhe cabe no mundo. O problema consiste em saber como se desenvolverá a China neste século XXI. A História sistematicamente registra que um país como a China, ao se industrializar rapidamente, torna-se mais agressivo, belicista e expansionista. Foi o que aconteceu também, além de outros exemplos, com a Grã-Bretanha e a Alemanha.

A China estaria, indefectivelmente, condenada a seguir esse destino manifesto? Não necessariamente. A China possui duas caras. Observando-a sob qualquer prisma, porém, constata-se que certamente será uma das chaves do século XXI. Ela ocupa dois terços da massa continental do Sudeste Asiático e, com seus 1,300 bilhão de habitantes, possui dois terços da população total da região. Ela é, portanto, um gigante, ainda que, por vezes, possa parecer e dar a falsa impressão de que tem os pés de barro. Atualmente, está posicionada como a sétima economia do mundo e tem reduzido substancialmente o nível de pobreza, embora esteja

situada em 107^o lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, entre a Albânia e a Namíbia.

O extraordinário desenvolvimento chinês tem provocado imensas preocupações nos Estados Unidos, a única megapotência onde os círculos políticos e acadêmicos vaticinam que daqui a vinte anos deverá ocorrer o ponto de equilíbrio entre as economias dos dois países.

A China já não professa o regime maoísta, porém, neste alvorecer do século XXI, está direcionada para outra grande marcha. Deng Xiaoping morreu cinco meses antes da devolução de Hong Kong à soberania chinesa, em 1997, sem que visse realizada na prática a sua teoria de um país e dois sistemas, símbolo máximo de seu pragmatismo. Entretanto, as coisas evoluíram e deslancharam normalmente segundo deixou estabelecido. Por isso, torna-se arriscado supor que seus sucessores não seguirão as suas bem traçadas diretrizes, que, entre outras coisas, determinam que a China deve atuar no cenário internacional como um importante parceiro estratégico e não como um voraz competidor.

A China tem dado um grande salto adiante, porém necessita da imprescindível cooperação ocidental para prosseguir modernizando-se. A pujante comemoração do centenário de nascimento de Deng Xiaoping demonstra, claramente, que a China está disposta a continuar seguindo a rota traçada pelo grande líder chinês.

Transcrito do *RESERVAER*, pela Internet.

A REVOLTA DA FOICE CONTRA O MARTELO: Camponeses da China Central atacam garimpos e refinarias que poluem suas aldeias e exigem que Pequim tome providências

Edward Cody

A primeira coisa que os aldeões notaram foi a lama.

Um depósito sedimentar engrossou gradualmente as águas do Rio Chaoshui e não de-

morou para emporcalhar os arrozais que lhes dão um meio de vida frugal, mas confiável, nestes montes ásperos da China Central. No início deste ano, os peixes desapareceram e a água, antes cristalina, enegreceu. As mulheres já não podiam lavar roupa nas margens. As crianças começaram a ter erupções na pele após mergulhar.

Disseram aos aldeões que uma porção de garimpos de um metal industrial conhecido como molibdênio havia começado a operar nos morros, despejando detritos rio abaixo. Os aldeões se queixaram muitas vezes às autoridades distritais, pedindo que os garimpos fossem fechados ou fiscalizados. Mas, com o preço dos minérios disparando, o apelo do lucro era grande demais para resistir.

Milhares de garimpeiros (alguns com autorização, outros não) continuaram escavando as encostas e lançando as sobras no Chaoshui.

Em maio, os aldeões enfurecidos desistiram do Governo e resolveram organizar uma incursão nos garimpos.

Por muitas horas frenéticas, os esguios agricultores usaram ferramentas agrícolas e as mãos nuas para destruir mais de duzentos garimpos, desafiando um guarda local que tentava conter sua fúria.

Na aldeia vizinha de Guideng, três semanas antes, outra revolta destruiu instalações de mineração, nesse caso, refinarias que expeliam poluição de outro metal, o vanádio. Também houve cumplicidade passiva do secretário local do PC e líder eleito.

E agora um grupo de líderes rurais irados nesta região remota deu um passo adiante, passando da cumplicidade passiva ao apoio ativo à causa camponesa. Num raro desafio, eles uniram forças contra o Governo central numa organização não autorizada e ameaçaram renunciar em massa se as autoridades não tomassem uma atitude. A menos que algo seja feito logo, advertiram eles numa carta ao Pri-

meiro-Ministro Wen Jiabao, a violência camponesa continuará. "Se o Governo central não resolver o problema, esperaremos um pouco mais, e se ainda não tiverem resolvido o problema, destruiremos mais fábricas", declarou Hua Ruiqi, de 55 anos, líder eleito da aldeia Aimen.

Essas revoltas oferecem um vislumbre de uma inquietação popular muito maior.

Milhares de protestos, embora proibidos, eclodem a cada ano nas cidades e povoados da China. Os protestos se tornaram uma grande preocupação do governo do Presidente Hu Jintao, ansioso para impedir que se alastrem e diminuam a estabilidade e o controle do poder pelo PC.

Os chefes partidários "não ousam" se opor aos camponeses, disse Su Changshen, agricultor de 60 anos que ajudou a destruir a operação de refino de vanádio que expelia poeira venenosa em sua aldeia. "Esta é uma rebelião de agricultores?"

Transcrito do *The Washington Post*
de Xiachaoshui, China.

ÍNDIA, POTÊNCIA NUCLEAR: UMA NOVA BIPOLARIDADE?

Demétrio Magnoli
Jornalista

O Primeiro-Ministro Manmohan Singh foi feliz em Washington. Seu anfitrião, George Bush, recebeu-o com um banquete na Casa Branca e o raro direito a um discurso no Capitólio. Mas, sobretudo, concedeu à Índia "os mesmos benefícios e vantagens" de que usufruem as outras potências nucleares "oficiais", comprometendo-se com uma "completa cooperação" no campo do uso civil da energia nuclear. As sanções impostas desde os testes indianos de

1998 foram levantadas e, para todos os efeitos práticos, o "clube nuclear" passou a ser integrado por seis potências.

O gesto de Bush não é uma surpresa, pois os formuladores norte-americanos de política externa anunciavam que o "aprofundamento das relações com a Índia" figurava no topo das prioridades do segundo mandato do presidente. Mas ele representa uma reviravolta histórica, com repercussões regionais e globais. No radar norte-americano, a Índia separa-se do Paquistão, que é um aliado indispensável na "guerra ao terror", porém continua ocupando o lugar incômodo de potência nuclear "clandestina" e segue sujeito ao regime de sanções no campo da tecnologia nuclear. Acima de tudo, a nova parceria estratégica indo-americana cimenta os alicerces de uma política asiática destinada a contrabalançar o poderio chinês.

A corrente dos neoconservadores norte-americanos emergiu da obscuridade, há três décadas, criticando a aproximação sino-americana conduzida por Richard Nixon e Henry Kissinger. A antiga "obsessão chinesa" parece mais intensa do que nunca e desafia os argumentos realistas.

A China, em nome de seus próprios interesses estratégicos, ajuda a preservar a frágil estabilidade geopolítica da Ásia, contribuindo para a contenção multilateral da Coreia do Norte, e em nome de seu desenvolvimento econômico cumpre a função crucial de financiar o déficit dos EUA, usando suas vastas reservas para comprar títulos do Tesouro norte-americano. Mas os "neocons" orientam-se por imperativos ideológicos e movem-se ao sabor das projeções abstratas sobre a evolução do poderio bruto da potência asiática. Nos seus cenários, a China está condenada a desempenhar um papel comparável ao da União Soviética durante a Guerra Fria. Essa, como tantas outras, é uma profecia auto-realizável.

A "obsessão chinesa" justifica a proposta norte-americana de reforma do Conselho de Segurança da ONU, com a entrada de apenas dois novos membros permanentes: Japão e Índia. A China, contudo, não admite a candidatura japonesa, sob o pretexto de que Tóquio se recusa a reconhecer, ampla e completamente, seus crimes de guerra. Os EUA, por sua vez, não aceitam a proposta do G4, que altera em profundidade o balanço de forças no Conselho de Segurança. A dupla rejeição propicia uma aliança ocasional: Washington e Pequim anunciaram que trabalharão juntos para congelar a reforma.

Raymond Aron caracterizou as superpotências da Guerra Fria como "irmãos-inimigos", rivais que compartilham o interesse na manutenção do *status quo*. Na busca por uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, o Itamaraty cortejou Pequim durante os últimos dois anos, até o ponto intolerável de elogiar o comportamento chinês no tema dos direitos humanos.

Transcrito da *Folha de S. Paulo* de 11-8-2005.

AS CONTURBADAS RELAÇÕES SINO-NIPÔNICAS

Há algumas semanas, as relações diplomáticas entre China e Japão parecem ter atingido um indesejável nível de tensão, manifestada através de pronunciamentos de ambas as partes e eivados de altos decibéis emocionais que tangenciam, por vezes, a uma fricção geopolítica.

Os dois gigantes asiáticos parecem expor, contundentemente, feridas ainda não completamente cicatrizadas, especialmente as provocadas pela guerra entre os dois portentosos países e a nefasta ocupação japonesa da Manchúria, no início da década de 1930, que derivou em muitas atrocidades, como as que foram

perpetradas no chamado Massacre de Pequim, no final de 1937.

A esses episódios somaram-se outros ocorridos ao longo da Segunda Guerra Mundial. A crueldade japonesa no trato com os povos ocupados foi tremendamente contundente, particularmente no que concerne ao abuso e à violação de mulheres chinesas.

Diferentemente da Alemanha, o Japão até o presente momento não havia reconhecido sua responsabilidade nos lamentáveis episódios. Ao contrário, seus livros de história, de alguma maneira, seguem minimizando aqueles tristes e desabonadores fatos.

Tais lacerações alimentaram uma onda de manifestações populares de protesto, em Pequim e em Xangai, e de Shenyang, no Nordeste, até Zhuhai, no Sul. Essas respostas contestatórias agrediram a embaixada e os consulados japoneses e produziram sérios incidentes com turistas nipônicos.

Os protestos na China – país em que a liberdade de expressão está permanentemente cerceada – não são geralmente espontâneos, como aquele que ocorreu na Praça de Tiananmen, em 1989, e que terminou de forma trágica. Muito pelo contrário, são meticulosamente planejados e organizados.

Dessa maneira, os reclamos daqueles que protestaram veementemente foram claros e pontuais: que o Governo chinês não aceite a postulação japonesa para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e que não seja aceita a proposição japonesa para suceder o atual secretário-geral das Nações Unidas.

Como enfatizou o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, durante sua recente visita oficial à Índia: "Somente um país que respeita a História e se torna responsável por ela, e ganha a confiança dos povos da Ásia e do mundo em geral, pode assumir maiores responsabilidades na comunidade internacional."

Isso tudo, somado à sensação de que os Estados Unidos não têm uma atitude demasiadamente favorável às propostas de reforma que estão sobre a mesa, parece haver posto em dúvida a possibilidade de que, efetivamente, avance a reforma do organismo que tem a seu cargo a responsabilidade pela paz e pela segurança internacionais.

A isso acrescenta-se que a China tem sistematicamente boicotado os produtos japoneses, boicotes que começaram a estender-se, perigosamente, desde a sua capital econômica, Xangai, aumentando as fricções com os japoneses.

Muito além da retórica circunstancial, é provável que o conflito em curso tenha também algo a ver com as necessidades que possuem ambos os países, fortes importadores de hidrocarbonetos, de obter recursos energéticos. E, mais concretamente, com a disputa de soberania que mantêm no Mar da China Oriental, onde o Japão acaba de autorizar suas empresas petrolíferas a prospectar e extrair hidrocarbonetos.

Nessa zona já se produziram alguns incidentes. O Japão se colocou em ação depois de quatro décadas de muita prudência e vacilações. A China reagiu, afirmando que defenderá com vigor o que entende que são seus recursos naturais. Parece haver descoberto naquele ponto duas jazidas de gás, o que complica consideravelmente as coisas.

A situação estaria entrando em um terreno perigoso que, por suas peculiares características, poderia chegar a alimentar os nacionalismos latentes em ambas as nações e até derivar em uma confrontação mais áspera e imprevisível. Por isso, a retomada do diálogo ao mais alto nível e as recentes escusas do Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi – que expressou pela primeira vez o arrependimento de seu país pela dor e pelos sofrimentos provocados durante o período em que ocupou colonialmente a China – devem ser bem-vindas.

Até agora, essas manifestações foram oficialmente recebidas na China com frieza, po-

rém o Governo acaba de anunciar que não tolerará mais manifestações de rua contra o Japão, o que pode ser interpretado como um benfazejo sinal de distensão.

Transcrito de *O Estado de S. Paulo*.

Resenha on-line do CComSEx de 11-8-2005.

AMBIÇÕES MILITARES DA CHINA DEVEM PREOCUPAR

Depois de 11 de setembro de 2001, os EUA deixaram de se preocupar com as forças militares da China, preferindo se concentrar na cooperação com Pequim para enfrentar o terrorismo, pressionar a Coreia do Norte sobre seu programa de armas nucleares e resolver outras questões imediatas. No longo prazo, porém, Washington não pode ignorar o fortalecimento da China como uma potência militar capaz de fazer frente aos EUA num confronto, mais provavelmente sobre a explosiva questão de Taiwan.

Não há dúvida de que os EUA continuarão como potência militar dominante do mundo no futuro previsível. A China gasta cada vez mais nas Forças Armadas, como se pode verificar por seu orçamento anual de defesa de US\$ 30 bilhões. Mas ele ainda está muito aquém dos US\$ 400 bilhões que os EUA gastam anualmente com defesa.

Esse aumento dos gastos resulta de uma série de reformas iniciadas no final da década de 1970, quando a China começou a desmantelar seu planejamento econômico ao estilo soviético por algo mais próximo de um sistema de livre mercado. Quando a economia começou a crescer, no final da década de 1980, a China teve mais recursos para suas forças militares. Por isso, está usando esses recursos para modernizar as Forças Armadas e mudar sua ênfase. Em lugar de se preparar para uma "guerra popular" prolongada e de baixa tecnologia, equipa-

se para guerras locais de alta tecnologia – conflitos de curta duração e alta intensidade, parecidos com a campanha dos EUA na Guerra do Golfo, em 1991.

Embora ainda esteja equipada com armas baseadas em projetos soviéticos da década de 1950, as Forças Armadas chinesas estão colocando em campo aviões, navios, mísseis e carros-de-combate modernos. Muitos deles foram comprados da Rússia, mas a indústria de defesa da China está produzindo armamentos cada vez mais sofisticados, usando os avanços tecnológicos resultantes da transformação econômica do país e da assistência técnica da Rússia e de Israel. A China também está trabalhando para aprimorar o treinamento militar e a qualidade de suas Forças Armadas. Os exercícios militares são cada vez mais abrangentes. Os militares chineses começaram a recrutar estudantes formados em universidades civis para o oficialato e soldados com grau secundário.

No futuro, as Forças Armadas chinesas poderão ascender à condição de potência mundial. Mas a China ainda não começou a investir nos sistemas necessários para isso: porta-aviões, bombardeiros pesados, navios anfíbios de longo alcance e aviões de transporte militar, além de uma constelação de satélites de comunicação e vigilância com cobertura global.

Por enquanto, a China está voltada principalmente para os países em suas fronteiras ou próximos – mais especialmente para Taiwan. Pequim está empenhado em desenvolver uma força suficientemente forte para compelir Taiwan a aceitar a unificação – e derrotar qualquer defesa norte-americana de seu antigo aliado. Os EUA prevaleceriam hoje numa guerra desse tipo, mas, em vinte anos, a China poderá ser a potência dominante no Leste Asiático, e os EUA poderão estar sobrecarregados para enfrentar um ataque chinês a Taiwan.

Transcrito de *O Estado de S. Paulo* de 11.08.2005.

ALÉM DO FATO: RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA

J. Carlos Racy

*Mestre em história da política
externa brasileira*

No momento em que as tensões comerciais com a China aumentam, a aproximação brasileira com aquele país oferece sensações contraditórias. Para citar um exemplo, o déficit do Brasil no ramo têxtil passou de US\$ 111,8 milhões em 2003 para US\$ 219,1 milhões no ano passado. Estados Unidos, Argentina e Turquia já regulamentaram mecanismos internos de salvaguarda. O Brasil aguarda para decidir.

Pensando à moda ocidental, a intenção da China ao negociar com o Brasil é, a longo prazo, desenvolver certos setores de infraestrutura e de tecnologia e, a curto, abrir o mercado brasileiro para seus produtos manufaturados, transformando-o numa plataforma de exportação para a América do Sul ou a América Latina em geral.

Os objetivos do Brasil nessas negociações são semelhantes: a curto prazo, abrir mais espaço para a produção brasileira de manufaturados no mercado chinês; a longo prazo, integrar-se ao desenvolvimento dos setores de infraestrutura e tecnologia na China, mais identificados com os interesses brasileiros. Obviamente, as pretensões do Brasil incluíam a expansão de suas relações econômicas no continente asiático a partir daquele país, apesar de todas as dificuldades para essa expansão.

Ao que parece, ao longo dessas tratativas – que incluíram visitas presidenciais nos dois países – o maior problema enfrentado pelos negociadores brasileiros foi a desconsideração do que faz parte do modo chinês de agir e pensar a relação com o outro. Para os chineses, negociações internacionais são sempre expressão de guerra. Nesse caso, é obrigatório lembrar

das máximas de Sun Tzu, essenciais, para o sucesso do entendimento entre Brasil e China e seus desdobramentos futuros.

Os princípios de Sun Tzu explicam tanto o relativo insucesso do Brasil nessa negociação como indicam caminhos para novos desdobramentos desse processo:

1) Conhecer a si e ao outro – auto-explicativa da situação.

2) As alianças só são possíveis se conhecermos os parceiros – consequência da máxima anterior.

3) Antecipação – a capacidade de prever ações e reações que parece ter sido esquecida pelos brasileiros.

4) Capacidade tática a partir da observação das condições reais – o erro é prestar mais atenção nos ataques do inimigo do que na nossa capacidade de nos defendermos.

5) Tomar a iniciativa sempre – em alguns momentos isso não aconteceu e não acontece por parte do Brasil, tendo como motivo muitas vezes a próxima máxima.

6) Harmonia no estado e no exército para uma boa luta.

7) Desinformar ou não dar ao inimigo a chance de conhecer o oponente – o que muitas vezes, até mesmo por certa ingenuidade ou idealismo, acontece com o Brasil no cenário internacional.

Na realidade, o que se pode tirar como lição de tudo isso é que, para fazer valer seus interesses, o Brasil precisa negociar com os chineses como estes negociam com o Brasil e com o resto do mundo, isto é, com muita cautela, paciência e persistência. É importante ressaltar que isso não significa imobilismo. Se o Brasil necessita do mercado chinês, que pressione o Governo daquele país e envolva os atores daquela sociedade identificados com os interesses em jogo para o relaxamento de suas restrições.

Se o Brasil precisa de uma base para expandir suas atividades econômicas para a região,

que afirme, de fato, suas intenções e, se preciso, jogue de verdade com fortes parceiros alternativos. Pois a máxima da antecipação preconizada por Sun Tzu não se refere só à razão, mas fundamentalmente à ação.

Transcrito do *Jornal do Brasil* de 29.08.2005

VIETNÃ, TRINTA ANOS DEPOIS

Pham Thi Hoai

Jornalista vietnamita exilado

NOVA YORK – Hoje se completam trinta anos da queda de Saigon, marcada pelas cenas de desespero e de combates filmadas nos estertores da Guerra do Vietnã. Como nuvens flutuando no céu, essa guerra já estava lá quando nasci, em 1960. Não tinha como saber, então fui obrigado a conviver com ela, todos os dias, por 15 anos. Não fui uma criança infeliz: a maior parte das nuvens era rosa. Quando as nuvens de chuva surgiam, só realçavam mais as outras.

Cresci no nordeste do Vietnã entre 1960 e 1970 e para mim a guerra era uma natural e até colorida parte da vida. Isso continuou mesmo quando bombas caíam em áreas de evacuação ou quando não reconhecia amigos e colegas de escola que haviam perdido braços ou pernas. A morte andou perto de mim, dizendo “veja você amanhã”. Parecia que, salvo alguma mudança, a guerra continuaria como as nuvens no céu.

Com a libertação de Buon Ma Thuot, em março de 1975, as lições da manhã começaram a incluir estudantes “progressistas” cumprindo a honorável tarefa de afixar no mapa do país a pequena bandeira vermelha com a estrela amarela sobre as vitórias até aquele momento: Hue, 26 de março, Da Nang, 29 de março, Phan Rang, 16 de abril, Xuan Loc, 21 de abril.

O vermelho sobressaía no mapa. As bandeirinhas tomavam todo o Sul tão rápido que

fiquei preocupado que não chegasse a minha vez de ir ao quadro. No dia 27 de abril, segurando uma bandeira improvisada com papel e escova de dentes, sobre Ba Ria, chorei. Não eram lágrimas de vitória. Não sabia qual era o preço de vencer. Meu choro era de despedida. A guerra que conhecera acabava. E foi na minha vez a hora de anunciar o fim. O que a substituiria? O que restaria depois dela?

A primeira década após a derrota norte-americana na tomada de Saigon pelo Exército do Vietnã do Norte foi marcada pela continuação do sistema de subsídios que vigorou no conflito, pelo controle sobre a vida diária e pela linha-dura ideológica que já vinha dominando. Também foi marcada por atritos militares na fronteira oeste, com o Camboja, e na fronteira norte, com a China. Isso e a continuação da Guerra Fria transformaram nossa recém-adquirida independência nacional em isolamento internacional e fizeram do país, recentemente unificado – do Norte ao Sul –, um território marcado pela pobreza, atraso e pela repressão.

Vivendo em Hanói (a capital do Vietnã do Norte) durante o início da década de 1980, imaginava que poderia dar à luz um filho cuja biografia oficial começaria assim: “Como nuvens no céu, o pós-guerra já estava lá quando nasci. Todos os dias, eu olhava para o céu e via as nuvens cinzas...”

Mas a década de 1980 viu a introdução do *Doi Moi*, a renovação política. Custou aos vencedores dez anos para perceber que a vitória não é algo fácil de digerir. Em 1994, o embargo contra o Vietnã foi suspenso e a normalização de relações entre o país e os Estados Unidos se acelerou. Custou aos EUA vinte anos para que assinassem um tratado de paz com o seu próprio passado. Para Washington, hoje, a Guerra do Vietnã pertence à História.

Uma página resgatada a cada quatro anos, como um teste da moralidade e do espírito pa-

triótico dos candidatos presidenciais. Ou, ainda, como ponto de comparação com outras guerras que os EUA estão lutando, ou mesmo com aquelas a serem lutadas no futuro.

Trinta anos depois, as pessoas dizem que a História deixou uma cicatriz, mas não descansa em paz. Não há razão para desenterrar relíquias não relacionadas ao presente. É preciso olhar para o futuro. Pertencemos a um pequeno grupo de pessoas – provavelmente, uma minoria – que não pode dizer tal conclusão relaxada. Tanto tempo depois da guerra, aquela pequena bandeira pesa mais em minha mão do que nunca. Sim, a morte de 4 milhões de pessoas e 1 milhão de soldados pertence à História assim como milhões de órfãos e viúvas, as feridas físicas e psicológicas em dezenas de milhões, os 76 milhões de litros de veneno e as 13 milhões de toneladas de bombas e balas.

No entanto, o mais grave legado da guerra que quebrou recordes de desumanidade é duradouro simplesmente porque ela nunca foi incluída na lista convencional de legados de guerra que deveriam ser evitados.

O resultado do conflito no Vietnã foi uma vitória completa dos comunistas. A guerra foi o leite materno, a escola e o teste de campo do comunismo vietnamita. Isso providenciou justificativa histórica para a indispensável liderança do Partido Comunista, provendo-o do Mandato Divino. O comunismo encontrou uma rota especial para o trono vietnamita usando essa notável e sangrenta denominação. O mandato acabou, mas ela permanece. Até hoje, a legitimidade obtida nesses trinta anos é constantemente reiterada, repetidamente reafirmada, validada e endeusada. Os heróis da era da guerra continuam a monopolizar a autoridade em tempo de paz, a liderança militar da guerra está renascida como um controle autoritário.

O Partido Comunista sabe muito bem que enquanto as coisas podem mudar, o mito do Mandato Divino deve permanecer intacto, es-

pecialmente porque todos os outros elementos dessa ideologia foram traídos sem desculpa ou se revelaram falidos. Como pode a guerra ser consignada à História, enquanto o mandato derivado dela se sustenta?

Trinta anos depois da guerra, todos os nossos valores básicos culturais perderam sua importância e as nobres idéias da ideologia comunista se tornaram uma piada. Nenhum espaço emergiu para os valores básicos democráticos ocidentais ou para as dimensões positivas da globalização moderna.

Em vez disso, enfrentamos a corrupção, a violação das leis, a perversão da moralidade e da dignidade, o colapso dos sistemas médicos e educacionais, o crescimento da desigualdade social, a bomba-relógio do conflito étnico e religioso, o perigo do caos em um grande e negligenciado país, a destruição ambiental, o empobrecimento da vida espiritual, a impotência da inteligência, a proibição de cooperação entre grupos sociais, a crise de crença e de esperança.

O sistema totalitário no Vietnã já teve tempo e suficientes oportunidades para provar que não tem mais a autoridade para resolver esses problemas do dilema pós-comunista. Pode a Guerra do Vietnã ser posta no museu, enquanto continua a vigorar esse modelo no país através do futuro? É a ditadura um preço justo para a paz?

A Guerra do Vietnã não resultou no colapso dos Estados Unidos. Em vez disso, levou ao desaparecimento da República do Vietnã, uma nação que dominava metade do país de hoje e que tinha tanta legitimidade quanto seu irmão do Norte.

Nunca esqueci a imagem do General Nguyen Ngoc Loan, o chefe da Polícia de Saigon, na famosa foto de Eddie Adams (na qual ele executa um *vietcong* preso com um tiro na cabeça). Mes-

mo depois de Adams ter pedido desculpas ao general pela foto, o episódio ainda recorda a bizarra tragédia descrita por Oriana Falacci, depois que ela o entrevistou. Loan amava rosas, Brahms e Chopin e detestava sua carreira militar. Mas comparou um monge budista, que se imolara durante um protesto, a um cão drogado e disse que as destruídas crianças comunistas mereciam ser surradas.

Depois da libertação, no entanto, toda a sociedade do Sul foi submetida à prisão, aos campos de concentração, à perda de propriedade, à discriminação contra as crianças mestiças, ao expurgo de intelectuais, à destruição e à proibição da cultura do Sul, à completa eliminação de inúmeras carreiras e vidas. Não foram ações de vencedores por direito. Nem evidenciaram a superioridade do novo regime em relação ao inimigo recém-aniquilado.

Trinta anos depois da guerra, o país nunca tomou ciência real do doloroso êxodo de milhões de vietnamitas do Sul. Isso ocorreu como se não fossem mais vietnamitas e tivessem sido expatriados de uma nação unificada. Isso ocorreu porque o país unificado pertencia a um só grupo de vietnamitas, mas não ao outro. Isso ocorreu como se acreditassem que o sentimento nacional pudesse crescer naturalmente saindo desse profundo buraco da divisão e do ódio como pé de arroz nascendo numa trincheira.

É fácil dizer: as feridas da guerra estão começando a se curar, não tente remexê-las. Mas não é um ferimento, é um tumor para o qual o tempo não trouxe cura milagrosa. Ao contrário, a guerra surgiu da divisão nacional. Poderia ela continuar trinta anos depois? Vietnamitas e norte-americanos hoje apertam as mãos, mas vietnamitas se recusam a oferecê-las a outros vietnamitas. Como pode? (*Open Democracy*)

Transcrito de *JB on-line* de 30-4-2005.

**A palavra impressa é um registro
de idéias, pensamentos e história.
Documenta o passado e materializa
projetos para o futuro.
Nossa história está registrada
em cada uma das palavras de alguns
dos mais importantes títulos da
literatura brasileira e nosso futuro
vamos imprimir nas palavras de
cada um de nossos clientes.
Na próxima oportunidade,
imprima Sermograf.**

SERMOGRAF

Tudo que você deseja de uma gráfica.



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.